

Universidade Federal do Rio de Janeiro

CARLOS HENRIQUE VÓLARO

SINAIS DE SOBERANIA
LEITURA DOS CÉUS E AÇÃO POLÍTICA NA GUERRA DA
RESTAURAÇÃO PORTUGUESA
(1640 – 1668)

Rio de Janeiro

2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Carlos Henrique Vólaro

SINAIS DE SOBERANIA

LEITURA DOS CÉUS E AÇÃO POLÍTICA NA GUERRA DA RESTAURAÇÃO
PORTUGUESA (1640 – 1668)

Dissertação apresentada ao programa de
Pós-Graduação em História Social da
Universidade Federal do Rio de Janeiro
como parte dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em História.

ORIENTADOR:
Prof. Dr. Carlos Ziller Camenietzki

Rio de janeiro
2010

VÓLARO, Carlos Henrique.

Sinais de Soberania. Leitura dos céus e ação política na guerra da Restauração portuguesa (1640-1668): UFRJ/ IFCS, 2010.

Orientador: Carlos Ziller Camenietzki

Dissertação (mestrado) – UFRJ/ IFCS/ Programa de Pós-Graduação em História Social, 2010.

Referências Bibliográficas: pp. 94-99.

1. Astrologia. 2. Cultura política – Portugal – Século XVII. 3. Restauração portuguesa.

Carlos Henrique Vólaro

Sinais de Soberania: leitura dos céus e ação política na guerra da Restauração portuguesa (1640-1668).

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História.

Aprovada por:

Presidente, Prof.

Prof.

Prof.

AGRADECIMENTOS

Esta empresa nunca teria sido completada – talvez sequer teria começado - sem a contribuição de algumas pessoas. Estas estiveram ao meu lado em cada gota de suor e cada minuto de trabalho; cabe agora dividir com as mesmas o mérito desta conquista. Em primeiro lugar, ao amigo e orientador Carlos Ziller Camenietzki eu agradeço por cada enorme colaboração não só com a pesquisa, mas com a minha formação intelectual. Agradeço também a Luís Miguel Carolino, cuja orientação nos tempos de graduação marcarão para sempre todo o caminho que eu percorrer nestas estradas.

Aos amigos Pedro Franke, Muriqui, Rachel, Eugenia, Clara e André de Lemos que, além de permanecerem ao meu lado nos melhores e piores momentos, me proporcionaram a experiência única de viver uma *República Humanista Quatrocentista* em plena Minas Gerais do século XX. Ao grande incentivador, desde os idos da graduação, Daniel Saraiva. Ao companheiro de chancelaria, Eduardo Sabioni. Agradeço ainda à Camila Corrêa, pela amizade e companheirismo desde os primeiros contatos com a História da Ciência, ainda nos tempos de graduação. Por último, mas não menos importante, agradeço a amizade e leveza proporcionados por Sheila, Marcella, Janaína e Gabriela.

RESUMO

O presente estudo visa analisar as relações entre ciência e política em um determinado contexto espaço-temporal: o Reino de Portugal entre os anos de 1640 e 1668. Quando um pequeno grupo de portugueses colocaram D. João II de Bragança no trono, iniciam um processo de independência política contra o domínio da vizinha Monarquia Católica. Como todo processo político que se inicia a partir de uma ruptura brusca, o novo regime passou por momentos de extrema instabilidade, com a cisão de parte da nobreza e atentados contra o Rei recém-coroadado. Neste contexto uma ampla campanha de convencimento se realiza a par das investidas militares contra o inimigo castelhano: uma guerra interna, visando legitimar o novo governo e diminuir as tensões internas.

Em meio a tratados jurídicos e relações de guerra, a literatura astrológica se mostrou um meio importante de combater na arena política, tendo em vista que parte significativa desta produção era voltada ao povo português. Neste sentido os intelectuais que se lançaram à empreitada de conquistar os corações do povo português colocaram suas penas ao serviço da pátria. Será este também o curso de ação destes homens a par de um outro momento crítico para a legitimidade do novo regime: a chegada ao trono de D. Afonso VI, em 1662, acompanhado de seu ministro, o Conde de Castelo-Melhor.

Palavras-chave: Restauração Portuguesa, Astrologia, História das Ciências, ação intelectual.

ABSTRACT

This study aims to examine the relationship between science and politics in a given context of space and time: the Kingdom of Portugal between the years of 1640 and 1668. When a small group of portuguese placed D. João II of Braganza on the throne, they start a process of political independence against the domination of neighboring Catholic Monarchy. Like any political process that begins from a sharp break, the new scheme experimented a moment of extreme instability, with the splitting of the nobility and attacks against the newly crowned King. In this context a broad campaign of persuasion takes place alongside the military campaigns against the enemy Castilian: an internal war, in order to legitimize the new government and reduce the inner tensions.

In the midst of *legal treatises* and *relations of war*, the astrological literature proved to be an important way of combating at the political arena, given that significant part of its production was turned to the portuguese people. In this sense the intellectuals who took to the contract to win the hearts of the portuguese people put their pens to the service of his country. Will be also this course of action of these men when dealing with another critical moment for the legitimacy of the new regime: the arrival at the throne of King Afonso VI, in 1662, accompanied by his minister, the Count of Castelo-Melhor.

Keywords: Portuguese Restoration, Astrology, History of Science, intellectual action.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.	10
I. O Serpentário de Madri: a conspiração de 1641, suas sucessoras e os novos rumos políticos do Portugal.	16
I.1 Uma nova guerra em um antigo front.	16
I.2 A malfadada conjura de 1641: as causas, o processo e os envolvidos.	19
I.3 “O vigor da prometêia flama”: O esforço intelectual para prevenir uma nova conspiração.	24
I.4 O guardião dos segredos do Rei: Francisco de Lucena	24
I.5 As repercussões do caso <i>Francisco de Lucena</i> : a doutrina de Bartolomeu Pachão.	35
I.6 A foice de Saturno: o Rei anunciado e o golpe de 1640 no alfabeto das estrelas.	40
I.7. O debate acerca da <i>nova</i> de 1604 e o início do <i>Trígono de Fogo</i> .	42
I.8 O cirurgião das majestades reais, o jesuíta e o Rei anunciado pelas estrelas.	44
II. A cria do Dragão: a complicada sucessão no trono português(1656 – 1662)	48
II.1 A regência de D. Luísa de Gusmão.	49
II.2 Os favores d'El-Rei.	53
II.3 O Golpe de Alcântara e o Triunvirato.	55
II.4 A ascensão do Escrivão da Puridade.	57
II.5 Entre concursos celestes e tradições míticas: Antonio de Paes Ferraz e a conjunção de 1660.	58
II.6 A sombra da história: A <i>Sciographia</i> de Antonio Pimenta.	63
III. A tutela de Marte: o Portugal Restaurado e a ameaça castelhana	70
III.1 Sob o signo do Sagitário: o discurso astrológico nos primeiros anos do Portugal Restaurado.	71
III.2 A cometografia de Lourosa.	83

CONCLUSÃO	91
REFERÊNCIAS	94

Introdução

Sábios, filósofos e prognosticadores.

“Irmãos, já é hora de despertarmos do sono, pois nossa salvação está mais próxima agora do que acreditamos.”¹

Naquela primeira manhã de dezembro tais palavras foram recitadas pelo sacerdote em missa. O padre Nicolau da Maia acreditava então ser um sinal de que os acontecimentos a seguir teriam sido dispostos e governados pela vontade divina, como se Deus estivesse dizendo que “era já chegada aquela feliz hora que Ele prometera a El-Rei Dom Afonso Henriques”.² Os conjurados se confessaram e comungaram; alguns fizeram testamento.³ Pouco antes das nove horas rumaram aos poucos, por vários caminhos diferentes, até o Paço da Ribeira, “uns em coches, outros a cavalo, outros a pé, por todo aquele espaço que há desde o Arco dos Pregos até o Arco do Ouro”.⁴

Quando bateram as nove horas os parciais puseram-se em ação. Pelas escadas do Paço subiram alguns fidalgos, enquanto Jorge de Mello, Estevão da Cunha, Antônio de Mello de Castro e alguns homens convocados pelo padre Nicolau da Maia ficaram encarregados de conter o ímpeto do capitão castelhano que estava de guarda naquele dia, tomando de assalto o forte contíguo. Dentro do palácio os conjurados venceram facilmente a fraca resistência das guardas. A princesa regente, Margarida de Mântua, fora encerrada em seus aposentos. O secretário de Estado Miguel de Vasconcelos, após ter o corpo crivado por balas, fora atirado pela janela do Paço Real, caindo morto em meio a uma aglomeração de pessoas.

Enquanto seu nome era aclamando pelas ruas de Lisboa, o Duque de Bragança aguardava as notícias em Vila Viçosa. Estas chegaram, informalmente, na noite do dia seguinte à morte de Miguel de Vasconcelos, por meio de seu agente, o letrado João Pinto Ribeiro. O comunicado oficial para que D. João se dirigisse à Lisboa só veio no dia três de dezembro, com a chegada de Pedro de Mendonça e Jorge de Melo à Vila Viçosa. Além

¹ MAIA, Nicolau da. *Relaçam de tudo o que passou na felice acclamaçam do mui Alto & mui poderoso Rei D. João o Quarto nosso Senhor, cuja Monarquia prospere Deos por largos annos*. Lisboa: Officina de Lourenço de Anveres, 1641. p. 14. Tradução nossa. Original: “Fratres hora est jam nos de somno / Surgere, nunc enim proprius est nostra / Salus; quam cum credimus”. Trata-se de um trecho da *Carta aos Romanos*, especificamente 13:11.

² MAIA, Nicolau da. *Op. cit.* p. 14.

³ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 25. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1978. p. 319.

⁴ MAIA, Nicolau da. *Ibidem*.

destes, o marquês de Ferreira e o conde de Vimioso formaram a comitiva que acompanhou o novo monarca do Alentejo a Lisboa, aonde chegou no dia seis de dezembro.⁵ Foi-lhe entregue o governo do Reino pela junta provisória que substituiu Margarida de Mântua, formada por D. Rodrigo da Cunha, então Arcebispo de Lisboa, e por D. Sebastião de Matos Noronha, arcebispo primaz de Braga. A coroação ocorreu no dia doze de dezembro. Corria o ano de 1640. Portugal recuperava, enfim, sua autonomia após sessenta anos sob o governo dos Habsburgo.

Os eventos de 1640 foram reconstruídos nos textos portugueses coetâneos como um grande acontecimento nada casual. Diversas foram as lentes pelas quais se observou a Restauração, mas destaca-se entre elas a participação da divindade na mística construída em torno de D. João IV. Se os castelhanos o viam apenas como um “duque rebelde”, os *literati* partidários do novo regime erigiram um edifício teórico que mesclava o messianismo profundamente arraigado na cultura popular portuguesa, cuja expressão cultural mais conhecida é o *sebastianismo*, a mística católica pós-Trento que se substanciou em textos como a historiografia dos monges da Alcobaça e a imagem de um D. João IV partícipe desse grande plano divino que deveria liderar os portugueses ao destino outrora enunciado em Ourique, nos primórdios do Reino.

Se ao longo da primeira metade do Seiscentos os intelectuais portugueses se dedicaram a um esforço teórico importante, seja ele de cariz independentista ou conciliatório em suas relações com a Monarquia Católica,⁶ as urgências trazidas à tona pelo 1º de dezembro alteraram sensivelmente o teor dos escritos. Conforme fora dito, a nobreza portuguesa encontrava-se dividida entre o Bragança e Felipe IV e logo os aclamadores perceberam que seu conclave de títulos de nada valeria contra a Monarquia dos Áustrias. Recorreu-se então a conquistar um estrato social que já provara sua importância nos eventos ocorridos em Évora no ano de 1637: os Povos.

Embora a literatura produzida nos primeiros momentos do Portugal restaurado possa parecer voltada apenas para a legitimação do golpe nas cortes europeias, dando base teórica suficiente para auxiliar a empreitada das embaixadas portuguesas, esta é só uma de suas facetas e não podemos nos restringir a ela. A publicação de textos em português no período aponta para um direcionamento do discurso: o público alvo é português, seja ele um fidalgo

⁵ Para maiores informações, Cf. COSTA, Leonor Freire; CUNHA, Mafalda Soares da. *D. João IV*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006. De acordo com D. Francisco Manuel de Melo, no entanto, a chegada à Lisboa teria ocorrido no dia 7: “Entraram os novos reis em Lisboa aclamados novamente, seis dias depois da aclamação...”. MELO, D. Francisco Manuel de. *Tacito Portugues: Vida, Morte, Dittos e Feitos de El Rey Dom João IV de Portugal*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1995. p. 83.

⁶ Cf. CIDADE, Hernani. *A literatura autonomista sob os Filipes*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1950.

da corte, um trabalhador jornalista do Porto ou um camponês do Alentejo. A famosa *Relaçam de tudo o que passou na felice aclamaçam do mui Alto & mui Poderoso Rei D. João o Quarto nosso Senhor, cuja Monarquia prospere Deos por largos annos*,⁷ publicada em 1641, é testemunho do argumento. Nela são narrados os eventos dos dias anteriores ao golpe sob uma lente heroicizante, destacando-se a prudência de um Duque de Bragança que esperava o momento certo para vir à cena e dos fidalgos que ouviram o chamado dos Povos, descontentes com o jugo castelhano. Segue em anexo à referida obra uma lista dos partícipes do levante, num claro objetivo de elevar seus nomes à glória que se pretendia gozar após a independência lusa.

É a primeira obra, até nos onde é possível saber, que destaca os Povos como uma das forças atuantes no processo de deposição da influência política castelhana em Portugal. De fato, ao narrar os preparativos para o assalto ao Paço da Ribeira, o autor alega que “os Confederados iam com novo alento continuando, e fizeram grandíssimas diligências, por ver se podiam com o segredo devido atrair o povo”, pois “semelhantes empresas não se podem levar ao cabo, sem o séquito do povo”.⁸ A referência é reveladora: indica que aqueles que têm em mãos o poder necessitam da sustentação dos populares.⁹ Transparece ainda, e mais importante, que não podemos reduzir os conflitos políticos e sociais do Portugal barroco a um desbaste horizontal entre facções: os grupos beligerantes haviam que buscar o prestígio público, abrindo mais um front de batalhas.

A opinião pública era, portanto, mais uma arena onde os diferentes grupos políticos haviam de se bater. Nesse sentido a publicística da Restauração se apresentava como um importante instrumento de coesão social, e sua análise pode prover indicadores importantes para mapear os grupos beligerantes pelo poder no Portugal restaurado. Muito do que foi publicado pelas oficinas portuguesas da época era voltado a esse público.

Destacam-se entre esta produção tipográfica os textos de cunho astrológico-profético. Os astrólogos participaram desta empresa ao erigirem seus prognósticos para os anos vindouros, mas principalmente ao enquadrar o passado e presente português em uma lógica dependente das influências celestes sobre o mundo sublunar ou ao submeter a realidade a um plano divino que poderia ser lido, exatamente, nos céus. Por outro lado não poderiam abrir

⁷ MAIA, Nicolau da. *Op. cit.*

⁸ *Idem, Ibidem.* p. 9.

⁹ De fato tal fenômeno não é de todo surpreendente. A literatura política dos séculos XVI e XVII está repleta de alusões à origem do poder dos monarcas, onde abundam as interpretações nas quais o Rei aparece como um servidor da república, recebendo das gentes o poder e ofício de organizar o convívio social. Como referência para o caso ibérico, Cf. SUÁREZ, Francisco S.J. *De Legibus ac Deo legislatore in decem libros distributus*. Coimbra: Gomez de Loureiro, 1612. Tradução para o castelhano de José Ramón Eguillor Muniozuren S. J. Madri: Instituto de Estudios Políticos, 1967.

mão de interpretar os acontecimentos derivados da aclamação de 1640 à luz do saber astrológico, como as batalhas intestinas da cúpula política lusa ou aquelas travadas contra o inimigo castelhano, o incremento do comércio marítimo ou o cativo de D. Duarte em Milão.

Não entraremos aqui nos pormenores da construção de conhecimento sobre o mundo natural baseado na astrologia; cabe apenas dizer que este saber não se encontrava, em meados do século XVII, inteiramente dissociado da astronomia¹⁰, como acontece nos dias de hoje. O saber astrológico, como subsidiário do estudo dos movimentos dos corpos celestes, constituía um *corpus teórico* que possuía foros de cientificidade, a despeito dos ferozes ataques proferidos contra suas bases filosóficas desde fins do século XVI¹¹. Luís Miguel Carolino, na obra intitulada *Ciência, Astrologia e Sociedade: A Teoria da Influência celeste em Portugal (1593 – 1755)*¹², problematiza a construção do saber astrológico e dos discursos provenientes de tal conhecimento. O autor defende a cientificidade da astrologia ao analisar a estrutura lógica sobre a qual se assenta tal saber, além de explicitar as discussões teóricas travadas entre vários teólogos, filósofos e matemáticos acerca de questões fundamentais do âmbito astrológico. Ao discutir a aplicação da astrologia como base teórica de diversas atividades humanas – da medicina à política, passando pela meteorologia – Carolino analisa detidamente cada uma destas possibilidades.

Diferente possibilidade de análise nos foi apresentada por Patrick Curry. No livro intitulado *Prophecy and Power: Astrology in Early-Modern England*¹³, Curry terá como objeto de estudo os astrólogos ingleses do século XVII e sua inserção na dinâmica política inglesa ao longo de um período conturbado de sua história política – a guerra civil e o advento da Commonwealth. Para o autor, tais estudiosos exerciam papel fundamental na dinâmica política inglesa, ao proferir e publicar discursos que legitimavam os grupos beligerantes em questão, além de municiar tais forças com um aparato ideológico adjacente ao político com o qual estes poderiam engrossar suas fileiras.

A atuação dos astrólogos na dinâmica política em que estavam inseridos, para Curry, se dá de forma direta, ao elaborarem prognósticos astrológicos que tinham por conclusão a

¹⁰ Cf. Eugenio Garín. *O Zodíaco da Vida: a polémica sobre a astrologia do séc. XIV ao séc. XVI*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

¹¹ Podemos citar como exemplo os vigorosos ataques proferidos por Giovanni Pico della Mirandola contra as bases da astrologia. Cf. Eugenio Garín. *Op. Cit.*

¹² CAROLINO, Luís Miguel. *Ciência, Astrologia e Sociedade. A Teoria da Influência Celeste em Portugal (1593-1755)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

¹³ CURRY, Patrick. *Prophecy and Power, Astrology in Early Modern England*. Oxford: Polity Press, 1989.

morte de personagens políticos importantes, de generais a Reis. O discurso astrológico aparece, assim, como determinante na reestruturação da ordem social.

Com argumentos semelhantes aos de Curry temos Ann Geneva e sua obra *Astrology and the seventeenth century mind: William Lilly and the language of the stars*.¹⁴ Neste texto, a autora utilizou um método que muito lembra a micro-análise para estudar o saber astrológico na Inglaterra do século XVII, elegendo como protagonista de sua narrativa o célebre astrólogo inglês William Lilly. Rastreando as correspondências pessoais, os manuscritos ainda não publicados e as obras escritas pelo autor, Geneva foi capaz de dar contornos mais nítidos à prática astrológica de Lilly, além de humanizar o personagem ao construir as relações familiares, sociais e políticas do astrólogo. Ao fazê-lo a autora reconstrói a intervenção cultural do discurso de seu protagonista e suas aspirações políticas.

O parentesco entre os métodos de Curry e Geneva deriva da monumental obra de Keith Thomas, *Religião e o declínio da Magia*, publicada pela primeira vez em 1971.¹⁵ Dentre as inúmeras colaborações para o estudo das relações entre a cultura popular e o pensamento científico, destaca-se o método utilizado por Thomas para construir sua análise: uma proximidade entre história e antropologia incomum na época, com a valorização de tipos de fontes então negligenciadas pela historiografia, como correspondências pessoais das personagens estudadas.

Podemos então dizer, com alguma segurança, que algumas análises importantes sobre o papel da astrologia no pensamento moderno já foram publicadas. No entanto estas análises sempre visaram entender, em última instância, o processo de derrocada da astrologia como um saber considerado científico e sua transformação em mera credence. Não é esse o objetivo do presente trabalho. Dada a reconhecida importância da astrologia para o pensamento científico nos séculos XVI e XVII, a questão que nos norteia é a forma pela qual este saber foi utilizado para falar do mundo em que seus detentores viviam. A maneira pela qual os astrólogos utilizaram o saber astrológico para interferir no panorama político que se apresentava a eles.

Cabe-nos questionar, portanto, as bases epistemológicas sobre as quais estes discursos foram construídos. O panorama intelectual europeu de meados do século XVII mostrava influências de diversas matrizes filosóficas, principalmente depois da Renascença. Se desde os fins do medievo a filosofia aristotélica vinha dando os primeiros sinais de cansaço, ela não

¹⁴ GENEVA, Ann. *Astrology and the Seventeenth Century Mind: William Lilly and the Language of the Stars*. Manchester: Manchester University Press, 1995.

¹⁵ THOMAS, Keith. *Religião e o declínio da Magia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

deixou de se readaptar aos novos tempos. Por outro lado desde o século XIV uma afluência de traduções dos comentadores gregos e árabes de Aristóteles corria de mão em mão ao longo do continente, alimentando novas interpretações sobre o mundo natural. A par disso, outras correntes filosóficas se digladiavam e amalgamavam em uma miríade de possibilidades aos homens de saber. Outra questão pertinente é a forma como estas bases filosóficas e a construção teórica daí proveniente foram transformadas em um discurso inteligível, evocando tópicos já existentes entre o público a quem as obras se dirigiam.

Em terceiro lugar, um dado angustiante. Os tratados astrológicos a que tivemos acesso se localizaram temporalmente em dois períodos distintos: no começo da década de 1640 e entre os anos de 1660 e 1666. Precisaremos entender os tipos de constrangimentos e oportunidades que influenciaram esta concentração, além de inferir a que propósito, afinal, os autores obedeciam ao concentrar seus escritos desta maneira. Desta forma o trabalho que segue visa entender as formas pelas quais os astrólogos portugueses utilizaram seu saber para interferir na sociedade lusa nos tempos de guerra contra Castela, realizando uma ligação inequívoca – e inquebrantável - entre o *fazer ciência* e o *construir opinião*.

Para tal organizamos a narrativa em três capítulos. Em um primeiro momento, analisaremos o período imediatamente posterior ao golpe de 1º de dezembro de 1640, época conturbada por conta da remodelação política comum à quase toda mudança de governo, principalmente quando se trata de um golpe de estado. Neste contexto nos debruçaremos mais detidamente na ação dos astrólogos de definir a nova situação política, atentando para as bases teóricas sobre as quais se assentaram seus discursos. No segundo capítulo faremos a transição para o começo da década de 1660, quando novas perturbações internas alteram o nada estável equilíbrio de forças dentro da cúpula política lusa, com um novo rei sustentando a coroa e outras personagens capitaneando os esforços políticos do reino. A identificação de D. Afonso VI como rei por direito será construída pelos astrólogos de forma semelhante àquela experimentada nos primeiros anos do Portugal Restaurado, mas com especificidades próprias do contexto. O terceiro e último capítulo versará sobre as demais formas pelas quais os astrólogos portugueses se referenciaram ao panorama político interno e externo nos vinte e oito anos que separaram a aclamação de D. João IV e o fim da guerra contra Castela.

Capítulo I

O Serpentário de Madri: a conspiração de 1641, suas sucessoras e os novos rumos políticos do Portugal.

“A Portugal Deos o tem guardado para Monarchia a mais celebre da Europa, para flagello dos hereges, para vivo espelho da conservação da Fè Catolica, para retrato & exemplar da constancia & firmeza nella.”¹⁶

Desde as primeiras reuniões entre aqueles que se levantariam contra o governo filipino em dezembro de 1640, a certeza da guerra contra a poderosa Monarquia Católica prometia períodos de carestia e anunciava a necessidade de considerável esforço por parte dos potentados lusos em consolidar a independência política do Reino. Com a aclamação de D. João IV a preparação para a guerra se iniciava. Em 1641 se realizaram os primeiros ataques às aldeias fronteiriças, levados a cabo por pequenos grupos de soldados, tanto castelhanos quanto portugueses. Essas pequenas investidas que invariavelmente eram movidas pelo desejo do saque deram o tom dos primeiros anos de guerra.

No entanto nem todas as ameaças à Restauração eram externas. Quando os fidalgos tomaram de assalto o Paço da Ribeira, no fatídico primeiro de dezembro de 1640, grande parte da alta nobreza portuguesa apoiava o domínio filipino e o grosso da população encontrava-se dividida ou desinteressada nos acontecimentos daquela manhã. Não havia, a despeito do que afirma parte da literatura sobre o assunto, um consenso acerca da questão.

1. Uma nova guerra em um antigo front.

Testemunho do que foi dito é a obra de Francisco Guilherme de Casmach. Nascido por volta de 1570, doutor em medicina pela Universidade de Salamanca,¹⁷ este astrólogo e médico publicara, em 1623, uma obra de medicina intitulada *Relação Cirúrgica de um caso*

¹⁶ LOUROSA, Manoel Gomez Galhano. Polymathia Exemplar. Doctrina de Discursos Varios Offerecida ao Conde de Castel-Melhor. Cometographia Meteorologica do Prodigiouso e Diuturno Cometa que Appareceo em Novembro do Anno de 1664. Occupação Curiosa do Licenciado Manoel Gomez Galhano Lourosa, Medico Lusitano. Lisboa: Antonio Craesbeeck de Mello, 1666. p. 53.

¹⁷ Cf. SILVA, Innocência Francisco da. *Dicionário Bibliográfico Português. Estudos de Innocência Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil. Continuados e ampliados por P. V. Brito Aranha. Revistos por Gomes de Brito e Álvaro Neves*, 23 vol.. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858 – 1923. Tomo IX, p. 388. Segundo esse autor Casmach – ou Kasmach – teria nascido no ano de 1569 e ainda vivia em 1650.

*grave a que sucedeu mortificar-se um braço e cortar-se com bom sucesso.*¹⁸ Ao que tudo indica, construiu uma célebre carreira neste campo, a ponto de gabar-se, vinte e três anos depois, de ser um “filósofo, e astrólogo, e cirurgião das Majestades Reais”.¹⁹ Até onde nos foi permitido aferir, era de fato médico da Corte dos Bragança. Já beirando os setenta anos, se encontrava encarregado de tratar da saúde da Família Real portuguesa. A folha de rosto de uma de suas obras que serão analisadas – o *Almanach Prototipo e Exemplar de Prognósticos* publicado em 1644 - o intitula “cirurgião dos do número Del Rei nosso Senhor, e das mesmas pessoas Reais”.²⁰

Casmach enxergava a população dividida e, lançando mão de pena e tinta, aproveitava sua erudição para interferir na sociedade. O autor utilizou uma elaborada metáfora para tal: compara os estados da sociedade – nobreza, clero e povos, a quem o autor inclui um quarto, a saber, a milícia – a palmeiras. Segundo o astrólogo, os egípcios plantavam as tâmaras amarradas de quatro em quatro, de onde nasciam quatro palmeiras, que cresciam juntas. Em Portugal, por outro lado, plantavam as sementes separadas, de onde resultariam palmeiras que nunca dariam frutos. Então importava que os estados se unissem em prol de um Portugal mais forte.

A indicação é importante, tendo em vista que após sessenta anos de domínio filipino, onde poucas vezes as Cortes foram convocadas, entre os fins de 1640 e 1644 duas reuniões haviam sido realizadas. Outra aconteceria logo em 1645. De acordo com os regimentos políticos portugueses, certas medidas importantes só poderiam ser tomadas com o aval das Cortes, como a aprovação de novos impostos, e eram os Estados, reunidos, que legitimavam a ascensão de um monarca, por exemplo. Em 1581 a união das coroas de Portugal e Castela sobre a cabeça de Filipe II necessitou da aprovação das Cortes, reunidas na cidade de Tomar. Nos capítulos de janeiro de 1641 foi votado um oferecimento para sustentar o esforço de guerra que ainda no mesmo ano converteu-se em um imposto sobre rendimentos de todo o tipo, a *décima*.²¹ Esta contribuição, a ser recolhida apenas no Reino, não excetuou nenhum grupo social, a não ser a soldadesca em serviço e aqueles que não tinham rendimentos de trabalho ou bens.

¹⁸ CASMACH, Francisco Guilherme. *Relação Cirúrgica de um caso grave a que sucedeu mortificar-se um braço e cortar-se com bom sucesso*. Lisboa: Gerado de Vinha, 1623.

¹⁹ *Idem*. *Brachylogia Astrologica e Apocatastasis*. Lisboa: Paulo Craesbeeck, 1646. *Fl. de rosto*.

²⁰ *Idem*. *Almanach Prototipo e Exemplar de Prognosticos*. Lisboa: Paulo Craesbeeck, 1644. *Fl. de rosto*.

²¹ Maiores informações, Cf. SERRÃO, J. Veríssimo. *História de Portugal*, v. 4, *Restauração e Monarquia Absoluta, 1640 – 1750*. Lisboa: Verbo, 1980; ANDRADE E SILVA, José Justino de. *Collecção chronologica da legislação portugueza compilada e anotada*. Lisboa: Imprensa E. X. de Souza, 1856.

As Cortes assinalavam o poder da população, representada por seus estamentos. A despeito da parcela dos historiadores que defenderam a arcaica idéia de um *absolutismo* baseado no pressuposto de que o poder dos Reis era cedido diretamente por Deus, a alternativa teórica para a natureza do poder régio era a mais comum, se não em toda a Europa ao menos em Portugal. Na obra intitulada *De Legibus* o jesuíta Francisco Suárez concebe as sociedades como baseadas em famílias, que se reúnem cidades. Essas compõem os Reinos. Para mediar essas inúmeras relações sociais existe a necessidade de se criar leis. A essência do poder de legislar é dada pela natureza, não a alguns homens em específico, mas a todo ser humano. A transferência deste direito natural de liberdade e soberania dos indivíduos para um ou mais homens ou instituições visaria o *bem comum* daquela sociedade.²² Assim o Rei – identificado classicamente como o *legislador* – recebe seu poder da população a quem, de certa maneira, deve servir. Concepção bastante diferente daquela imaginada por Bossuet.

A desunião dos estados nas Cortes refletiria, no entendimento de Casmach, a não congruência dos interesses dos portugueses em geral; o astrólogo afirma que uma grande doença se espalhava pela Europa e por Portugal, especificamente. A paz desejada por Casmach só poderia ser alcançada se os próprios lusos erradicassem esse mal do Reino, deixando-se levar pelas benignas influências que os astros lançavam sobre Portugal. A inveja, que para o autor fora o sentimento que levava alguns portugueses a conspirar contra D. João IV em 1641, apontava para a falta de unidade do Portugal Restaurado. Essa união era mais que necessária naquele momento de guerra. Casmach sabia disso e colocou sua pena a serviço da Restauração ao clamar pela união entre os lusos:

Portanto, ó ilustres lusitanos, desterramos tão cruel peste deste Reino, de todos o mais invejado por suas grandezas. Deixemos obrar em nós celestes influências, rejamo-nos por tão benignas estrelas; e se a isso não nos move nem o bem próprio que alcançamos, nem o divino que ofendemos, mova-nos ao menos o crime de Lesa-Majestade em que incorremos, e tragamos diante de nossos olhos o coração e olhos do Reino, que é nosso sereníssimo Rei, Senhor e Pai da Pátria D. João IV, que Deus guarde, a cuja Real pessoa primeiro o Reino enquanto invejoso ofende [...] E já que [D. João] é os olhos do Reino, tragamo-lo sempre nos nossos para o não ofendemos, e até com a vida o defendamos, e finalmente seja Rei dos corações, já que é o coração do Reino.²³

²² SUÁREZ, Francisco S.J. *Op. cit.*

²³ CASMACH, Francisco Guilherme. *Brachylogia Astrologica e Apocatastasis*. Lisboa: Paulo Craesbeeck, 1646. pp. 12-13.

Luís Miguel Carolino afirma que “os prognósticos de Casmach dirigiam-se a um público fidalgo, mais rico e, especialmente, mais letrado”.²⁴ Como principais argumentos, os títulos híbridos – utilizando radicais gregos e latinos, com ênfase nos primeiros – e o preço dos livretos de Casmach: por volta de dez vezes mais caros que o preço corrente para almanaques astrológicos nas ruas de Lisboa. Portanto, os lusitanos a quem parece se referir este astrólogo eram parte da nobreza portuguesa, ou ao menos aqueles que possuíam cabedal para adquirir e apreciar a obra. Um estrato da sociedade que não se fundia com o público usual de almanaques. Tratava-se de um apelo. A inveja causara a divisão entre os grandes do Reino, a quem o discurso de Casmach parecia ser dirigido. E essa divisão substanciou-se, no entender deste astrólogo, em um dos episódios mais importantes do Portugal recém-restaurado.

2. A malfadada conjura de 1641: as causas, o processo e os envolvidos.

Em fins de julho de 1641 a nobreza portuguesa foi surpreendida por uma série de prisões de alguns de seus membros mais ilustres, acusados pelos crimes de traição e lesa-majestade. Planejavam a morte de D. João IV e a devolução da coroa portuguesa aos Habsburgo com o auxílio de alguns indivíduos alheios à fidalguia lusa.

No dia 24 daquele mês foram detidos Pedro de Baeça, Belchior Correia da Franca e Diogo de Brito Nabo. O conde de Vimioso, recém-chegado do Alentejo, fora o autor da denúncia e um dos principais nomes a frente das investigações que desmascararam o plano. Depois de encarcerados, admitiram culpa corroborando as denúncias e revelações já feitas, incriminando alguns membros da mais alta fidalguia do Reino.

Quatro dias depois das primeiras prisões era a vez de D. Sebastião de Matos de Noronha, arcebispo primaz de Braga, o Marquês de Vila Real e o Duque de Caminha, seu filho, D. Francisco de Castro, bispo inquisidor-geral, Nuno de Mendonça, segundo conde de Vale dos Reis, Gonçalo e Lourenço Pires de Carvalho, pai e filho, D. Antonio de Ataíde, quinto conde da Castanheira, Rui de Matos de Noronha, primeiro conde de Armamar e muitos outros.²⁵

²⁴ CAROLINO, Luís Miguel. *A Escrita Celeste: Almanagues astrológicos em Portugal nos Séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Access Editora, 2002. pp. 57 – 58.

²⁵ A lista completa dos conjurados de 1641 presos no dia 28 de julho daquele ano encontra-se em COSTA, Leonor Freire; CUNHA, Mafalda Soares da. *Op. cit.* pp. 114 – 115.

Em 29 de agosto de 1641 foram degolados na praça pública do Rossio o duque de Caminha, o marquês de Vila Real, o conde de Armamar e D. Agostinho Manuel; na mesma hora, em outros lugares, foram enforcados Belchior Correa e Pedro de Baeça. Outros encontraram o mesmo fim. Alguns conjurados foram ainda descobertos depois, sendo perdoados. Os eclesiásticos envolvidos na conjura foram condenados à prisão, mas o próprio inquisidor-geral, D. Francisco de Castro, fora libertado pouco depois.

Tratou-se, portanto, de um movimento orquestrado por elementos provenientes do alto clero e da alta nobreza do reino, aliados a outras personagens importantes, estratos sociais que se confundiam constantemente. O fato tornava evidente a falta de unanimidade a que experimentava o recém-aclamado D. João IV além da divisão da nobreza do Reino, a despeito da incerteza que ainda hoje ronda os motivos pessoais que levaram cada um dos conjurados a se envolver na mal fadada conspiração de 1641. A literatura coetânea – ou ao menos publicada no período de tempo abarcado pela pesquisa – almejou responder estas questões, mas as dúvidas permanecem; um dos autores que trataram este problema, ainda que com certa ligeireza, foi D. Francisco Manuel de Melo.

Segundo o autor do *Tacito Portugues* o Marquês de Vila Real “não se achava interiormente satisfeito da confiança que dele fazia El-Rei D. João”.²⁶ Além do marquês, o Arcebispo de Braga nutria profundo descontentamento com o governo de D. João IV, principalmente por ocasião de uma antiga desavença. Outros nomes da maior nobreza do Reino, por motivos diversos, conspiraram junto ao referido marquês:

Conferidas as queixas do arcebispo e marquês, passou a prática livre, e depois a conferência, que compreendeu, além dos autores, ao inquisidor-geral, D. Francisco de Castro, ao duque de Caminha, D. Miguel de Noronha, conde de Armamar, Rui de Matos, D. Agostinho Manuel, seu confidente, e outras pessoas mais, entre os quais era o mais útil para seus intentos um mercador de grande riqueza, dito Pedro de Baeça, que, em serviço de El-Rei de Castela, oferecia assistir com dinheiro necessário a qualquer empresa.²⁷

Os conjurados procuravam engrossar seu partido sem examinarem, nas palavras de D. Francisco Manuel de Melo, “o ânimo daqueles a quem se comunicavam”.²⁸ Desta forma a existência da conspiração chegou aos ouvidos de D. João IV, que ordenou a prisão dos envolvidos.

²⁶ MELO, D. Francisco Manuel de. *Op. cit.* p. 106.

²⁷ *Id. Ibid.* pp. 106 – 107.

²⁸ *Id. Ibid.* p. 112.

Na tentativa de explicar as causas da conjura, D. Francisco Manuel de Melo acredita que não só a malícia mas, principalmente, o temor foi cúmplice do levante. O autor conta que o então governador das armas do Alentejo, o Conde de Vimioso, informou ao marquês de Vila Real, ao arcebispo de Braga e ao inquisidor-geral a estimativa das forças que iriam combater e a possibilidade de Portugal vencê-las: “Achava-se que o Vimioso, fazendo o próprio juízo os induziu a desesperar da conservação”.²⁹ Atemorizados, “tendo por certo a perda e não menos o favor de El-Rei antigo”³⁰, tramaram a conjura. O Conde de Vimioso, após várias conferências com os supracitados precursores da conspiração, veio a D. João IV informar-lhe dos ânimos dos mesmos, onde Francisco de Lucena “lhe deu a entender que a tardança deste aviso o fazia suspeito”.³¹ Segundo D. Francisco Manuel de Melo, o Conde de Vimioso abriu mão de seu cargo no intuito de comandar as investigações deste negócio. Sucedeu-lhe no governo das armas do Alentejo Matias de Albuquerque.

Em 29 de agosto de 1641 foram degolados na praça pública do Rossio o duque de Caminha, seu pai - o marquês de Vila Real, o conde de Armamar e D. Agostinho Manuel; na mesma hora, em outros lugares, foram enforcados Belchior Correa e Pedro de Baeça, “todos com mais espanto que lástima dos circunstantes”.³² Outros encontraram o mesmo fim. Alguns conjurados foram ainda descobertos depois, sendo perdoados: “Muitos pareceram depois menos culpados, não por menores culpas, mas porque se averiguaram em tempo de menor ira. A estes segundos por valia, diligência e ventura foi alcançado o perdão”.³³ Os eclesiásticos envolvidos na conjura foram condenados à prisão, mas o próprio inquisidor-geral, D. Francisco de Castro, fora libertado pouco depois. De acordo com D. Francisco Manuel de Melo, tal fato ocorrera por força da necessidade de não se gerar entre os vassalos de D. João IV um cisma, por força da nomeação para tão alto cargo de um ou de outro.

Tratou-se, portanto, de um movimento orquestrado por elementos provenientes do alto clero e da alta nobreza do reino, estratos sociais que se confundiam constantemente. A despeito da argumentação de D. Francisco Manuel de Melo quanto às causas da conjura, cabe lembrar que muitos dos cargos importantes na gerência política do Portugal neste primeiro momento do novo regime eram ocupados por indivíduos que já possuíam alguma função na burocracia governativa dos Filipes. Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha

²⁹ *Id. Ibid.* p. 111.

³⁰ *Id. Ibid.* p. 110.

³¹ *Id. Ibid.* pp. 111 – 112.

³² *Id. Ibid.* p. 114.

³³ *Id. Ibid.* p. 115.

corroboram a opinião do autor do *Tacito Portugues*, ao compararem as confissões daqueles conjurados presos:

E esse temor foi talvez o principal elemento agregador das vontades e acções dos conspiradores de 1641, pelo menos a avaliar por todas as confissões e testemunhos dos réus que invocaram a inevitável e iminente perda do reino como um dos factores da sua decisão de entrar na conjura.³⁴

No entanto cabe dizer que estas confissões e a narrativa de D. Francisco Manuel de Melo não se reforçam, tendo em vista que o autor escreveu sobre a conjura provavelmente baseando-se nestes mesmos documentos. Não nos cabe aqui erradicar o temor como causa da conspiração, visto que é possível que este seja sim um elemento desagregador naqueles complicados anos de 1640. Devemos entender, contudo, que outros fatores tinham mais vigor no cenário de então, constituindo causas bem mais próximas da sublevação dos homens que intentavam matar o Bragança. Além do desagrado já citado no *Tacito Portugues* que o Arcebispo de Braga nutria por D. João IV desde o ano anterior e das queixas do Marquês de Vila Real, lembremos que estes dois homens freqüentavam o Paço e eram tidos como alguns dos maiores dentre os portugueses. Sua ação junto aos outros conjurados provavelmente teve influência na adesão de muitos deles, mormente no caso do Duque de Caminha, a quem D. Francisco Manuel de Melo acusa apenas de não denunciar o pai:

Entre os mais culpados pareceu mais inocente o duque de Caminha, que em tudo obrou como fiel, se não prevalecesse aquela sentença de Bártolo, tão reprovada de Baldo, que obriga aos filhos e pais, contra a Lei da Natureza, delatarem ao príncipe uns e outros em caso de conspiração.³⁵

Portanto pesaram, além do temor da retaliação de Filipe IV, a influência do Arcebispo de Braga e do Marquês de Vila Real e os motivos particulares dos envolvidos. Belchior Correa da Franca, homem próximo ao Arcebispo de Braga, havia recebido promessa de Diogo Soares, secretário do Conselho da Coroa de Portugal em Madri, da patente de mestre-de-campo de um terço que havia de ser levantado em Portugal e do hábito da Ordem de Cristo. Sua família construía uma sólida base econômica nas praças de África, especialmente em Tanger e Ceuta. Quando os restauradores atiraram pela janela do Paço da Ribeira o corpo de Miguel de Vasconcelos e Ceuta não aclamou D. João IV, tudo isso foi por água abaixo. O mesmo ocorreu com Diogo Brito Nabo, aparentado de negociantes, tendo sua base familiar

³⁴ COSTA, Leonor Freire; CUNHA, Mafalda Soares da. *Op. cit.* p. 117.

³⁵ MELO, D. Francisco Manuel de. *Op. cit.*, p. 113.

originária desta praça. De fato, além de terem sido lesados em seus patrimônios familiares pelo rompimento abrupto com a Monarquia Católica, os dois conjurados ainda mantinham estreita ligação com uma importante personagem relacionada à comunidade dos cristãos-novos castelhanos e ao círculo mercantil e financeiro dos Habsburgo espanhóis: Pedro de Baeça da Silveira.³⁶

Baeça descendia de mercadores tanto por linha materna quanto paterna. As estratégias de casamento da qual foi fruto permitiu que alargasse as redes de negócio da família por todo o Império Português e além, chegando ao Peru e as Caraíbas, à costa africana e também ao oriente, através de seu meio-irmão Fernão Jorge da Silveira. Era credor da coroa castelhana e o tanto que emprestara à Monarquia Católica – estimado em um montante que supera a fulgurosa cifra dos 800.000 cruzados – lhe rendeu uma nomeação de Cavaleiro da Casa Real e o hábito da Ordem de Cristo. Tinha muito a perder, portanto, com o fim da união de coroas.

Para Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha a conjura repousava sobre o núcleo formado pelo Arcebispo de Braga, Belchior Correa da Franca e Pedro de Baeça da Silveira. A partir destes três indivíduos formou-se a rede conspiratória:

Cada um contactou os seus mais chegados, que tinham enfado conhecido ao Bragança ou à situação criada. A partir dessas comunicações foi-se espalhando a informação e angariando novos adeptos. Os papéis e o nível de intervenção eram todavia muito desiguais. Activas e proeminentes parecem ter sido de facto estas três figuras. Os demais foram usados como peões ao sabor do evoluir da conjura e das necessidades circunstanciais. Antes de mais para alargar o leque de adesões, mas também para funções específicas associadas ao espaço social em que cada um se movia.³⁷

Desta forma as causas da conjura de 1641 não se limitavam ao medo do que porventura aconteceria caso Filipe IV recuperasse Portugal. Mais importantes eram os interesses pessoais dos envolvidos, que os levaram a reafirmar – ainda que em sombras – os laços que os unia à Monarquia Católica, laços que foram construídos ao longo de sessenta anos de convívio próximo. No entanto a trama foi desvelada e a punição, severíssima. O Arcebispo de Braga, uma das principais lideranças políticas portuguesas envolvidas na conjura, não fora executado como seus camaradas em argúcia, menos pelo medo do Bragança de um vazio institucional que poderia ser disputado com violência – como acredita D. Francisco Manuel de Melo – que por temor de escoriar ainda mais as já difíceis relações entre

³⁶ Para maiores informações sobre Pedro de Baeça, Cf. BOYAJIAN, James C. *Portuguese Bankers at the Court of Spain, 1626-1650: the last financiers of Iberian hegemony*. New Brunswick / New Jersey: Rutgers University Press, 1983.

³⁷ COSTA, Leonor Freire; CUNHA, Mafalda Soares da. *Op. cit.* p. 119.

o Portugal Restaurado e o Vaticano.³⁸ A conjura fora desfeita ao custo do abalo do instável equilíbrio que caracterizava as relações entre os membros da cúpula política lusa.

3. “O vigor da prometéia flama”: O esforço intelectual para prevenir uma nova conspiração.

Aguçavam-se novamente as tensões entre os diversos grupos políticos, fato que não passou despercebido entre os intelectuais partidários do novo regime. A conjura de 1641 serviu de ensejo a uma enxurrada de textos das mais diversas ordens, desde tratados políticos às publicações ligeiras contando as novas da guerra. Embora todos pareçam ter por objetivo o arrefecimento das tensões políticas dentro do Portugal, em suas linhas é possível perceber, ainda que de relance, o posicionamento dos autores frente a essa peleja, posto que mesmo eles estivessem intimamente ligados a um ou outro grupo. No entanto esta análise não terá lugar no presente texto; cabe apenas apontar para algumas das mais significativas publicações que, segundo entendemos, tiveram por evento motriz principal a atmosfera criada pela conjura de 1641.

Já mencionamos que Casmach assinalou a falta de consenso acerca do novo regime, mas a astrologia não estava isolada em sua empreitada. Outros gêneros se debruçaram sobre a questão, no afã de salvaguardar a independência do Reino. Em novembro daquele ano começou a ser publicado, pela oficina de Lourenço de Anveres, o primeiro periódico português. Conforme seu título completo informava – *Gazeta em que se relatam as novas todas que houve nesta corte e que vieram de várias partes no mês de novembro de 1641* – a primeira edição vislumbrava trazer a público as notícias do que ocorria em Portugal e em diversas partes do mundo naquele final do ano de 1641. De notícias diretamente relacionadas à conjura desfeita em julho, a confirmação da inocência de Luís de Abreu, que estava preso acusado de cúmplice no evento, e o pedido do Conde de Castanheira de traslado do local onde se encontrava preso. Pedido que foi aceito pelo Bragança.

Era veiculada, desta forma, a imagem de um rei cristão que estendia sua misericórdia inclusive em direção àqueles que intentaram seu assassinio. Daniel Saraiva analisou os pormenores do periódico, publicado entre 1641 e 1647, atentando para a forma como o

³⁸ O cuidado com o qual D. João IV tratou do caso do Arcebispo de Braga substanciou-se no envio dos processos dos eclesiásticos envolvidos na conjura para Roma, onde o Bispo de Lamego deveria se justificar perante o Sumo Pontífice. Maiores informações, Cf. ERICEIRA, Conde da (D. Luís de Menezes). *História de Portugal Restaurado*. 4 vols. Lisboa: Officina de Rodrigo Domingues, 1751. V. principalmente o livro V do vol. I.

discurso da *Gazeta* se modificava diante das mudanças da conjuntura política lusa, assim como as alterações nas notícias veiculadas dependiam intimamente da forma como a opinião dos autores de suas linhas se relacionavam aos acontecimentos de dentro e fora do Reino no momento da escrita. A *Gazeta* se esmerava em construir uma artificial pacificação, necessária para a condução dos negócios internos do Portugal e para a preparação da guerra:

Visivelmente, a *Gazeta* tentava combater o clima de agitação levantado pela conspiração, apaziguando os ânimos dos súditos e solidificando a imagem de uma monarquia estável. Almejava-se converter em fortaleza a fragilidade de que o Reino padecia e a ferramenta usada para isso pode ser descrita em uma simples palavra: convencimento.³⁹

As escaramuças fronteiriças já começavam e o periódico as noticiava. No entanto outro tipo de papel ligeiro era publicado tendo por única matéria as novas da peleja entre Portugal e a Monarquia Católica em seus desdobramentos cotidianos: as *relações de guerra*. Constituíam-se em publicações de vocabulário pouquíssimo rebuscado, ao alcance do leitor não-instruído, e preço acessível à população, tal qual a *Gazeta*; narrativas curtas trazendo do front notícias sobre o estado dos enfrentamentos com Castela, sublinhando e enaltecendo os triunfos militares portugueses. Estas *relações* vinham sendo impressas em quantidades crescentes e por meio de sua disseminação um ligeiro sistema de informações passava a aproximar os outrora distantes resultados da guerra à população de Portugal.

O que estava em processo era a execução, por parte da cúpula política lusa e dos intelectuais a ela ligados, de uma ampla campanha de convencimento. Além da convencional reunião de armas, recursos e homens-de-armas, a divulgação continuada destes textos era ainda um movimento de guerra, mas que agia no âmbito da persuasão. Mais que isso: tendo em vista a já exposta heterogeneidade entre os homens que lutavam na corte por um espaço de gerenciamento da nova política portuguesa, estas publicações refletiam – às vezes nas entrelinhas, outras vezes de forma declarada – as contendas que permeavam a discussão política em Lisboa. Não que antes de 1641 não houvesse uma literatura política publicada tendo por objetivo “convencer” seu público-alvo; muito pelo contrário. A novidade a que estamos aludindo tange à percepção dos intelectuais portugueses da fraqueza do edifício político que a Restauração construía e à solução encontrada por alguns destes mesmos

³⁹ SARAIVA, Daniel M. P. “A *Gazeta* e a Restauração”, in: *O Rasgo da Pena, Espada de Portugal*, 2009. 171 fls. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro. p. 19.

homens: uma direção para seus escritos que visava convencer um estrato da sociedade lusa até então negligenciado.

O público para o qual tais papéis eram escritos, a julgar pelo custo de cada exemplar – Daniel Saraiva estipulou que cada *Gazeta* era vendida pelo preço de seis réis – e pela linguagem bastante acessível, não podia deixar dúvidas: os autores das *Gazetas* e das *relações de guerra*, assim como a quase totalidade dos autores de *almanaques astrológicos*, escreviam para o povo português. A mesma gente que, segundo o testemunho do padre Nicolau da Maia, aclamou o Bragança nas ruas de Lisboa no primeiro de dezembro de 1640. Ampliava-se assim o circuito de discussão sobre a política do Reino naqueles idos dos Seiscentos. A mal fadada conjura de 1641 mostrava claramente, como haveriam de provar as subseqüentes ameaças internas à manutenção da independência do Reino, que aquele conclave de nobres e letrados não conseguiria assegurar por si mesmo a integridade da Restauração. Havia que acionar a vigorosa e turbulenta força política contida no povo português. As brigas intestinas entre os cabeças do Reino extravasavam as paredes do Paço da Ribeira e ganhavam as ruas das principais cidades de Portugal.

4. O guardião dos segredos do Rei: Francisco de Lucena.

Se as notícias sobre o desmantelamento da incipiente conjura alarmaram a população portuguesa a ponto de suscitar tal empenho dos intelectuais do Reino naquele ano de 1641, abriram também oportunidades ímpares para que as batalhas pelo timão da pátria fizessem correr sangue pelo convés. Luís Reis Torgal aponta para uma seqüência de conspirações e pseudo-conspirações, estas últimas assim chamadas por serem frutos de intrigas palacianas visando derrubar um determinado opositor político acusando-o de traição.⁴⁰ Assim, além da conjura de 1641, nas cortes de 1642 lançou-se uma acusação contra o secretário de Estado Francisco de Lucena e em 1644 o Marquês de Montalvão fora encarcerado. Em 1647 Domingos Leite intentou por duas vezes o assassinato de D. João IV, e em 1654 foi a vez da tentativa de culpar Sebastião César de Menezes por traição. Tendo em vista que algumas destas conspirações foram de fato reais – notadamente a de 1641 e a de 1647 – acreditamos que Torgal talvez tenha razão ao afirmar que a conjura de 1641 tenha dado uma nova arma política aos partidos beligerantes pelo poder em Portugal.

⁴⁰ TORGAL, Luís Reis. *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*, 2 vols. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1981. Ver nota de rodapé na p.90, vol. 1.

O caso do secretário de Estado Francisco de Lucena merece alguma atenção nesse momento. Lucena esteve à frente do processo de condenação dos conjurados de 1641, encorajando D. João IV a executar sumariamente os envolvidos:

Havia o secretário Lucena por várias vezes animado El-Rei a esta deliberação, persuadindo-o que se danaria ele próprio mostrando temor do que intentavam daná-lo seus inimigos; e afirma-se, por certo, chegou o próprio ministro a dar a forma do cutelo por outro semelhante com que vira na Corte castelhana padecer suplício a D. Rodrigo Calderon, marquês de Sete Igrejas.⁴¹

O secretário fora, de fato, um dos homens fortes por trás do trono de D. João IV nos primeiros momentos de reorganização política do Reino. Nasceu à época da morte de D. Sebastião nas areias de África⁴² no morgado de Peixinhos, propriedade de sua família, que servia aos Bragança. Manuel de Lucena, avô de Francisco, foi o primeiro da linhagem a servir à corte de Vila Viçosa. Afonso de Lucena, pai de Francisco de Lucena, fora jurisconsulto nas causas de sucessão da coroa portuguesa em defesa dos direitos de D. Catarina entre 1578 e 1580. Por conta desta lista de serviços de seus antepassados, Francisco de Lucena sempre manteve laços com os Bragança.

Com a maturação do regime dualista, após a união das coroas, Lucena passa dezessete anos em Madri, ocupando o cargo de Secretário do Conselho da Coroa de Portugal. Em 1631 volta ao Reino, nomeado concomitantemente para os cargos de Secretário das Mercês e das Índias. Por conta da experiência com o trato dos negócios do governo e a proximidade com os Bragança não seria surpresa que fosse alçado a um importante cargo no novo regime.

Quando em Lisboa D. João IV ficara responsável, enfim, pelo exercício do governo do Reino, lidava com o acúmulo de decisões a serem tomadas. As principais eram aquelas relativas à inevitável guerra contra o que era, à época, a principal potência militar da Europa. Mas ao mesmo tempo outras medidas de âmbito governativo deveriam ser pensadas e executadas. À urgência de fazer reconhecer o novo monarca pelo Reino e Além Mar e à tomada das fortalezas portuguesas sobre o controle castelhano adicionava-se a necessidade de informar ao irmão do Bragança, D. Duarte, o ocorrido em Lisboa e pedir-lhe que voltasse. O infante lutava nas guerras européias sob a bandeira dos Habsburgo quando os fidalgos tomaram o Paço da Ribeira. Corria, portanto, sérios riscos de ser capturado ou morto.

⁴¹ MELO, D. Francisco Manuel de. *Op. cit.* pp. 114 – 115.

⁴² A data exata do nascimento de Francisco de Lucena ainda não foi precisada pela historiografia. Baseando-se em relatos sobre a idade do secretário de Estado à época da Restauração, José Emídio Amaro estima que o mesmo tenha nascido entre julho de 1578 e fevereiro de 1579. Maiores informações, Cf. AMARO, José Emídio. *Francisco de Lucena: sua vida, martírio e reabilitação*. Lisboa: Ed. Instituto para a Alta Cultura, 1945.

Os esforços foram capitaneados por Francisco de Lucena. Além de organizar o envio das missivas para D. Duarte, o secretário de Estado teve papel fundamental na política joanina nos primeiros anos do Portugal restaurado. Em um momento de redefinições políticas um importante ofício é a nomeação para os cargos importantes e a concessão de mercês. Lucena fora o artífice da política bragantina no que concerne a questão, mantendo as antigas mercês concedidas pelos Habsburgo nos tempos da união de coroas, visando não angariar desafetos entre a nobreza lusa, e não concedendo novas benesses, garantindo uma equidade entre os “restauradores” nos favores de El-Rei. No entanto essas medidas não impediram a rotatividade nos cargos de comando nas frentes de guerra, a destacar o Alentejo; antes, assinala para a ferocidade do jogo político entre os diversos grupos que compunham a cúpula portuguesa.

Lucena estava, dessa forma, intimamente ligado ao próprio aparato político do Portugal após a ruptura com os Filipes. Mais que isso, o secretário de Estado do Bragança era, ele mesmo, artífice de algumas das mais importantes políticas do novo Portugal. Alguém que, portanto, era um alvo necessário aos opositores do novo regime ou, ao menos, daqueles que discordavam dos rumos que o Reino tomava naqueles primeiros momentos de independência política.

As narrativas coetâneas sobre o caso de Francisco de Lucena, no entanto, lidam com a questão indiretamente. D. Francisco Manuel de Melo e o Conde D’Ericeira, na sua célebre *História de Portugal Restaurado*,⁴³ mascaram todo o processo com uma série de conflitos no qual o secretário se viu envolvido. Vejamos como o caso de Lucena foi tratado nestas obras.

O *Tacito Portugues* é, talvez, a obra mais importante a tratar do processo de incriminação do secretário de Estado de D. João IV. Obra manuscrita, publicada e impressa anos depois da morte do autor, destaca-se em nossa análise por ser a principal referência utilizada pelos trabalhos publicados no século XX que tratam do caso de Lucena. Obra interrompida, contém apenas os sete primeiros livros a que se pretendia adicionar mais. A narrativa é encerrada exatamente enquanto o autor explicita sua versão do processo: temos então apenas meia história. O suficiente para inferir algumas impressões sobre o posicionamento político do autor e de seu objetivo ao escrever tais linhas.

Francisco de Lucena é apresentado por D. Francisco Manuel de Melo no princípio do livro quarto. Ao longo da breve exposição sobre o passado da família Lucena, surge o primeiro ponto de conflito, quando o autor, ao se referir a Afonso de Lucena – pai de

⁴³ ERICEIRA, Conde da (D. Luís de Menezes). *Op.cit.*

Francisco – coloca em dúvida a idoneidade do mesmo no serviço que desempenhava a D. Catarina, avó de D. João IV e uma das pretendentes ao trono luso a par da crise dinástica de 1580: “Era contudo fama, entre os criados daquele tempo, que este antigo Lucena recebera de El-Rei D. Filipe, à custa dos interesses do seu senhor, grandes vantagens”.⁴⁴ Essas vantagens seriam a ocupação do cargo de Secretário do Conselho de Portugal, em Madri, por Fernando de Matos, a quem sucedeu Francisco de Lucena, seu sobrinho. Diziam também “que, esquecidos um e outro secretário Matos e Lucena da honra e princípios que deviam à Casa de Bragança, se lhe mostravam em sua valia pouco afectos”.⁴⁵ De qualquer forma, D. Francisco Manuel de Melo faz apenas alusões a esses boatos, não emitindo juízo sobre os mesmos.

Ocupando então o cargo de Secretário das Mercês, Francisco de Lucena foi elevado ao posto de Secretário de Estado de D. João IV, segundo o autor, pelos nobres: “este [Lucena] foi posto, indo todos os parciais a buscá-lo a sua casa para que aplicasse ao sucedido de El-Rei e bem público seu grande juízo”.⁴⁶ Ainda de acordo com D. Francisco Manuel de Melo, o cargo de secretário de Estado existiria para que não se fizesse uso do valido, “nesta forma julgando os nobres que dando a El-Rei secretário capaz lhe ofereciam valido suficiente”.⁴⁷ O valido, ícone considerado controverso pela literatura política da época, é aqui condenado em sua essência pelo autor:

Os reis antigos portugueses, com excelente exemplo, nunca admitiram, em paço e corte, guarda ou valido, ficando do amor dos vassallos a segurança de sua vida e da verdade dos ministros e da sua consciência. A esta causa era e foi sublime o ofício de Secretário de Estado que, antes ocupado de grandes sujeitos, deixava ao tempo presente o defunto Vasconcelos.⁴⁸

Em seguida D. Francisco Manuel de Melo toca as primeiras medidas do governo do Bragança, ressaltando a urgência em contatar seu irmão D. Duarte, que estava servindo aos imperiais na Guerra dos Trinta Anos. Sabemos hoje que o objetivo das inúmeras cartas enviadas a D. Duarte solicitando que retornasse a Portugal não fora alcançado, sendo capturado o infante português. A respeito disto, o autor do *Tacito Portugues* expõe sua opinião:

Com ser este o primeiro negócio mostrou a experiência que se lhe tardara a resolução, ou errara no modo, nome e cartas soltas se despacharam e todas

⁴⁴ MELO, D. Francisco Manuel de. *Op. cit.* p. 87.

⁴⁵ *Id. Ibid.* p. 88.

⁴⁶ *Id. Ibid.* p. 87.

⁴⁷ *Id. Ibid.* p. 87.

⁴⁸ *Id. Ibid.* p. 86.

perdidas por Flandres, Hamburgo, Holanda e Veneza, devendo reduzir as cartas a menos enviadas que, como cartas missivas, pudessem calar ou dizer o sucesso, segundo a ocasião o pedisse.⁴⁹

Como se pode perceber Francisco Manuel de Melo discorda da iniciativa em sua forma, alegando ainda que o irmão do Bragança estivesse inacessível, pois “assistia atentíssimo ao governo de seu regimento aquartelado então no país de Francónia, distante da corte imperial e por essa causa do comércio das Germânicas”.⁵⁰ Apesar de sua discordância, o autor credita o insucesso da iniciativa a um erro, não a um ato pensado; para D. Francisco Manuel de Melo, Lucena foi injustamente acusado deste crime: “Acaso o alvoroço mais que a malícia foi o culpado desta inadvertência, quando depois com outra maior foi punida como maldade e não como inadvertência”.⁵¹

No jogo político de nomeações para cargos importantes, no qual Lucena era peça-chave, surge no discurso de D. Francisco Manuel de Melo o personagem António Teles da Silva. Tendo sido um dos aclamadores de dezembro de 1640, “foi o primeiro que derramou sangue em seu serviço, da pátria e sua liberdade”⁵², sendo por isto nomeado mestre-de-campo-general do Alentejo, para exercer o posto com o Conde de Vimioso. A este tempo chegara do Brasil o mestre-de-campo João Mendes de Vasconcelos que, apoiado pelo Marquês de Montalvão, é nomeado para o mesmo cargo. Instaura-se um problema. A solução encontrada foi oferecer a António Teles o posto de governador do Brasil, nomeação muito mais avultosa que a anterior. O aceite vem com uma condição: António Teles propõe que, antes de assumir o governo do Brasil, deve exercer o cargo no Alentejo. A resposta de D. João IV, ministrada pelo Lucena, é taxativa: que ou aceitasse o posto do Brasil ou perderia ambos. D. Francisco Manuel de Melo reprovava a conduta do Rei que se isenta de receber a resposta e ordena que seu secretário lide com o problema:

Por ser este o costume de alguns príncipes, não será injusto nos detenharmos a ilustrá-lo. Note-se pois se não julga a vergonha nem é novo que, segundo o modo porque se usar, será virtude ou vício, que já de ociosa vergonha houve um sábio que escreveu sabiamente, porém logo nos príncipes, pejo repreensível é desviar seu semblante de qualquer das suas resoluções, que com ele altamente se qualificam..⁵³

⁴⁹ *Id. Ibid.* p. 89.

⁵⁰ *Id. Ibid.* p. 89.

⁵¹ *Id. Ibid.* p. 89.

⁵² *Id. Ibid.* p. 146.

⁵³ *Id. Ibid.* p. 150.

Assim recai sobre o Lucena o ódio de António Teles, no entender de D. Francisco Manuel de Melo: “António Teles ficou engrandecido, e ainda queixoso, El-Rei servido, e Lucena odiado”.⁵⁴ No entanto, se houve vezes em que o secretário angariava inimizades por conta da omissão do Bragança, o próprio Lucena foi responsável por aquela que se provou ser a principal causa de sua ruína: o embate contra o Conde de Vimioso.

D. Francisco Manuel de Melo nos dá conta do episódio que se desenvolve em torno da nomeação do aio do príncipe D. Teodósio, primogênito de D. João IV. Para o autor o Conde de Vimioso seria a escolha óbvia para o ofício, tendo em vista que era instruído nas Ciências, artes e línguas. Mas Lucena interferiu no processo: “El-Rei foi assim advertido de pessoas zelosas, mas o Lucena, procurando imprudentemente merecer o ódio do Vimioso que até então padecera injustamente, dissuadiu facilmente a El-Rei daquela escolha”.⁵⁵ Segundo o autor outras pessoas foram propostas e excluídas, sugerindo que D. Teodósio não teve um tutor. Lucena construíra por si desafetos. A D. João IV, segundo D. Francisco Manuel de Melo, convinha jogar esse jogo, onde via “encaminhados a outrem os queixumes que puderam fazer dele”.⁵⁶

Em setembro de 1642 reuniam-se as Cortes pela segunda vez desde o golpe da Restauração. No convento de S. Roque, onde se reunia o braço da Nobreza, Sebastião César, bispo do Porto e secretário da Nobreza, conclamava os seus a arbitram tudo o que fosse conveniente “ao serviço do Príncipe, conservação do Reino e aumento do Estado da Nobreza”⁵⁷ quando foi interrompido pelo Vimioso que acusava Lucena de ser um intermediário entre El-Rei e as Cortes, além de muitas vezes governar em nome de D. João IV. Solicitava que todos se esmerassem no intuito de remover “tão grande obstáculo entre El-Rei e o Reino”.⁵⁸ Segundo D. Francisco Manuel de Melo os outros braços do Estado seguiram a nobreza neste intento, o Eclesiástico pelo fato de muitos dos seus pertencerem também ao Estado da Nobreza. O Terceiro Estado por conta de promessas feitas pelos outros dois.

Em um primeiro momento fabricaram-se “importunas calúnias, tão bárbaras, tão maliciosas”.⁵⁹ Aqui surge o terceiro inimigo de Lucena: o arcebispo de Lisboa, D. Rodrigo da Cunha. Também um dos aclamadores do 1º de dezembro, D. Rodrigo carregava queixas acerca da nomeação para o bispado de Viseu, no qual Lucena teve ação preponderante. D. João IV e Lucena revogaram esta decisão, mas o arcebispo, no entender do autor, guardou

⁵⁴ *Id. Ibid.* p. 150.

⁵⁵ *Id. Ibid.* p. 153.

⁵⁶ *Id. Ibid.* p. 154.

⁵⁷ *Id. Ibid.* p. 159.

⁵⁸ *Id. Ibid.* p. 160.

⁵⁹ *Id. Ibid.* p. 162.

ressentimentos contra o secretário de Estado. O sacerdote, junto ao Vimioso e outros, redigiram um texto acusando Lucena de traição, munidos do depoimento do padre Francisco Manso – outro personagem que havia sido preso por intermédio de Lucena. O secretário então teria colocado seu cargo à disposição de D. João IV que, no entanto, negou-se a abrir mão de seu imediato. Decisão que durara pouco, frente às pressões impostas por nobres e eclesiásticos.

Removido de seu posto, Lucena foi convencido a retirar-se na fortaleza de S. Gião, certo de que correria maiores riscos se permanecesse aos olhos de seus detratores. Na opinião de D. Francisco Manuel de Melo, a remoção de Lucena foi utilizada por D. João IV para diminuir as pressões sobre si mesmo, controlando a Nobreza e o Clero com ameaças de readmitir o antigo secretário. Desta forma mostrou-se necessária a eliminação do Lucena.

Infelizmente é nesse ponto que termina o manuscrito do *Tacito Portugues*. Seu autor expira em 1666. O texto que nos chega é da pena de um certo frei Vicente Salgado, ex-geral e cronista da Congregação da Terceira Ordem, que copiou o manuscrito em dezembro de 1797.

A obra do Conde D’Ericeira trata o caso de Lucena de forma quase idêntica: difere apenas na ênfase colocada sobre a ação de D. João IV nas manobras finais do Conde de Vimioso para condenar o secretário de Estado do Bragança. Vejamos então como a história do Lucena é completada na *História de Portugal Restaurado*.

Lucena estava encarcerado na fortaleza de S. Gião. O inquérito sobre suas culpas corria sem grandes avanços, até o momento em que o Conde de Óbidos captura um catalão nas fronteiras do Alentejo. Este prisioneiro é reconhecido como agente de Pedro Bonete, que é também preso e torturado, mas não confessa. O Conde de Ericeira diz então que após uma visita de D. João da Costa, Bonete concorda em confessar seus crimes “com mais industria que verdade”.⁶⁰ Tais crimes consistiriam em fazer passar a Portugal, vindo da Catalunha, um maço com três cartas endereçadas ao Lucena, já detido: uma carta escrita por Afonso de Lucena, seu filho, outra por Diogo Soares e uma pelo próprio Conde-Duque de Olivares. O processo que se seguiu foi inconclusivo, segundo o autor, posto que os depoimentos dos acusados por facilitar a entrega das cartas – entre eles D. José de Menezes – eram contraditórios. Para D. Luís de Menezes foi o depoimento do jesuíta Francisco Manso, recém chegado de Castela, que pôs fim às dúvidas sobre a culpabilidade de Lucena, tendo alegado ouvir em Madri que o secretário de D. João IV se correspondia com o Conde-Duque. Além desse depoimento, foi anexado aos autos do processo uma carta entregue pelo Bragança,

⁶⁰ ERICEIRA, Conde da (D. Luís de Menezes). *Op. cit.* Tomo II, p. 20.

acompanhada de um decreto assegurando a autenticidade e legitimidade da mesma, culpando o Lucena de se mancomunar com a corte castelhana:

Dizia a carta; que em Madrid se espantarão os Ministros daquela Corte de não entrar Francisco de Lucena na conspiração do Arcebispo de Braga: e advirtia-se nella com apertadas instancias, que se dissesse a ElRey que se não fiasse de Francisco de Lucena.⁶¹

O Conde de Ericeira põe assim um fim ao processo que condenou Lucena ao cadafalso. Recebida esta carta, adicionada às acusações e depoimentos, o secretário foi condenado culpado. O autor transcreve a sentença, lançada em 22 de abril, em seu livro:

Que o Reo sendo vassallo del Rey, e seu Secretario de Estado, havia communicado por cartas os inimigos de sua Coroa, das quaes cauteloso, e fraudulentamente mostrava a ElRey as que lhe parecia, encobrendo outras que lhe prejudicavaõ: e que com este trato dobre havia dado occasião a que os inimigos desta Coroa lhe cõmetessem a destruição da vida, e do Reino delRey: e que havendose provado que estas cartas lhe foraõ dadas; as encobria pertinazmente, havendo elle dito a ElRey, que de Castella lhe faziaõ esta proposta: e que juntamente se provava acharemse nas mãos de alguns Ministros de Castella papeis de grande importância, e instrucçoens de embaixadas, que só do Reo como Secretario de Estado se fiavaõ: e que por presunçoens muito evidentes se entendia, que elle por antigo odio que tinha ao Infante D. Duarte; lhe dilatara o aviso que ElRey lhe mandara fazer para se passar de Alemanha a este Reino, por querer dar tempo aos Castelhanos para o prenderem, como succedeo. E que por estas culpas o julgavaõ por traidor, comprehendido no crime de leza Magestade, e o sentenceavaõ a degolar em praça publica.⁶²

Não podemos afirmar que este é o texto real da sentença contra Francisco de Lucena. Embora tenha sido transcrito entre aspas pelo Conde de Ericeira, nada impede que seja uma versão do autor. Nesta versão encontramos, sintetizadas sob o título de traição, acusações de espionagem e sabotagem, esta culminando no cárcere do Infante D. Duarte. O autor, corroborando o que escreveu D. Francisco Manuel de Melo, não vê tais culpas no secretário de Estado de D. João IV, mas a simples escrita dessas linhas, em uma defesa não tão pungente quanto aquela explicitada pelo *Tacito Portugues*, coloca o problema da necessidade de sua escrita. Por quais motivos o autor se dedica a defender o já morto secretário? A resposta surge óbvia aos olhos de um leitor menos descuidado: o que está em jogo, tanto no *Tacito Portugues* quanto na obra do Conde de Ericeira, é a discordância no que concerne à

⁶¹ *Id. Ibid.* p. 24.

⁶² *Id. Ibid.* p. 26.

construção do Estado Português. Ambos os autores defendiam um projeto político que, passados os primeiros anos de independência do Reino, fora vencido.

Temos, a partir das obras, duas configurações das personagens principais do enredo. O *Tacito Portugues* de D. Francisco Manuel de Melo constrói um secretário de Estado que erra grosseiramente em certas urgências de administração pública, embora condenado injustamente; sua culpa nos crimes utilizados para a condenação é nula. Incorre sim em angariar inimizades entre os poderosos do Reino, mas em certas ocasiões é D. João IV o responsável, manipulando as expectativas da Nobreza que o aclamou, utilizando seu secretário como instrumento de pacificação do Estado do convento de S. Roque. Este Rei desenhado por Francisco Manuel de Melo é omissos e mal experimentado nas matérias do Estado. Teve por parte da base de governo uma nobreza que se aproveitou da instabilidade política da época para eliminar inimigos, granjear mercês e ocupar cargos importantes.

A narrativa de D. Francisco Manuel de Melo evidencia a extrema ferocidade da luta política pela construção do Estado após o golpe de 1640. O próprio autor, nobre por nascimento, acusa abertamente muitos dos seus de colocar seus interesses acima daqueles do Reino. A história que escreve é a de um Estado em vias de colapsar frente à ineptidão de seu monarca que, não bastassem os problemas oriundos de guerrear contra a maior potência da época, se vê em meio a uma clivagem profunda na nobreza do Reino.

Já o Conde de Ericeira corrobora em parte o discurso de D. Francisco Manuel de Melo. As lutas intestinas no Portugal após o golpe de 1640, cujo capítulo marcante teria sido a tentativa de conjura no ano seguinte, levaria a uma série de processos que desmantelaram a configuração política do Reino nos primeiros anos, erigindo um Estado diferente após essa sequência de eventos que parecem ter sido acalmados em princípios da década seguinte.

D. Luís de Menezes escreve um Portugal dividido em grupos beligerantes que aspiravam o controle do Estado, com projetos diferentes e, muitas vezes, antagônicos para a direção dos negócios da República. Nesta, o Rei aparece como mais um indivíduo, que precisa maquinar para que seu projeto seja colocado em prática. Não é o Rei omissos do *Tacito Portugues*, tomando parte na condenação do Lucena ao entregar ao tribunal a carta que colocava sob suspeita a confiabilidade do secretário.

No dia 28 de abril de 1643 foi executado na praça pública do Rossio o ex-secretário de Estado de D. João IV, Francisco de Lucena. Acusado de manter correspondência secreta com Castela e de ter culpa no cativo de D. Duarte, irmão de El-Rei, foi julgado traidor e culpado do crime de lesa-majestade, devendo ser decapitado. Já no cadafalso, leram-lhe a sentença e após ter se confessado com o sacerdote, ainda antes de comungar, “com grandes

demonstrações de Christão protestou, que não havia delinquido na culpa porque o condenavao”.⁶³ Contam as histórias que lhe tirou a vida um golpe do cutelo que ele mesmo havia trazido de Madri, nos tempos de Secretário do Conselho da Coroa de Portugal; a mesma lâmina que abateu D. Rodrigo Calderon e que fora oferecida pelo próprio Lucena para a execução do Duque de Caminha, condenado por participar da malfadada conjura de 1641.

5. As repercussões do caso *Francisco de Lucena*: a doutrina de Bartolomeu Pachão.

Conta o Conde de Ericeira que o povo se levantou contra Francisco de Lucena enquanto era transferido da fortaleza de S. Gião para o Limoeiro.⁶⁴ Foi necessário o uso da força pela companhia de infantaria que acompanhava o coche que levava o ex-secretário de Estado. A traição pela qual foi acusado e degolado manchou o nome da família pelos oitenta anos seguintes à sua execução, até que D. André de Lucena, seu bisneto, limpou sua imagem e recuperou o morgado de Peixinhos – antiga propriedade da família Lucena – em decreto de 1720.⁶⁵ No entanto, mesmo à época dos acontecimentos infaustos para Francisco de Lucena houve quem o defendesse, ainda que dissimuladamente. Para além dos escritos de D. Francisco Manuel de Melo e do Conde D’Ericeira, um outro texto foi escrito ainda nos tempos em que o secretário de Estado se encontrava no cárcere.

No ano de 1643 veio ao lume a *Fabula dos Planetas moralizada com varia doutrina politica, ethica, & economica*, escrita pela pena de um certo Bartolomeu Pachão, natural de Peniche, e editada pela oficina de Domingos Lopes Rosa. As licenças foram dadas em março daquele ano sendo válida, portanto, a hipótese de que fora escrita durante o tempo em que Lucena sofria as acusações dos dois primeiros estados portugueses. Trata-se de uma elaborada crítica aos potentados lusos em forma de metáfora mítica, repleta de chaves astrológicas, o que dificulta um pouco sua análise. A obra é dividida em cinco capítulos, cada um dedicado a contar o mito de um ou mais planetas-divindades.

Pachão começa por Saturno, filho do Céu e comparado a este em capacidade para a governança. Acumula queixas de seus vassalos e confedera-se com os Titãs, prometendo devorar toda a sua progênie para que, quando morresse, seu reino passasse a seus aliados.

⁶³ ERICEIRA, Conde da (D. Luís de Menezes). *Op. cit.* Tomo II, p. 26.

⁶⁴ *Idem. Ibidem.* pp. 22-23.

⁶⁵ Cf. AMARO, José Emídio. *Op. cit.*

Trata-se de uma crítica ao Cardeal D. Henrique que, ao não reconhecer D. Antonio, o Prior do Crato, como herdeiro legítimo de Portugal e não gerar filhos, manteve a sucessão do trono português em aberto, no ano de 1580.

Seus planos foram frustrados por sua esposa, Opys, que secretamente salva Júpiter, o mais novo de seus filhos fazendo Saturno vomitá-lo. Plutão é salvo por Glauca, escrava de Opys, e em seguida a esposa faz com que Saturno vomite todos os filhos engolidos: Juno, Themis, Vesta, Pico, Cromis, Ceres e Quíron. Os titãs, percebendo que Saturno descuidava de seus acordos e não os favorecia, além de desconfiarem que estivesse gerando filhos em segredo, reúnem um exército e invadem seus domínios. Fica clara a associação feita por Pachão entre Titano, rei dos titãs e irmão de Saturno, e Filipe II de Castela, que *herda, compra e conquista* Portugal.

Júpiter, ao receber as notícias do que acontecera ao reino de seu pai, reúne um exército entre os cretenses – povo a quem sua mãe o confiara para que não fosse morto por Saturno – e faz guerra contra os titãs-castelhanos, “com não menos pressa que cautela, colunas em que de ordinário estribam as vitórias, como nos descuidos e remissões os vencimentos”.⁶⁶ O embate ocorrera no campo de *Monte Flegra*, terminando com a aniquilação das forças dos titãs. Com o fim do jugo de Titano, inaugura-se uma Era de Ouro no Reino. Assim Pachão associa seu Júpiter a D. João IV.

O capítulo seguinte, intitulado *De Jupiter*, versa sobre os primeiros períodos do reino sob o novo monarca. Entre os filhos de Saturno é ele quem ocupa lugar de destaque, o que se explica, no entender de Pachão, pelo fato de que “devia ser mais liberal que os outros, afeiçoado aos engenhos, que são os que eternizam as ações heróicas”.⁶⁷ Trata-se de uma constituição da realeza assaz diferente daquela a que estamos acostumados: o Rei não é predestinado a governar por direito sanguíneo ou por determinação divina, mas por mérito, por ser o melhor entre os seus iguais. De fato, o autor discute a importância da herança de sangue entre os nobres:

Não é mais glorioso o que nasce Príncipe do que o que se sabe fazer Príncipe. Mal lhe pode furtar parte de sua glória a obrigação de imitar seus anteriores: ele se imita, ele se honra, ele se funda. Fazendo-se nobre por si, mostra nascer para dar nobreza, sem recebê-la [...] O vitupério não se recebe do nascimento, importa pois a cada um desigualar-se por valor dos iguais pela natureza.⁶⁸

⁶⁶ PACHÃO, Bartolomeu. “De quem foi Saturno”, in: *Fabula dos Planetas moralizada com varia doutrina política, ethica, & economica*. Lisboa: Domingos Lopes Rosa, 1643. p. 13A.

⁶⁷ *Idem*. “De Jupiter”, in: *Op. cit.* p. 42A.

⁶⁸ *Idem*. “De Marte & Venus”, in: *Op. cit.* pp. 56A – 56B.

Dessa forma Pachão defende que todos os homens, inclusive os príncipes, nascem iguais por natureza, e que a diferenciação entre eles se dá por mérito. A nobreza depende de ações nobres, não do nascimento. Em sangue Júpiter e seus irmãos eram iguais, mas o primeiro se destacou por esforço próprio.

No entanto, passados estes primeiros momentos de governo, Júpiter deixara-se tomar pelo ócio, esquecendo-se de suas obrigações. O autor afirma então que o príncipe é *eleito* para extirpar vícios, não para excetuar apetites, e que deve governar pelo *exemplo*, pois “na pessoa em que muitos põem os olhos, muitos consideram os defeitos: são mais escandalosos os erros de quem governa que as depravações de quem obedece”.⁶⁹ O *exemplo* é a principal arma de um líder, e só pelo *exemplo* se atinge a *fama*:

... assim muitos de não menores brios levaram por norte as façanhas alheias por ser entre os homens o exemplo coisa tão poderosa que convence sem argumento, persuade sem eloquência, supera sem soldados: e os que negarem à filosofia o crédito, à retórica o consentimento e às almas a obediência, não puderam refutar a imitação ao exemplo.⁷⁰

A conjura de 1641 é abordada por Pachão como sendo causada pelas distrações nas quais se envolvia o Bragança. Vivendo para o ócio e para o prazer Júpiter desagrada a Fortuna, que mostra dependerem dela todos os acontecimentos. Certas criaturas da terra, os Gigantes, escalam as montanhas e assaltam os Céus. As deidades, apavoradas, se transformam em animais e fogem. Júpiter então com muito custo – e ajuda de seu valido Ganimedes – consegue destruir as criaturas. Resolvida a questão o Rei volta os olhos a seu povo, promovendo melhorias nas cidades.

Sobre Francisco de Lucena e sua prisão, que é o que importa discutir neste momento, se refere Pachão utilizando mais uma vez chaves mitológicas: Ganimedes, filho de Trós, é a primeira associação ao secretário de Estado de D. João IV. De fato o autor defende a existência do valido, posto que sirva para aliviar o peso colocado sobre os ombros de um monarca, dividindo êxitos e encargos. E por aqui param as associações: Pachão toca as etapas do processo pulverizadas, derramando suas críticas aqui e ali, de forma surpreendentemente coerente. Tentaremos reconstruir a ordem das críticas.

Em primeiro lugar o autor fala da calúnia, perigosa, pois se

⁶⁹ *Idem*. “De Jupiter”, in: *Op. cit.* p. 43B.

⁷⁰ *Idem*. *Ibidem*. pp. 53B – 54A.

(...) perde com ela o juízo o sábio, turba-se o forte, abate-se o generoso: muitos houveram que, correndo por si mesmos com infatigável curso ao alvo da virtude, sobraçados de temerárias calúnias se abateram no meio da carreira, e por defender-se da malignidade alheia largaram o direito da inocência, ficando (sem se poderem valer) tidos por malvados.⁷¹

A calúnia fora a arma utilizada contra Lucena por seus detratores, no entender de D. Francisco Manuel de Melo e do Conde D’Ericeira. Pachão condena a artimanha em sua essência. No entanto, diferente dos dois primeiros, o autor da *Fabula dos Planetas* encontra outro motivo para que Francisco de Lucena tenha angariado tanta inveja de seus inimigos: ser engenhoso. Para Pachão os engenhosos sempre acumularam inimigos invejosos por sua condição:

Sempre os engenhos ilustres padeceram controvérsias; os invejosos os encontram, persuadindo-se que possuem o que lhe falta; os grandes os escarnecem, porque seu saber os envergonha: a Fortuna os persegue, crendo se isentam do seu império, e ainda a própria natureza parece os quis desviar dos bens da sorte, porque como os dotou de maior juízo, julgou que se lhe vinculara a prosperidade se teriam os outros por enteados queixando-se, com razão, dela.⁷²

Aqueles que tramaram a morte de Francisco de Lucena eram próximos ao monarca. No entender de Pachão o faziam por interesse, buscando amealhar posições maiores no centro de poder ao abater um adversário importante que já gozava dos favores de El-Rei. Esses, a quem o autor chama de traidores, são criticados na *Fabula* por deterem tal *interesse*:

Tem este vício tanta força nas ordenações humanas que por ele se perde a reputação de muita gente. Os traidores a ele só erguem os olhos, anhelando-o com tanta veemência que, vendo cada dia os casos trágicos que a quem o é acontecem, lhes não servem de exemplo as calamidades alheias para deixarem (propostas a fidelidade e hora) de incorrer nelas, porque construindo-as, segundo o bem que se fingem, as acham em tanto dignas de vitupério quanto se não ajustam aos mal seguros prêmios que se prometem.⁷³

O último argumento apresentado na obra para a defesa direta de Lucena é também uma crítica direta ao próprio Rei que, como vimos nas narrativas de D. Francisco Manuel de Melo e do Conde D’Ericeira, teve responsabilidade na execução do secretário de Estado, a

⁷¹ *Idem*. “De Diana, & de Apollo”, in: *Op. cit.* p. 84A.

⁷² *Idem*. *Ibidem*. p. 88B.

⁷³ *Idem*. “De Mercurio”, in: *Op. cit.* pp. 112A – 112B.

despeito da argumentação de parte da historiografia sobre o caso.⁷⁴ A acusação é cuidadosa, porém clara:

São tão inconstantes as felicidades humanas, e tão de vidro nossas prosperidades, que não menos exposto está aos revezes da Fortuna o mais soberano Estado do que hábil a poder suceder nele o mais ínfimo indivíduo. E nem para isso se há de crer terem todos os abatidos culpa, nem os mais levantados merecimento: porque assim como os inadvertidos perigam por ignorância assim os prudentes, algumas vezes, por acontecerem casos sem remédio, saindo falso o verossímil que, com aparências avaliadas por certas, compeliu a razão a segui-lo.⁷⁵

Por excesso de prudência o Bragança havia caído na armadilha preparada pelos detratores do Lucena, permitindo que seu secretário fosse degolado em praça pública. O que mais nos intriga é que nas três narrativas encontradas sobre a tragédia de Francisco de Lucena – o *Tacito Portugues* de D. Francisco Manuel de Melo; a *Historia de Portugal Restaurado*, de D. Luís de Menezes, o Conde D’Ericeira; e a *Fabula dos Planetas* de Bartolomeu Pachão – o infausto secretário de Estado aparece como inocente das acusações de traição, mas D. João IV não. O Rei ora é descrito como um parvo que utiliza Lucena como bode expiatório, ora como um colaborador para a condenação do secretário, ou ainda como alguém que não merecia ostentar a coroa portuguesa.

Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha entendem a conspiração contra Francisco de Lucena e o encarceramento do marquês de Montalvão em 1644 como partes de uma purga erigida pelos restauradores de 1640 contra elementos que tinham laços com a administração filipina. Argumentam que após a execução de Lucena foram realizadas reformas na administração do Reino: nascia a *Secretaria de Mercês e Expediente*, “em cujo

⁷⁴ Referimo-nos diretamente aqui à obra de José Emídio Amaro já citada. Ali se vê redimida não a imagem de Lucena, mas a de D. João IV. Importa para o autor colaborar com a construção de um ideário pró-estatal que buscava no passado seiscentista a afirmação de uma nacionalidade há muito marcada pelo “derrotismo dos liberais”. Se nos permitirmos perambular pelo campo das conjecturas, enxergamos um José Emídio Amaro no bojo das discussões capitaneadas pela historiografia portuguesa nos tempos do Estado Novo: O mesmo homem que tenta “apagar as manchas” das representações do Bragança e da Restauração publicara, em 1943, uma conferência proferida na Sala Pública Hortênsia da Biblioteca Municipal de Elvas, intitulada *Elvas nas relações peninsulares* (Elvas: Tipografia Progresso, 1943). Trata-se de uma elegia ao “Bloco Peninsular” engendrado por Salazar e pelo Conde Jordana. Nela Amaro se afilia irremediavelmente ao esforço intelectual em prol da legitimação da ideologia iberista que encontrava eco na política salazarista. Luís Reis Torgal analisou a forma como a Restauração foi estudada ao longo dos séculos XIX e XX. Para o autor a historiografia que se desenhou à época do Estado Novo de Salazar carregava influências decisivas da ideologia integralista portuguesa e dos movimentos tradicionalistas e contra-revolucionários de fins do XVIII e XIX. Tratava-se de um amálgama de correntes ideológicas, onde a influência do fascismo italiano mesclava-se a correntes luso-francesas na forja de uma identidade nacional ufanista. Neste jogo ideológico, importava para autores como Antônio Sardinha o resgate e a construção de um passado português que mostrasse a nação como algo natural e anterior ao novo Estado que se construía. Nesse sentido a Restauração volta a ser peça-chave da construção do ideário nacional português. Para maiores informações, Cf. TORGAL, Luís R. “Introdução”, in: *Op. cit.* vol. I.

⁷⁵ PACHÃO, Bartolomeu. “De Mercurio”, in: *Op. cit.* p. 90A.

alvará de instituição se admitia a semelhança com o escrivão da Puridade”,⁷⁶ título com o qual o valido de D. Afonso VI, o Conde de Castelo Melhor, será nomeado; em 1643 seria criado o *Conselho Ultramarino*. Para além disso as autoras acreditam que a crise política dos primeiros anos do Portugal Restaurado caminhava para uma solução que se substanciaria em “um conceito de governo onde os diferentes conselhos, ou os chamados tribunais, teriam um papel efetivo nas decisões régias”.⁷⁷

Não podemos afirmar que a conjura de 1641 apenas forneceu os meios que um determinado grupo de homens precisava para remover o incômodo secretário Lucena ou se foi ela mesma parte de um movimento de neutralização dos elementos alheios ao grupo de fidalgos presentes no 1º de dezembro influentes nas decisões de Estado. No entanto interessa entender que se por um lado a execução de Francisco de Lucena permitiu uma maior entrada dos cognominados *restauradores* no centro de decisão política, por outro isso trouxe conseqüências que se refletiram na literatura da época. Veremos especificamente como tais mudanças e conseqüências ganharão substância nos textos astrológicos. Antes, contudo, analisaremos uma das formas pelas quais os astrólogos municiaram o novo regime político.

6. A foice de Saturno: o Rei anunciado e o golpe de 1640 no alfabeto das estrelas.

Aquele que viria a ser aclamado Rei em 1640 e cognominado *O Restaurador* nasceu D. João II da casa de Bragança em Vila Viçosa, corte ducal, em dezanove de maio de 1604, ano deveras esperado pela comunidade astrológica europeia e celebrado como tempo em que dois grandes portentos celestes ocorreram, dando margem a um sem número de interpretações sobre o destino europeu e cristão a partir de então.

Na noite de nove de outubro de 1604 surgiu subitamente nos céus europeus, para a surpresa de todos aqueles que observavam os astros, uma estrela cujo brilho rivalizava com o de Júpiter. Pouco mais de uma semana depois Johannes Kepler observou o fenômeno. Helisaeus Röslin foi outro astrônomo e astrólogo germânico a conjecturar sobre o evento. Essa aparição extraordinária serviu de ensejo para uma controvérsia entre os dois astrólogos, cujas diferenças teóricas e metodológicas se amontoavam, e que se substanciou na publicação

⁷⁶COSTA, Leonor Freire; CUNHA, Mafalda Soares da. *Op. cit.* p. 145.

⁷⁷ *Idem. Ibidem.* p. 146.

de diversos textos dos quais o mais conhecido é a obra *De Stella Nova in pede Serpentarii*, de Kepler, que saiu do prelo em 1606.⁷⁸

O contexto astrológico no qual se insere esse debate foi muito específico: astrólogos e astrônomos de toda a Europa aguardavam havia algum tempo o ano de 1603, no qual Júpiter e Saturno se encontrariam no signo do Sagitário; uma grande conjunção que atingiria sua maturidade em setembro ou outubro de 1604, quando Marte também se encontraria na mesma região do zodíaco que os outros planetas superiores.

O fundamento teórico sobre o qual se assentava todo o frenesi em torno do encontro dos planetas era a *Teoria das Grandes Conjunções*. Segundo esta existe uma ligação estreita entre as conjunções dos planetas superiores – aqueles acima do céu do Sol, a saber, Marte, Júpiter e Saturno – e grandes mutações na história da humanidade, como mudanças de hegemonia entre povos e civilizações, a ascensão e o declínio de religiões ou a afirmação e derrocada de reinos e impérios. Tratava-se, portanto, nas palavras de Eugénio Garín, de “uma filosofia precisa da história, enxerto de uma concepção do universo, e caracterizada por um coerente naturalismo e um rígido determinismo”.⁷⁹

O edifício teórico foi sistematizado por Al-Kindi, mas o primeiro autor árabe a se deter no assunto foi Messhalla (Masha'allah).⁸⁰ No entanto a difusão da doutrina das grandes conjunções se deveu especialmente a Albumasar (Abu Mas'shar).⁸¹ Nascido em Bagdá no séc. VII teve algumas de suas obras vertidas para o latim, entre elas a *De Magnis coniunctionibus et annorum revolutionibus ac eorum profectionibus*, cuja tradução foi feita por Juan de Sevilha e publicada em 1489 em Augusta e em 1515 em Veneza.⁸²

Como já foi dito, a base da doutrina das grandes conjunções é a idéia de que os concursos entre os planetas superiores – em especial Júpiter e Saturno - marcam as passagens das eras. Em geral os astrólogos e astrônomos europeus classificavam tais encontros em três tipos: a *conjunção máxima*, a *conjunção maior* e a *conjunção magna*. A *máxima* ocorreria quando dois planetas superiores se encontrassem no mesmo grau do firmamento, o que acontece a cada 960 anos. De importância um pouco menor, a *maior* se desenha a cada 240

⁷⁸ Analisaremos a questão das grandes conjunções mais adiante. Sobre a polêmica envolvendo as interpretações de Kepler e Röslein acerca da *nova* de 1604, Cf. GRANADA, Miguel A. “The discussion between Kepler and Roeslin on the nova of 1604”, in: Turatto, M.; Benetti, S.; Zampieri, L.; e SHEA, W. (ee.) *1604-2004: Supernovae as Cosmological Lighthouses*, ASP Conference Series, vol. 342, por conta da conferência realizada entre 15 e 19 de Junho de 2004 em Pádua, Itália. San Francisco: Astronomical Society of the Pacific, 2005, pp.: 30 – 43.

⁷⁹ GARÍN, Eugénio. “Astrologia e História: Albumasar e as ‘Grandes Conjunções’”, in: *O Zodíaco da Vida: a polêmica sobre a astrologia do séc. XIV ao séc. XVI*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997. p. 34.

⁸⁰ TESTER, Jim. *A History of western Astrology*. New York: Ballantine Books, 1987.

⁸¹ *Idem*. *Ibidem*. p. 33.

⁸² Cf. GARÍN, Eugénio. *Op. cit.*

anos e a *magna* a cada duas décadas. Como argumentou John North, a divisão em três espécies de conjunção forneceu aos astrólogos três intervalos temporais diferentes nos quais poderiam enquadrar padrões históricos.⁸³ Quanto aos efeitos das conjunções, os astrólogos nunca chegaram a um consenso: concordavam apenas que as *conjunções máximas* provocariam mudanças sentidas em todo o mundo e marcariam as fases da história.

Para além da espécie de conjunção, a *triplicidade* onde o concurso se realiza é de suma importância para se chegar aos efeitos do evento. As triplicidades são formadas pelos signos, agrupados de três em três, de acordo com o elemento que os rege. Assim Áries, Leão e Sagitário são signos de fogo; Touro, Virgem e Capricórnio são regidos pela terra; Gêmeos, Libra e Aquário são aéreos enquanto Câncer, Escorpião e Peixes, aquáticos. Os astrólogos que fizeram uso da teoria das grandes conjunções afirmavam, em sua maioria, que os elementos regentes das triplicidades marcavam a ascensão ou a queda de uma grande religião; os escritos de Albumasar são a origem desta doutrina, tendo em vista que o próprio escreveu que o Islã se desenvolveu sob a influência de conjunções ocorridas em signos aéreos.⁸⁴ Acreditava-se que as conjunções que aconteceram em signos ígneos favoreceriam o Cristianismo. Em céus cristãos a teoria das grandes conjunções foi rapidamente associada à cronologia judaico-cristã, segundo a qual o mundo teria uma duração de seis milênios, sendo que o último seria marcado pelo predomínio cristão sobre as outras crenças e por uma era de paz.⁸⁵

7. O debate acerca da *nova* de 1604 e o início do *Trígono de Fogo*.

Essa é a essência, em termos superficiais, da prodigalidade dos fenômenos observados em 1604, quando todos os planetas superiores realizaram congresso em Sagitário e a *nova* assinalou a conjunção, iniciando, no entender dos astrólogos da época, a era em que a superioridade cristã seria absoluta.

Voltamos então ao ponto de partida: o debate entre Röslin e Kepler acerca do evento. Sintetizaremos aqui as opiniões de ambos, tendo em vista que o debate em si foi suficientemente bem estudado por Miguel A. Granada.⁸⁶ Röslin acreditava em uma conexão

⁸³ NORTH, John. "Astrology and the fortune of the Churches", in: *Centaurus*, vol. 24, 1980, pp. 181 – 211.

⁸⁴ Cf. YAMAMOTO, K.; BURNETT, C. *Albumasar on Historical Astrology: the Book of Religions and Dynasties*. 2 vols. Leiden: Brill, 2000; PINGREE, David E. *The Thousands of Albumasar*. London: Warburg Institute, 1968.

⁸⁵ Cf. POMIAN, Krzysztof. "Astrology as a naturalistic Theology of History", in: ZAMBELLI, P. (ed.). *Astrologi hallucinati: Stars and the End of the World in Luther's time*. New York: De Gruyter, 1986.

⁸⁶ v. nota nº 76.

entre a *nova* que se apresentava nos céus em 1604 e outra que apareceu em 1572, em Cassiopéia. Impressiona-se com o portento por ocorrer exatamente no momento e lugar da *conjunção máxima* aguardada por tantos astrólogos, mas o que mais o surpreende no fenômeno é que a configuração celeste em 1604 foi sugerida, em suas palavras, pelo curso do cometa que riscou os céus em 1580.

Röslin havia se pronunciado sobre o cometa em questão em uma obra publicada em 1597, de título *Tractatus Meteorastrologiphysicus*. Nela, além de alertar para a iminência da conjunção de 1603, que anunciaria uma nova era no mundo, o autor alegava que o cometa de 1580 apontava para o exato lugar onde agora a conjunção se apresentava. O que ele não sabia era que a *nova* apareceria e exatamente no ponto onde o cometa havia se extinguido. Para o astrólogo o portento apenas garantiria mais autoridade aos seus vaticínios para a conjunção, pois Deus assinalava, com o surgimento de uma nova estrela, o momento cabal que mudaria os destinos dos homens.

Kepler, por outro lado, não vê nenhuma relação entre a *nova* de 1604 e àquela de 1572, nem ao cometa de 1580. Em suas palavras, a estrela que surgia agora nos céus era muito mais importante que a anterior, tendo em vista que aquela tinha brilho menor e aparecera em uma região pouco importante dos céus. Enquanto a *nova* de 1604 apareceu próxima à linha zodiacal e no exato momento da maturidade da conjunção que iniciaria o *Trígono do Fogo*, a de 1572 ocorreu sem razões aparentes. Quanto ao significado da *nova* em si, Kepler adota um discurso mais prudente: se escusa quanto às possibilidades de prognosticação do portento, posto que pudesse nada significar e então seria trabalho demais por nada. Ou poderia significar algo realmente maravilhoso, algo que a acuidade racional humana não alcançaria – portanto, de nada adiantaria perscrutar seus segredos. Defende, no entanto, que o portento de fato deveria assinalar algo, posto que a coincidência da aparição no exato momento e lugar da conjunção máxima seria estupenda. Mas onde Röslin, em seus prognósticos acerca da conjunção, vê uma *determinação* celeste, Kepler marca apenas a *possibilidade*. Essas e outras discordâncias entre ambos ficam evidentes na grande obra de Kepler de 1606. E só até aqui esse debate é importante para o presente trabalho.

A *De Stella nova in pede Serpentarii* correu toda a Europa do Seiscentos. Em Portugal, inúmeras referências à obra são encontradas em alguns textos importantes pós-restauração, o que indica, por um lado, a participação dos intelectuais lusos no circuito científico europeu – fato que a historiografia portuguesa de princípios do século XX teimou em ignorar – e por outro a importância dos fenômenos celestes ocorridos em 1603 - 1604 para o discurso restauracionista.

8. O cirurgião das majestades reais, o jesuíta e o Rei anunciado pelas estrelas.

O já citado Francisco Guilherme de Casmach se referenciou ao debate ocorrido por conta da *nova* e da conjunção máxima de 1604, principalmente em seu *Almanach Prototypo*, publicado em 1644. A obra, a princípio, teria o objetivo de informar aos leitores os prognósticos elaborados por Casmach para o ano de 1645, mas vai muito além. Em cerca de cinquenta páginas o autor tece críticas a um colega anônimo e busca os favores da rainha Luísa de Gusmão, mas importam neste momento as referências aos eventos celestes de 1603 - 1604.

Até onde nos é possível saber, Casmach não teve acesso à dinâmica real do debate ou de cada texto publicado entre os dois astrólogos germânicos, tendo em vista que sua leitura de Röslin parece ser de segunda mão: toda vez que lança mão dos argumentos deste, os busca na obra *De Stella nova* de Kepler. E, de fato, Casmach concorda com a posição de Röslin: a de que existe uma conexão entre o cometa de 1580 e a *nova* de 1604.

O discurso se repete em um primeiro momento. O cometa de 1580 apontava “com o dedo” onde a *nova* surgiu, desaparecendo quase no mesmo ponto do aparecimento da estrela de 1604, marcando a conjunção máxima. Casmach alega que faltaram a Saturno, o senhor do cometa de 1580, seis graus e 12 ou 14 minutos para estar no ponto exato onde o cometa desaparecera, e que faria este percurso, à época, em sessenta dias. Esses dias são transformados pelo astrólogo em anos que, somados a 1580, marcaria o ano de 1640. Júpiter, senhor da conjunção de 1604, faria o mesmo percurso em 36 dias: o mesmo número de anos que, adicionados a 1604, resultaria 1640.

A *nova*, por sua vez, teve significado distinto para Casmach. Além de marcar a conjunção que deu início ao trígono de fogo, foi anúncio de Deus que naquele ano nasceria o monarca que realizaria a profecia de Ourique, levando Portugal a ser a cabeça do mundo cristão, posto que o fenômeno ocorresse em Sagitário: signo que na tradição astrológica fundada em Ptolomeu assinala a Ibéria.

Desta forma temos a tradição astrológica fundida à história mítica do Reino em serviço da Restauração portuguesa. D. João IV nasce então destinado – pela vontade de Deus assinalada pela *nova* e pela conjunção de 1603 - 1604 – a se tornar “este Rei o prometido, cujo Reino se trocará mui cedo em Império e suprema Monarquia, com felicidades nunca

vistas nem ouvidas”⁸⁷, e a Restauração ocorre por desígnio divino manifesto no movimento dos planetas que, em 1580 e 1640, foram senhores de portentos celestes.

Esta mesma imagem foi tornada célebre pelo jesuíta Antônio Vieira, famoso por seus sermões e pela atuação nas embaixadas portuguesas do período pós-Restauração. O sacerdote faz referência aos prognósticos de Röslin em seu *Sermão de Acção de Graças*,⁸⁸ construindo uma interpretação muito próxima àquela enunciada por Casmach.

Observou este cometa [de 1580] um astrólogo de tão grande fama chamado Meslino (sic), e imprimiu o juízo que fez dele em um tratado particular, no qual disse que aquele cometa de mil quinhentos e oitenta apontava com o dedo para o ano de mil seiscentos e quatro, e que neste ano havia de aparecer no céu uma nova maravilha no mesmo lugar em que o cometa tinha desaparecido. (...) E quanto à significação da estrela, diz que tanto que foi vista e reconhecida pelos astrólogos da Alemanha a novidade dela, todos a uma só voz diziam: *Stella nova, rex novus*: estrela nova, reino novo: estrela nova, rei novo.⁸⁹

Desta forma Vieira corrobora a associação feita por Röslin entre o cometa de 1580 e a *nova* de 1604. No entanto, assim como fez Casmach, vê em D. João IV o rei eleito por Deus, por meio dos sinais desenhados nos céus, para liderar a Cristandade contra o Turco.

Mas a astrologia alemã, acertando no nome e dignidade de rei, se enganou em tudo o mais; porque a mesma estrela estava dizendo e apontando que a província havia de ser Espanha; porque a estrela apareceu no signo de Sagitário, que domina sobre Espanha: o reino Portugal; porque apareceu no Serpentário que é o reino que tem por timbre a serpente: e a pessoa El-rei D. João o IV, o qual nasceu no mesmo ano de mil seiscentos e quatro, em que nasceu a estrela. E assim como a estrela nasceu no lugar onde morreu o cometa, assim ele nasceu para suceder ao lugar em que morreu D. Henrique.⁹⁰

Devemos notar que tanto em Vieira como em Casmach o desastre em Alcácer-Quibir continua sendo importante para o infortúnio do reino, mas a interrupção da linha de reis naturais portugueses ocorre com a morte do Cardeal D. Henrique, em 1580, evento que no entendimento de ambos fora assinalado pela passagem do cometa. Casmach chega mesmo a salientar que só com a morte do tio de D. Sebastião se iniciou a dominação filipina:

⁸⁷ CASMACH, Francisco Guilherme. *Almanach Prototipo e Exemplar de Prognosticos*. Lisboa: Paulo Craesbeeck, 1644. p. 25.

⁸⁸ VIEIRA, Antonio. “Sermão de Acção de Graças”, in: ALVES, Antonio (org.) *Sermões*, 15 tomos. Porto: Lello & Irmão, 1959.

⁸⁹ *Idem. Ibidem*. p. 189.

⁹⁰ *Idem. Ibidem*. p. 190.

Advirto primeiro que suposto começarem os trabalhos e infortúnios de Portugal em a perda Del Rey Dom Sebastião, não começou contudo nela nosso cativo e total ruína, pois ainda tivemos por legítimo sucessor e Rey paterno ao Sereníssimo Cardeal Dom Henrique, mas com sua morte se principiou e ficamos sujeitos à Castela, o que sucedeu no ano de 1580 em que apareceu aquele fatal cometa...⁹¹

O discurso de Casmach explica a história pregressa por uma lente astrológica, o que confere uma nova possibilidade para nosso entendimento do saber em questão, abandonando a idéia de que os astrólogos só poderiam interferir na organização da cultura a partir da elaboração de prognósticos para o futuro.

Vieira e Casmach buscaram na argumentação de Röslin o anteparo necessário para enquadrar o nascimento de D. João IV em uma lógica astrológica. Não que houvesse algum consenso entre os intelectuais portugueses acerca da validade do discurso astrológico na indicação de D. João IV como o rei tão esperado por todos; antes o contrário: D. Francisco Manuel de Melo, em seu *Tácito Português*, desacredita as hipóteses dos astrólogos ao dizer que

não lhe faltaram [a D. João IV] pelo discurso da vida aquelas fabulosas lisonjas de muitos que, retrocedendo aos vaticínios, chamam as estrelas ao testemunho da sua adulação, fazendo-se cúmplices do engano que sacrificam sobre as severas aras do interesse do seu ídolo.⁹²

A congruência entre os discursos do padre Antônio Vieira e de Francisco Guilherme de Casmach é notável, a despeito dos diferentes objetivos e momentos políticos de produção das obras.⁹³ Vieira escreveu boa parte de suas elegias astrológicas a D. João IV após a morte do mesmo. O sacerdote gozara de bastante prestígio nos tempos em que o *Restaurador* e D. Luísa de Gusmão governaram, mas esse tempo havia acabado. A partir do momento em que D. Afonso VI entrou no Paço da Ribeira como novo Rei e gestor de Portugal, o que vemos é uma derrocada da influência política de Vieira, que cada vez mais se encontrava alijado do

⁹¹ CASMACH, Francisco Guilherme. *Almanach Prototypo e Exemplar de Prognosticos*. Lisboa: Paulo Craesbeeck, 1644. p. 25.

⁹² MELO, D. Francisco Manuel. *Op. cit.* p. 3.

⁹³ Basselar aponta um ressurgimento do ímpeto sebastianista em fins da década de 1650. Durante a década de 1660, segundo o autor, sebastianistas e joanistas protagonizaram debates que se tornaram públicos em suas obras. Lançando mão das profecias do Bandarra, de argumentos proféticos originários da Bíblia e recorrendo à autoridade dos “santos padres” em matéria de profetismo, os joanistas acreditavam que D. João IV retornaria à vida para cumprir aquilo que Bandarra previu, enquanto os sebastianistas defendiam que o finado monarca nunca fora o Encoberto, que só agora, em meados da década de 1660 (a maioria aponta o ano de 1666) voltaria a Portugal. É neste contexto cultural que podemos enquadrar o *Sermão de Acção de Graças* de Vieira. Cf. BASSELAR, José van den. “Sebastianistas versus Joanistas”, in: *O Sebastianismo – história sumária*. Lisboa: ICALP, 1987.

centro de poder. Vejamos como esta nova cena política foi construída e como o discurso de Vieira se enquadra neste novo contexto.

Capítulo II

A cria do Dragão: a complicada sucessão no trono português (1656 – 1662)

“A noite – já o disse algures quem escreve estas linhas – é o estado próprio, normal da criação especial de que fazemos parte. O dia, breve na duração como no espaço, é apenas uma proximidade de estrela.”⁹⁴

Faleceu El-Rei D. João IV na manhã de seis de novembro de 1656 vitimado por uma crise renal. Em seu tempo portando o cetro e a coroa portuguesa o Bragança iniciou o processo de ruptura entre o Reino e a Monarquia Católica, assistiu as batalhas palacianas que em muito dificultaram a gestão da *res publica*, iniciou a reforma nos Conselhos e secretarias e manteve o caráter aristocrático da monarquia. Sob seus auspícios o nordeste brasileiro ia sendo reconquistado aos neerlandeses, embora as praças do oriente se provariam irremediavelmente perdidas. Nada estava resolvido: a guerra contra Castela prometia intensificar-se e as dificuldades de granjear fundos para manter o esforço só aumentava.

A partir de seu casamento com D. Luísa de Gusmão, da poderosa casa de Medina-Sidônia, deixou herdeiros para o Reino. Se o tão aclamado D. Teodósio falecera aos 19 anos, ainda restavam D. Afonso e D. Pedro, ambos ainda menores e destinados a ocupar lugar de destaque na política portuguesa nos anos seguintes. Preocupado com a sucessão – obviamente – D. João IV deixou em testamento o que deveria ser feito após sua passagem.

Seu filho Afonso deveria ser levantado e jurado Rei. Como contava com apenas 13 anos de idade – a maioridade para ascender ao trono era aos 14 anos – D. Luísa de Gusmão seria a regente até que o filho pudesse tomar o controle dos negócios do Estado. O *Restaurador* nomeou ainda, em testamento, D. Francisco de Faro, conde de Odemira e presidente do *Conselho Ultramarino*, como aio do futuro rei.

Passados nove dias de luto pela morte de D. João, em quinze de novembro de 1656 celebrou-se a cerimônia de levantamento e juramento de D. Afonso VI, a primeira transmissão do poder real do Portugal Restaurado. Também nesse evento foi jurada D. Luísa de Gusmão como regente até a maioridade de D. Afonso, embora já houvesse quem falasse sobre a debilidade física do novo rei.

⁹⁴ HUGO, Victor. *Os Trabalhadores do Mar*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2002. p. 238.

Para evitar problemas de cariz jurídico ou sobre a aceitação do regime de regência D. Luísa ordenou que o *Auto de Levantamento & Juramento* de D. Afonso VI⁹⁵, crônica da cerimônia homônima, viesse acompanhado da transcrição do testamento de D. João IV. A despeito do cuidado o período em que D. Luísa foi cabeça de Portugal foi conturbado, principalmente por conta das modificações ocorridas no cenário internacional.

1. A regência de D. Luísa de Gusmão.

O período em que a viúva de D. João IV ficaria no poder, a princípio, seria curto. Afinal, D. Afonso VI, rei jurado e legítimo sucessor do trono português, já contava treze anos à época da morte do pai e o costume jurídico determinava que a idade mínima para ascender ao trono seriam os catorze. No entanto o rei só assumiria a coroa e os mandos governativos em 1662. A historiografia explicou essa tardança à natureza “voluntariosa”, nas palavras de Pedro Cardim e Ângela Barreto Xavier, de D. Afonso VI⁹⁶; contudo não nos cabe colocar toda a responsabilidade desta demora no comportamento do rei sem antes nos atermos às complexidades do período de regência, algumas delas que iriam acompanhar a vida política do Reino durante o período afonsino. Vejamos nesta seção os diferentes constrangimentos experimentados pelo Portugal durante a regência da rainha-mãe. Começemos pela atividade diplomática nos anos de regência, um dos fatores preponderantes para o aumento da carestia financeira no reino.

Desde os primeiros momentos do governo brigantino Portugal se esforçou por construir alianças com os outros Estados europeus. Buscava-se o reconhecimento do novo regime, alianças bélicas contra a Monarquia Católica ou ao menos acordos comerciais que auxiliariam o sustento da guerra. Neste sentido foram enviadas embaixadas ao longo e ao largo do continente, sendo as principais frentes de ação Roma, onde se buscava o reconhecimento do Sumo Pontífice dos direitos reais do novo rei, França, Inglaterra e Suécia.

Acreditavam os portugueses que, à exceção do Vaticano, a empreitada seria menos complicada, tendo em vista que, por conta do contexto da Guerra dos Trinta Anos, os Filipes conseguiram a façanha de ter quase a Europa inteira como antagonista. A Catalunha,

⁹⁵ *Auto de Levantamento & Juramento, Que os Grandes Titulos Seculares, & Ecclesiasticos, & mais Pessoas Que Se Acharão Presentes Fizerão a El-Rey Dom Affonso Sexto Nosso Senhor, na Coroa Destes Reynos, & Senhores de Portugal, em Quarta Feira a Tarde Quinze de Novembro de Mil & Seiscentos e Sincoenta & Seis.* Lisboa: Henrique Valente de Oliveira, 1656.

⁹⁶ CARDIM, Pedro; XAVIER, Ângela Barreto. *D. Afonso VI*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

insurgida contra a mesma Monarquia Católica meses antes de Portugal, recebia apoio bélico declarado da França de Richelieu; as Províncias Unidas atacavam as possessões hispânicas (portuguesas inclusive) no ultramar e travavam guerra aberta contra os Habsburgo no continente; os Suecos guerreavam no norte da Europa contra o Sacro Império governado pelos Habsburgo e os Ingleses eram inimigos declarados dos castelhanos desde os tempos da vitória sobre a *Invencible Armada* de Filipe I de Espanha.

No entanto Roma não acederia aos pedidos portugueses até o fim da guerra contra a Monarquia Católica. Os neerlandeses continuavam atacando o nordeste brasileiro e, após as vitórias lusas em Salvador e Recife, exigiam a devolução destes territórios para que uma aliança fosse formada. Em França e em Inglaterra as embaixadas continuavam defendendo os interesses lusitanos, mas sem muito sucesso.

Nos tempos em que D. Luísa de Gusmão assumiu o governo do Reino, a situação internacional se deteriorava para os interesses portugueses. O fim da guerra entre neerlandeses e ingleses (1654) e dos primeiros contra os suecos (1657) permitiria que as Províncias Unidas aumentassem a pressão contra Portugal e tentassem recuperar o nordeste brasileiro. Em 23 de outubro de 1657 veio a declaração formal de guerra e muito embora o Brasil não tenha mais sido invadido pelos neerlandeses, a situação no oriente se agravou, com a Companhia das Índias Orientais (VOC) tomando o que restou do Ceilão português e extinguindo o controle luso sobre o lado oriental do subcontinente indiano.

Restava a Portugal buscar socorro em Inglaterra ou França. A ação da embaixada portuguesa em França remonta os primeiros momentos da Restauração, mas nunca fora de fato frutífera. A par do apoio francês, uma aliança aberta e pública nunca fora formalizada, posto que uma das exigências francesas era que Portugal mostrasse maior empenho em uma ação militar ofensiva contra os castelhanos, o que não houvera até então. Nesse sentido em fins de 1656 D. Luísa ordenou a realização de tal ação militar sob o comando de Joane Mendes de Vasconcelos, que decidiu atacar Badajoz. O cerco durou até o outono de 1658 mas a cidade castelhana resistira. A peste se alastrara entre as fileiras lusas e as discordâncias entre os comandantes ajudaram a enfraquecer os ânimos dos soldados. Então decidiu-se por levantar o cerco e voltar à praça de Elvas.⁹⁷

Mais ou menos no momento em que os portugueses sitiavam Badajoz ocorreu em Flandres a segunda Batalha das Dunas onde uma força combinada entre franceses e ingleses aplicou uma retumbante vitória sobre os espanhóis, o que fez com que Filipe IV se inclinasse

⁹⁷ ERICEIRA, Conde da (D. Luís de Menezes). *Op.cit.* pp. 95-96.

a negociar a paz com França.⁹⁸ Evento muitíssimo desfavorável à causa lusa, tendo em vista que, com a paz entre Castela e França assinada, a corte de Madri poderia voltar suas atenções à questão portuguesa, sem contar que diminuiria muito o interesse francês em firmar uma aliança com os Bragança.

Neste momento de crise houve algum motivo para festejos. O que restou das forças que sitiaram Badajoz se refugiara em Elvas, que agora era acossada pelos castelhanos. Formou-se um exército cuja chefia foi entregue ao Conde de Cantanhede com o objetivo de socorrer esta importante praça alentejana. Se Elvas caísse o efeito psicológico seria enorme. Para além de grande cidade da região, foi Elvas o principal bastião militar nesta guerra contra os castelhanos, pela proximidade de Badajoz. Foi Elvas a cidade fortificada pelo Conde do Vimioso quando lhe foi dada a chefia das armas do Alentejo. Em 14 de janeiro de 1659, bem cedo, deu-se o combate entre os exércitos português e castelhano. Somente no fim do dia terminou aquela que viria a ser conhecida como a *Batalha da Linha de Elvas*, um dos grandes sucessos militares lusos na guerra da Restauração.

Por outro lado voltara a ocorrer aquilo que foi, de certa forma, comum nos primeiros meses após a Restauração: a fuga de nobres ilustres do Reino, se bandeando para o lado de Filipe IV. Fernão Teles de Faro, sobrinho do conde de Odemira, passou para o lado espanhol em maio de 1659. No entanto a mais importante figura a aliar-se aos castelhanos, fugindo de Portugal, foi D. Raimundo de Lencastre, 4º. Duque de Aveiro. Segundo Pedro Cardim e Ângela Barreto Xavier, Lencastre “dizia-se agravado por D. Afonso VI e pela regência, alegando que sua casa não estava a ser tratada com a dignidade que ele achava que merecia”.⁹⁹ A atitude do duque de Aveiro não foi tão surpreendente, se lembrarmos o quão indisposta esta família era com a primazia da casa de Bragança em Portugal.

Seja como for, D. Raimundo de Lencastre foi bem recebido em Madri, tendo sido agraciado por Filipe IV com o título de duque de Ciudad Real e com o cargo de capitão-general da armada do oceano, chegando mesmo a participar da guerra contra Portugal, atacando a costa do Algarve.¹⁰⁰

As deserções arranharam mais ainda a já complicada imagem que Portugal tinha no plano internacional. Em França a embaixada portuguesa se esforçava por negociar o matrimônio entre a infanta portuguesa D. Catarina e Luís XIV, mas era uma batalha perdida. Castela tinha mais poder de fogo nesse front, e em sete de novembro de 1659 era acertado o

⁹⁸ CARDIM, Pedro; XAVIER, Ângela Barreto. *Op.cit.* p. 81.

⁹⁹ *Idem. Ibidem.* pp. 83 – 84.

¹⁰⁰ Cf. RAPOSO, Hipólito. *D. Luisa de Gusmão, Duquesa e Rainha (1613 – 1666)*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1948.

casamento entre a infanta Maria Teresa, filha de Filipe IV, e o rei francês. No mesmo dia era assinado o *Tratado dos Pireneus*, que pôs fim às hostilidades entre França e a Monarquia Católica. Portugal era arrasado no plano diplomático.

A virada ocorreu exatamente a partir deste momento. Contra todas as expectativas, e até hoje a historiografia não chegou a uma explicação satisfatória das razões que impulsionaram este fenômeno, a França se tornou mais receptiva aos avanços do embaixador português, o Conde do Soure. Concordou em apoiar secretamente a dinastia de Bragança, ao enviar o Conde de Schomberg, importante militar germânico, para auxiliar o esforço de guerra português, e ao ajudar na negociação com os ingleses.¹⁰¹

Em Inglaterra, em decorrência do apoio francês, Carlos II da dinastia dos Stuarts tornou-se pouco a pouco mais solícito à causa portuguesa, recebendo enfim o embaixador português – Francisco Mello Torres - em nove de agosto de 1660. Em decorrência da impossibilidade de negociação do matrimônio entre D. Catarina e Luís XIV, surgia como um plano de escape casar a Infanta com o rei da Inglaterra.

Após meses de negociação, em 14 de maio de 1661 Carlos II escrevia a D. Luísa de Gusmão relatando que seu Conselho aprovara o matrimônio. O contrato feito para a ocasião exigia um dote de dois milhões de cruzados, com metade sendo pago no momento em que D. Catarina embarcasse para Londres, além da cessão das praças de Tânger e Bombaim. Constava também um artigo em que Carlos II se comprometeria a auxiliar da forma como pudesse o arranjo de uma paz duradoura entre Portugal e as Províncias Unidas, com as últimas devolvendo os territórios tomados à primeira, além de incluir Portugal na confederação que fizesse com Holanda. Como era de se esperar, não houve unanimidade no que tange à aceitação do contrato: apesar do custo em dinheiro e a entrega de território, as vantagens diplomáticas desta união seriam enormes.

Mas o principal problema que ameaçou a confirmação do tratado dizia respeito ao dinheiro envolvido no contrato. Portugal já encontrava problemas para arrecadar o dinheiro para manter suas tropas. Como arrecadaria a soma acertada com os ingleses? A resposta de D. Luísa foi o reforço da autoridade régia frente aos poderes urbanos no que concerne à coleta dos impostos e taxas. Era sabido de muito tempo que as municipalidades portuguesas resistiam ao controle régio neste setor tendo em vista que a maior parte dos recursos acabava por ser investido em outras cidades. Em época de guerra o problema se agravava, tendo em

¹⁰¹ Para maiores informações sobre a ação diplomática em Inglaterra, Cf. CASTELLO BRANCO, Theresa M. Schedel de. *Vida de Francisco Mello Torres, 1º. Conde da Ponte, Marquês de Sande. Soldado e Diplomata da Restauração, 1620 – 1667*. Lisboa: Livraria Férin, 1971.

vista os problemas de carestia de víveres, o que fazia com que as municipalidades precisassem dar maior atenção aos seus problemas mais diretos, e o fato de que, como a guerra se travava principalmente no Alentejo, era lá que os recursos seriam investidos em fortificações. Este embate entre o poder régio e as cidades acabava por se substanciar em revoltas populares, como a ocorrida no Porto em 1661, sufocada apenas com a força.

Apesar dos esforços da coleta, D. Catarina embarcou para Londres com apenas 70 mil cruzados de seu dote, complementados por açúcar branco e mascavo, “jóias e muitas pratas de casa e capela”.¹⁰² À aliança anglo-portuguesa se seguiria, ainda em 1661, a assinatura do tratado de paz com os neerlandeses.

Se no plano externo Portugal conseguira enfim granjear algumas alianças importantes, o Reino se encontrava arrasado. Para além da imensa carga fiscal que pesava sobre os bolsos da população e que levava a uma intensa pauperização do Reino, o fervor da contenda política continuava na ordem do dia. Pairavam no ar os rumores acerca da questionável capacidade mental do sucessor legítimo ao trono: o já jurado D. Afonso VI.

2. Os favores d'El-Rei.

D. Afonso foi aclamado rei aos 13 anos de idade e, no entanto, diversos problemas levaram D. Luísa de Gusmão a prolongar sua regência até bem mais tarde. A viúva de D. João IV se esforçara por manter intacta, durante os anos em que governou, a ainda periclitante estrutura política criada por seu marido, ao manter as cabeças das diversas facções que integravam a cúpula política lusa no reinado anterior. A par da nomeação do Conde de Odemira como aio do rei, D. Afonso VI se fez cercar de outra figura de origem menos ilustre.

Antonio Conti era um mercador de origem genovesa que soube se insinuar nas graças de El-Rei, com quem logo fez amizade. Em sete de abril de 1660, tomando posse de sua casa, D. Afonso VI trouxe Conti para dentro do paço, causando escândalo na corte.¹⁰³ Atribuiu-lhe foro de moço do guarda-roupa do Rei, o que era de fato um ofício de extrema proximidade com a figura real, fato que desagradou vários cortesãos. Já se amontoavam as queixas contra o comportamento de D. Afonso, fazendo com que a regente consultasse médicos para obter pareceres quanto à saúde mental de El-Rei. De fato o monarca tornara-se conhecido nas ruas de Lisboa pelas aventuras – para não dizer arruaças – que protagonizava com Conti e outros

¹⁰² CARDIM, Pedro; XAVIER, Ângela Barreto. *Op.cit.* p. 93.

¹⁰³ Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Op. cit.*

amigos, no que diziam ser um comportamento nada condizente com aquele que deveria governar os povos do Reino.

Para além de ser nomeado moço do guarda-roupa d'El-Rei, Conti recebera ainda o foral de fidalgo, um hábito de Cristo e uma comenda, além de uma capela que lhe rendia mil cruzados. A influência deste crescia vertiginosamente dentro da Corte, a ponto do Conde d'Ericeira afirmar que muitos dos maiores negócios do Reino eram tratados diretamente com Conti, a quem os ministros acorriam quando tais exigências se apresentavam.¹⁰⁴

Outra personagem que se aproximou do rei mais ou menos à mesma época em que Conti gozava da vida no paço foi Luís de Vasconcelos e Sousa, 3º. Conde de Castelo-Melhor. Este, que servira na guerra da Restauração na frente do Minho, esteve exilado por dois anos em França, pelo envolvimento no célebre jogo de pela que culminou com a morte do Conde de Vimioso.¹⁰⁵ Voltando à corte em 1659, foi nomeado reposteiro-mor do Paço e em 1662 exercia função de camareiro de serviço, estando sempre em contato com os membros da família real.

Apesar da meteórica ascensão de Conti, outras eram as preocupações de D. Luísa. Em meados de 1662 as tropas castelhanas sob o comando de D. Juan José de Áustria, filho bastardo de Filipe IV, colecionava vitórias na fronteira alentejana, o que muito sobressaltava – e com razão, diga-se de passagem – a nobreza e população de Lisboa. Para além disso, o comportamento irrequieto de D. Afonso e os rumores sobre sua incapacidade de gerar herdeiros fazia com que a regente, em reunião das Cortes a se realizar ainda naquele ano, jurasse D. Pedro como herdeiro caso D. Afonso não tivesse filhos. D. Pedro tivera casa própria instituída havia apenas uns meses, servindo-lhe como corte membros destacados do governo anterior.

Preparados estes procedimentos – embora ainda não tivessem sido efetivados – D. Luísa de Gusmão convocou uma assembléia onde se reuniram com D. Afonso representantes dos tribunais do Estado, dos Conselhos e de outras instâncias importantes. Na presença destes foi lido um papel – provavelmente redigido pelo padre Antonio Vieira - contendo uma reprimenda ao comportamento do Rei, exortando-o a deixar as companhias e as aventuras noturnas e pusesse os olhos nas matérias a que o ofício de Rei deveria conhecer. Enquanto El-Rei se ocupava desta assembléia, eram deportados para o Brasil os irmãos Conti e outras das amizades de D. Afonso, no que parte da historiografia sobre o assunto entendeu como uma estratégia para fazer minguar a autoridade do monarca diante dos mais representativos do

¹⁰⁴ ERICEIRA, Conde da (D. Luís de Menezes). *Op. cit.* Tomo II, pp. 298 segs.

¹⁰⁵ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Op. cit.* p. 48.

Reino, preparando caminho para a ascensão de D. Pedro ao trono de Portugal. Ao que parece também foi essa a forma pela qual D. Afonso entendeu o que ocorreria.¹⁰⁶

3. O Golpe de Alcântara e o Triunvirato.

Naquele 22 de junho de 1662, após o jantar, partiram do Paço da Ribeira em direção ao Paço de Alcântara D. Jerônimo Luís de Ataíde, Conde de Atouguia, El-Rei D. Afonso VI e o Conde de Castelo-Melhor. Ali se realizou uma estranha reunião de descontentes e opositores ao governo de D. Luísa de Gusmão.

Em primeiro lugar o próprio Conde de Atouguia. Recém-deposto do governo das armas do Alentejo, este já dera claras mostras de que não simpatizava com o mandato da Regente ao declinar uma nomeação para a casa do Infante D. Pedro. Sebastião César de Menezes que acabara de retornar do cárcere onde ficou retido por oito anos, por crime de inconfidência; Henrique Henriques de Miranda, reconhecido aliado político de Castelo-Melhor, e D. Diogo de Lima, visconde de Vila Nova de Cerveira, afastado do paço por D. Luísa ao tentar acalmar D. Afonso VI a par do degredo de Conti, além de outros fidalgos se juntaram aos três descontentes que chegavam do Paço da Ribeira.

De Alcântara foram enviadas duas cartas assinadas por D. Afonso VI dando conta do que acontecia à mãe e ao irmão. Diziam as cartas que El-Rei pretendia aliviar D. Luísa do peso do governo e triunfar sobre os inimigos da coroa de Portugal. De fato, desde fins de 1661, D. Luísa dava mostras de que a regência não iria durar muito. Queixava-se do cansaço das coisas do governo e já preparava os meios para que Portugal não sofresse com sua saída da cena política. No entanto, D. Afonso e seus sequazes anteviram a supressão do direito de sucessão do monarca em favor do irmão D. Pedro o que, pelas atitudes da rainha e rumores de corredor, não era assim algo tão desmedido.

Para além das cartas à família, foram enviadas outras para os diversos tribunais e Conselhos onde explicava suas razões para adotar postura tão extrema. Alegava que a principal razão para a atitude seria, de acordo com o testemunho do Conde de Ericeira, o estado em que se encontrava Portugal com respeito ao exército castelhano. Argumentava que desejava poupar a mãe do cansaço que já há muito a incomodava, além do fato de que um reino governado por duas cabeças seria uma monstruosidade.¹⁰⁷

¹⁰⁶ CARDIM, Pedro; XAVIER, Ângela Barreto. *Op.cit.* pp. 100 – 102.

¹⁰⁷ ERICEIRA, Conde da (D. Luís de Menezes). *Op.cit.* Tomo IV, p. 45.

Efetuiu-se a partir deste momento uma substituição em alguns cargos importantes. A começar pelo Conselho de Estado, agora formado pelo marquês de Cascais, pelo conde de Óbidos, o conde dos Arcos, o visconde de Vila Nova da Cerveira, o presidente da Mesa da Consciência e Ordens e o conde de Atouguia. D. Afonso VI manteve ainda alguns dos antigos integrantes, todos passíveis de colaborar com a nova situação, como o marquês de Nisa (que era parente próximo de Castelo-Melhor), o conde de Cantanhede e o conde de São Lourenço (ambos com filhos que foram companheiros de desterro de Luís de Vasconcelos).

Nas secretarias a nova situação política mantivera no cargo de Secretário das Mercês Gaspar de Faria Severim. Já o de secretário de Estado foi passado a Antonio de Sousa de Macedo, que substituíra Pedro Vieira da Silva, este ocupando a posição desde a execução, em 1643, de Francisco de Lucena. Uma das primeiras iniciativas de Sousa de Macedo à frente desta secretaria foi o envio de missivas à Inglaterra informando o ocorrido em Alcântara e colocando-se à disposição para defender os interesses ingleses em Portugal, em uma clara manifestação pró-britânica.¹⁰⁸

Se houve a nomeação de alguns ilustres para a ocupação dos Conselhos e Secretarias, algumas outras eminentes figuras do governo anterior viram sua influência política se extinguir ou ao menos diminuir consideravelmente. O padre Antonio Vieira, confessor do Infante D. Pedro e autor do texto lido a D. Afonso enquanto era degredado Antonio Conti, foi um dos primeiros a serem enviados para 50 léguas distante da corte. De acordo com Daniel Pimenta de Carvalho, o Golpe de Alcântara significara para o padre não apenas o desterro, mas também “a perda do apoio que até então sustentava a exclusividade e o poder político da missão jesuítica no Maranhão e obstruía o intento do Santo Ofício de iniciar seu processo inquisitório”.¹⁰⁹ Para o autor, é também este o motivo da contumácia das críticas proferidas por Vieira contra o *Mercurio Portuquez*, periódico propagandista da nova situação, editado por Sousa de Macedo.

A verdade é que D. Afonso VI era alicerçado por um tripé humano que entraria para os anais da história de Portugal como o “triumvirato”, alcunha dada *a posteriori* por seus opositores. O conde de Atouguia, o conde de Castelo-Melhor e Sebastião César de Meneses construíram a base da nova situação política. O primeiro fora nomeado para o Conselho de Estado, enquanto o último aglutinaria o arcebispado de Lisboa e o cargo de Inquisidor-Geral.

¹⁰⁸ CARDIM, Pedro; XAVIER, Ângela Barreto. *Op.cit.* p. 109.

¹⁰⁹ CARVALHO, Daniel Pimenta de. “Introdução”, in: *Mais na opinião que nas forças: Antonio de Sousa de Macedo e a impressão do Mercurio Portuquez*, 2009. 189 fls. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro. p. 13.

Ao conde de Castelo-Melhor coube a ocupação de um cargo já em desuso, vacante desde o reinado de D. Sebastião, o de Escrivão da Puridade.

Na sequência deste capítulo tocaremos ainda a forma como o conde de Castelo-Melhor acaba por reunir em si as condições funcionais de um verdadeiro valimento, exatamente em um momento em que o mesmo vai deixando de existir no cenário político europeu. Neste sentido é interessante a metáfora utilizada pelo Conde D’Ericeira de que o triunvirato português se assemelharia, em curso e destino, àqueles ocorridos nos tempos romanos, quando um dos triúmviros invariavelmente descartaria seus iguais e conquistaria o poder supremo na gestão da *res publica*.¹¹⁰

4. A ascensão do Escrivão da Puridade.

O triunvirato português começou a se desfazer cerca de seis meses após o golpe de Alcântara. O primeiro a cair foi o conde de Atouguia, D. Jerônimo de Ataíde. Este fidalgo fora de grande importância para os primeiros momentos do triunvirato, sendo ele mesmo um dos prováveis arquitetos do golpe de 1662. Era, decerto, o maior entre os envolvidos, constando em sua carreira o comando da frente militar do Alentejo, do qual fora destituído às vésperas de Alcântara. Ainda em 29 de novembro de 1662 era eleito presidente da Junta da Companhia Geral do Comércio; mas foi exatamente a partir deste momento que começou sua derrocada.

Contam Pedro Cardim e Ângela Barreto Xavier que o marquês de Marialva fizera correr o rumor de que tanto o conde de Atouguia quanto o conde de Castelo-Melhor mantinham comunicação com a Monarquia Católica, numa repetição do que acontecera vinte anos antes com Francisco de Lucena e com o marquês de Montalvão. Este incidente associado às inimizades construídas por D. Jerônimo de Ataíde fez com que o conde se afastasse da corte, muito embora continuasse sendo figura importante até sua morte, em 1665.

Sebastião César de Meneses foi de suma importância nos primeiros anos do governo *de fato* de Afonso VI o que o qualificou, no entendimento de seus pares triúmviros, para o exercício dos ofícios de Arcebispo de Lisboa, ao qual acrescentaria o de Inquisidor-Mor e o de Arcebispo de Fez. Suportou bem a onda de rumores que circularam em fins de 1662 e atravessou ileso ao ano de 1663, mas o ano seguinte guardava surpresas... surpresas de

¹¹⁰ ERICEIRA, Conde da (D. Luís de Menezes). *Op.cit.* Tomo IV, p. 79.

antigamente, que em muito lembravam os movimentos na cúpula política lusa entre 1641 e 1644.

No verão do ano de 1664 foi desfeita uma conjura arquitetada para liquidar o conde de Castelo-Melhor. Nela estariam envolvidos exatamente aqueles que poderiam prejudicar a supremacia de D. Luís de Vasconcelos e Sousa: o conde de Cadaval, Antonio Conti – recém chegado de seu degredo no Brasil, D. Teodósio de Bragança, o conde de Aveiras, Antonio Cavide, Francisco Correia da Silva e Sebastião César de Meneses. A reputação do último foi arrasada na devassa de 1664, fazendo com que este terminasse seus dias longe da corte, na cidade do Porto. O conde de Castelo-Melhor eliminara assim toda a resistência possível à sua supremacia. Emergia na cena política portuguesa, embora por pouco tempo, o valido de D. Afonso VI.

5. Entre concursos celestes e tradições míticas: Antonio de Paes Ferraz e a conjunção de 1660.

Falamos no capítulo anterior da forma como o padre Antônio Vieira se esforçara para identificar em D. João IV o rei que lideraria Portugal em sua ascensão como cabeça da Cristandade contra o Turco. Os séculos XVI e XVII em Portugal foram terreno fértil para o surgimento de movimentos messiânicos e obras proféticas. O messianismo político, cuja expressão mais conhecida foi o *sebastianismo*, já se difundira por toda a sociedade portuguesa e se expressava em múltiplas profecias. Entre elas, as mais conhecidas talvez tenham sido as chamadas *Trovas do Bandarra*, escritas por um sapateiro da vila de Trancoso, Gonçalo Eanes Bandarra, em torno de 1540.¹¹¹ Nelas estavam previstas a subjugação lusa e a sua posterior libertação liderada por um rei português, que Vieira prontamente associou a D. João IV.

Mas El-Rei morreu em 1656. A regente D. Luísa de Gusmão impedida de reinar em lugar do filho que, glorioso, tomava o lugar de seus pais como cabeça do Reino. As profecias do Bandarra foram mal interpretadas por aqueles que viam em D. João IV o *Encoberto*, que

¹¹¹ Algumas palavras sobre Gonçalo Eanes Bandarra. Nascido em Trancoso, pequena cidade comercial da região das Beiras, no início do século XVI. O apelo profético e messiânico marca suas trovas. Conforme Hermann, a discussão acerca das Trovas seria a identificação de *Joam*, citado por ele, a quem o Padre Antônio Vieira interpretará como sendo D. João IV. Ainda, segundo essa autora, o que garantiu a sobrevivência das “Trovas de Bandarra” foi justamente o mistério e a impossibilidade de se identificar com certeza qual seria o rei predestinado apontado pelo seu autor. Mais informações em HERMANN, Jacqueline. *No Reino do Desejado: A construção do Sebastianismo em Portugal. Séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ressurgia do areal de Alcácer-Quíbir para liderar Portugal rumo a seu destino. É neste contexto que a década de 1660 assiste a um novo alvorecer do ímpeto *sebastianista*, quando seus defensores retomaram a crença de que D. Sebastião, em pessoa, voltaria a Portugal ainda nestes tempos.

O padre Antônio Vieira não admitiu esse retorno ao *sebastianismo* clássico. Antes apelava à profecia como superior às próprias leis da natureza ao defender a ressurreição de D. João IV, em suas *Esperanças de Portugal, Quinto Império do Mundo*,¹¹² escrita ainda sob a regência da rainha, em 1659. Em primeiro lugar importava garantir a validade profética do Bandarra, o que Vieira faz apresentando inúmeros exemplos de profecias já aferidas ao tempo da aclamação do Bragança.¹¹³ Uma vez garantido o profetismo do sapateiro de Trancoso, o sacerdote se utiliza de um silogismo para vaticinar o retorno de D. João IV:

O Bandarra é verdadeiro profeta.
O Bandarra profetizou que El-Rei D. João IV há de obrar muitas
cousas que ainda não obrou, nem pode obrar senão ressuscitando.
Logo, El-Rei D. João IV há de ressuscitar.¹¹⁴

José van den Basselar estudou atentamente a controvérsia entre *joanistas* e *sebastianistas*, e, portanto não nos debruçaremos aqui sobre o papel do jesuíta em questão nesta peleja.¹¹⁵ Não devemos, no entanto, entender o texto de Vieira como linhas escritas por um saudosista que acreditava na ressurreição de um antigo rei sob o qual gozara de influência. A argumentação de Vieira repousa nas profecias do Bandarra e objetivava contrariar os inúmeros textos que circulavam em Portugal negando que D. João IV era o *Encoberto*. Mais que isso: a possibilidade de ressurreição do *Restaurador* colocaria em xeque a legitimidade do governo de D. Afonso VI. Trata-se, portanto, de uma forma de desestabilizar um governo hostil às suas ações. Houve, por outro lado, quem utilizasse as mesmas armas para apoiar o novo regime.

No ano de 1662 veio ao lume o *Discurso Astrologico das influencias da mayor conjunçam de Jupiter, & Marte* escrito pelo teólogo, filósofo e astrólogo lisboeta Antônio Paes Ferraz e editado na oficina de Domingos Carneiro.¹¹⁶ Foi publicada com dois anos de

¹¹² A carta foi editada na íntegra por Hernani Cidade e A. Sérgio. Cf. VIEIRA, A. (ee. SÉRGIO, A. e CIDADE, H.). *Obras Escolhidas*. Vols. XII, Lisboa: Ed. Sá da Costa, 1951 – 1954.

¹¹³ BASSELAR, José van den. “Sebastianistas versus Joanistas”, in: *Op. cit.* p. 103.

¹¹⁴ VIEIRA, A. *Op. cit.* vol. VI, p. 2.

¹¹⁵ V. nota nº 105.

¹¹⁶ FERRAZ, Antonio Paes. *Discurso Astrologico das Influencias da mayor conjunçam de Jupiter, & Marte, que succedera neste anno de 1660 a 8 de agosto*. Lisboa: Domingos Carneiro, 1662.

atraso, de fato, mas pode-se perceber, pelas licenças que foram dadas, que algo reteve a obra: as primeiras licenças foram dadas ainda em 1660, mas a última – aquela relativa à taxação – só foi dada em 17 de dezembro de 1662.

O quinto capítulo da obra é utilizado por Paes Ferraz para provar, utilizando a ciência astrológica e pautando-se nas profecias do Bandarra, que o *Quinto Império* será encabeçado por Portugal sob o governo de D. Afonso VI. O autor se utiliza de dois argumentos principais para tanto. Em primeiro lugar o autor se refere à já citada conjunção de 1603-1604, que daria início ao *Trígono de Fogo* nas opiniões de Röslin, Casmach e Vieira; não faz menção, no entanto, nem à *nova* de 1604 ou ao nascimento de D. João IV. A estratégia é outra.

O autor argumenta que este congresso planetário assinalava para o ano de 1643, por conta da distância entre o signo de Sagitário – local onde ocorreu a conjunção de 1603-1604 – e o signo de Peixes, signo horoscópico no momento do encontro. Paes Ferraz, calculando a distância entre Sagitário e Peixes chega ao resultado de 40 anos, que somados aos 1603 resulta 1643, ano em que nasceu D. Afonso VI.

O segundo argumento do autor remete ao objetivo da obra como um todo. O *Discurso* trata, como o próprio título observa, da conjunção entre Marte e Júpiter no signo de Virgem ocorrida no dia 8 de agosto de 1660. Paes Ferraz a escreve contra alguns astrólogos – não nomeados pelo autor – que defendem a tese de que esta conjunção poria fim aos efeitos de outro congresso entre os mesmos planetas realizado no signo de Capricórnio em 16 de março de 1640 e que, para a maioria dos astrólogos judiciários, foi uma das causas da Restauração de Portugal.

Conforme dissemos anteriormente, não havia consenso entre os astrólogos na definição exata das conjunções máximas, maiores e magnas; concordavam apenas que a *máxima* teria efeito superior em influência se comparada às outras. Destarte Paes Ferraz inicia seu discurso definindo e qualificando os três tipos de conjunções entre os planetas superiores. Em primeiro lugar, a *conjunção máxima*, realizada entre dois dos citados planetas em algum dos quatro signos cardeais – Capricórnio, Libra, Câncer ou Áries; a *conjunção maior* seria aquela realizada por dois desses planetas em qualquer dos signos subsequentes aos cardeais, influenciando as monarquias, reinos e reis naturais; a *conjunção magna* se realizaria pelos mesmos três planetas nos signos cadentes, ou seja, aqueles que levam ao próximo signo cardinal. As conjunções magnas influenciam reinos e potentados quaisquer. No

entanto, essas denominações têm caráter relacional entre si: só será conjunção maior aquela cujos efeitos se coloquem entre os relativos a uma conjunção magna e uma máxima.¹¹⁷

Em seguida Paes Ferraz enumera as quatro condições necessárias para que os efeitos de uma conjunção possam ser manifestos. Em primeiro lugar, o *almúten* de alguma das quatro estações do ano seja um dos planetas superiores; *almúten* é um conceito astronômico que remete ao planeta dominante sobre determinado aspecto. A segunda condição é que esse planeta dominante se relacione a algum outro planeta superior em um aspecto ainda no mesmo ano. Em terceiro, o planeta dominante da sétima casa do ano esteja mais poderoso naquele ano que o dominante do horóscopo (*i.e.* primeira casa). Em quarto e último lugar, que neste tempo estejam acabados os efeitos da conjunção anterior. Estes critérios serão importantes na argumentação do autor no afã de desacreditar os prognósticos que afirmam que a conjunção de 1660 irá arrefecer os efeitos daquela ocorrida em 1640.

Para Paes Ferraz seus adversários erraram não no cálculo da conjunção de 1660, mas ao não observarem os critérios básicos necessários para que os efeitos de uma conjunção sobrepujassem o das outras. Assim, o autor investiga os dados da conjunção, aferindo se cada uma das quatro condições necessárias é cumprida. Em primeiro lugar, o *almúten* de 1660 é Júpiter, um dos planetas superiores; em segundo lugar, a conjunção entre o mesmo e Marte, ocorrerá ainda no mesmo ano. O problema se encontra na terceira condição: segundo a argumentação de Paes Ferraz, o planeta que se assenhora da sétima casa do ano está mais fraco que o senhor da primeira casa. Logo, a conjunção de 1660 jamais poderia se sobrepor à de 1640. De fato, para o autor, a conjunção de Marte e Saturno que serve de objeto ao seu *Discurso* reforçará os efeitos daquela que anunciou o fim da dominação filipina em Portugal, por tratar-se de uma conjunção magna entre os mesmos planetas, de mesma qualidade. Assim

se pode conjecturar princípios de aumentos e exaltação de Portugal; e ainda que depois desta conjunção deste ano sucedam outras, não surtirão efeito suas influências enquanto durarem as desta conjunção, que se dilatam por espaço de 30 anos, que é até o ano de 1690.¹¹⁸

Paes Ferraz, para identificar o Rei que levaria Portugal a cumprir suas previsões, recorre ao mito do milagre de Ourique, segundo o qual Deus teria dito a Afonso Henriques,

¹¹⁷ De fato este caráter relacional das conjunções já estava presente na matriz ptolomaica desde a obra *Centilóquio*. Trata-se de uma coleção de cem aforismos supostamente proferidos por Cláudio Ptolomeu. O de número 65 se refere exatamente ao caráter relacional entre as conjunções. Cf. ASHMAND, J. M. "Appendix", in: *Ptolemy's Tetrabiblos or Quadripartite: being four books of the influence of the stars*. London: Davis and Dickinson, 1822. p. 231.

¹¹⁸ FERRAZ, Antonio Paes. *Op.cit.* p.8.

primeiro rei português, que nele e em seus descendentes queria estabelecer Seu império: ao proferir as palavras “*Quero em ti e em tua descendência estabelecer meu Império*” a Afonso Henriques, se referiria apenas aos reis portugueses de nome Afonso.¹¹⁹ Assim como o primeiro Rei português foi o responsável pela expulsão dos maometanos da região que viria a ser Portugal, El-Rei Afonso VI seria o líder de toda a Cristandade contra o Mouro.

Outro argumento de Paes Ferraz se utiliza das *Trovas do Bandarra*, tendo em vista que o astrólogo apresenta uma releitura de determinados trechos. O autor afirma que D. Sebastião não era o *Encoberto* de que falava Bandarra, posto que não cumprisse certas circunstâncias que, no entendimento do astrólogo, o sapateiro anunciara. Em primeiro lugar, o *Encoberto* seria “Rey novo alevantado”, e não o mesmo rei de antigamente; seria “O Rey novo escolhido e elegido”, ou seja, que fora levantado ao Trono, não que o ocupara por direito de sucessão. Em terceiro, que seria Infante; o quarto sinal seria inequívoco, posto que Bandarra escrevesse “O seu nome he Dom Joam”. O quinto sinal seria que o *Encoberto* teria um grande capitão por irmão, que Paes Ferraz logo associa a D. Duarte. Em último lugar, que este Rei seria aclamado e levantado em 1640, segundo a interpretação que o autor faz do trecho em que Bandarra escreve:

Já o tempo desejado
He chegado
Já se chegam os oitenta
Que se ementa
Por hum Doutor já passado
Rey novo alevantado
Já dá brado:
Já assoma sua bandeira
Contra a Grifa parideira
Logomeira,
Que tais prados tem gozado.¹²⁰

Logo abaixo o astrólogo fala de versões do texto de Bandarra que falam em “corenta”, no lugar dos “oitenta”. Desta forma, no entendimento de Paes Ferraz, o *Encoberto* só poderia ser D. João IV. A Restauração de Portugal, ocorrida em 1640, ganha assim ares de profecia e passa a ser argumento para que o astrólogo eleja em D. Afonso IV o Rei em que se materializará a promessa feita por Deus para D. Afonso Henriques em Ourique. Tendo por princípio a Restauração de Portugal o autor, onde Bandarra apenas escreve “De quatro Reys o

¹¹⁹ *Idem. Ibidem.* p. 18. O trecho, no original “Volo enim in te, & in semine tuo Imperium mihi stabilire”. Tradução minha.

¹²⁰ *Idem. Ibidem.* p. 19.

segundo/Haverá toda a vitória”, lê “que o segundo Rei depois da Restauração de Portugal terá a vitória e alcançará este Império”.¹²¹ E esse seria D. Afonso VI.

Trata-se da conjugação de um discurso científico-astrológico com outro milenarista, profundamente arraigado nas mentes e corações do povo lusitano;¹²² uma conjugação de forma alguma necessária – antes de tudo, estratégica. Se por um lado existiam contingências de ordem política, cultural e científica – limites estes que o astrólogo precisava obedecer ou ao menos referenciar-se ao construir seus discursos – por outro tais amarras eram frouxas o suficiente para que houvesse espaço para manobra, para que estes intelectuais dirigissem seu discurso para um objetivo específico: a defesa da Restauração e o apoio ao novo regime político.

6. A sombra da história: A *Sciographia* de Antonio Pimenta.

Em novembro de 1664 surge nos céus de Lisboa mais um fenômeno digno de maravilha. Singra os céus europeus até março de 1665 um cometa, evento que serviu de ensejo para inúmeras obras astrológicas e diversas conjecturas por parte daqueles que se debruçavam sobre o ofício de vaticinar. Se os congressos entre os três planetas superiores influenciavam os acontecimentos no mundo subllunar, não eram os únicos a fazê-lo. De fato a astrologia de matriz ptolomaica admite em seu escopo a prognosticação a partir dos movimentos planetários, o lugar ocupado por estes entes em determinados momentos e as diversas relações entre os corpos celestes: no entanto nenhum saber permanece imutável e insensível à passagem dos tempos; antes a única permanência é a constante construção epistêmica e os debates que a move.

Analisaremos aqui como os astrólogos prognosticavam a partir das passagens de cometas, algo que por si só é um problema digno de ser estudado atentamente tendo em vista que a maioria dos astrólogos não acreditava serem os cometas corpos celestes e sim fenômenos meteorológicos. De fato, para Aristóteles os cometas eram formados por exalações terrestres e aquáticas que, atraídas pela ação oculta dos astros até a terceira região do ar, se

¹²¹ *Idem. Ibidem.* p. 19.

¹²² Para maiores informações, Cf. CAROLINO, Luís Miguel. *Ciência, Astrologia e Sociedade. A Teoria da Influência Celeste em Portugal (1593-1755)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003; e Cf. HERMANN, Jaqueline. *Op. cit.*

incendiavam por ação do fogo potencial daquela região da atmosfera ou pelo movimento do orbe lunar.¹²³

Sendo, portanto, fenômenos atmosféricos, não gozavam dos atributos de perfectibilidade e imutabilidade que caracterizavam os corpos celestes e que, no fim das contas, eram a base da teoria da influência dos corpos celestes no mundo sublunar. Eis um problema que Aristóteles não previu, mas que seus seguidores modernos precisaram solucionar.

Em síntese, três foram as conclusões alcançadas pelos filósofos e astrólogos modernos sobre as possibilidades de se conjecturar a partir da aparição e passagem de cometas pelos céus. Em primeiro lugar, pensaram na forma como se formava o cometa. Conforme dissemos, para Aristóteles o mesmo se formava a partir de exalações terrestres e vapores aquáticos levantados por ação celeste até a região mais alta da atmosfera. Na opinião dos doutores da Universidade de Coimbra, importantíssimo centro de estudos filosóficos naqueles tempos, a aparição de cometas antecipava ventos fortíssimos e, conseqüentemente, tempestades nos mares, terremotos e doenças. Nesse sentido estes portentos eram entendidos mais como sinais que como causas dos fenômenos citados.

No entanto desde Ptolomeu a tradição astrológica ocidental associou os cometas a um fundo mais astrológico. Para este que foi um dos fundadores de toda uma tradição científica tanto o Sol como a Lua participariam na formação dos cometas. O já citado Albumasar argumentara que as conjunções planetárias concorreriam na gênese desses portentos, e outros astrólogos defenderam o papel dos planetas como uma das causas destes fenômenos, notadamente através de seus movimentos e luzes que levantariam a matéria sublunar até a região superior da atmosfera. Também defendiam uma influência qualitativa na composição dos cometas através de seus influxos ocultos, sendo em rigor tais influências responsáveis por modelar as qualidades do portento em questão. Grosso modo, as qualidades dos cometas dependiam exatamente das qualidades influídas pelos planetas que concorreram em sua formação e das constelações de estrelas fixas que participaram deste processo. Estava dado o passo necessário para que os astrólogos tecessem conjecturas tendo por base tais *meteoros*. Para Luís Miguel Carolino

(...)estando os cometas tão associados aos planetas que os originavam, os astrólogos, ainda que formalmente os identificassem como um prenúncio de

¹²³ A teoria dos cometas de Aristóteles está presente na obra *Meteorologica*. Maiores informações sobre o assunto podem ser encontradas em CAROLINO, Luís Miguel. *Ibidem*.

algo futuro, na prática, tomavam-nos mais como causas do que como sinais de acontecimentos vindouros(...)¹²⁴

A terceira, e quiçá, mais influente opinião em voga no século XVII não reside tanto na natureza física dos cometas mas sobretudo a uma causalidade final e superior assente em Deus que, como criador do Universo, ordenava a aparição de cometas para comunicar aos seus fiéis momentos de grande crise e mutação no mundo sublunar. Veremos que esta opinião se mesclará às outras nos discursos astrológicos de cometografia de alguns importantes intelectuais do século. De fato, as soluções a que chegaram os filósofos e astrólogos para o problema de se conjecturar a partir de cometas não se excluía, antes compartilhavam de um mesmo arcabouço filosófico.

Se a estas soluções acorreram a maior parte dos astrólogos europeus do Seiscentos, outras surgiam e ganhavam força com o debate intelectual em torno dos métodos matemáticos e com o uso de novos instrumentos para observar os céus. A par do cometa de 1664-1665, o padre Antônio Pimenta argumentava em favor de um cosmos assaz diferente daquele defendido pelos astrólogos peripatéticos.

Este matemático fora lente na Universidade de Coimbra e, ao tempo da passagem do cometa, exercia o cargo de vigário na igreja de S. Pedro, em Lisboa. No ano de 1665 publicou a obra *Sciographia da nova Prostimazia celeste*¹²⁵ pela oficina de Domingos Carneiro, onde expunha uma outra teoria dos cometas – e do cosmos como um todo.

Argumentando contra a mais aceita teoria das exalações enunciada primeiramente por Aristóteles, Pimenta defende a tese de que os cometas seriam formados por eflúvios planetares:

Cometa é uma efluência do Sol, Lua ou estrelas que, formada em corpo denso e opaco, possa como as estrelas refletir a luz do Sol, cujos raios passando por esse corpo, pelo que tem de diáfano, e estendendo-se pelas partes dessa efluência mais raras que o acompanham, o fazem parecer como estrela com cauda luzente, ou com qualquer outra figura.¹²⁶

Esta definição encerra em si vários problemas de ordem filosófica, ao contrastar com algumas das mais aceitas teorias da escola peripatética e do próprio Aristóteles, a começar pelo local onde se formariam os cometas. Para os aristotélicos os cometas são entes meteorológicos, formados por uma multidão de vapores e exalações terrestres que são

¹²⁴ CAROLINO, Luís Miguel. “Astrologia Judiciária e Profetismo Político”, in: *Ibidem*. pp. 183-184.

¹²⁵ PIMENTA, Antonio. *Sciographia da nova Prostimazia celeste, & portentoso cometa do anno de 1664*. Lisboa: Domingos Carneiro, 1665.

¹²⁶ *Idem. Ibidem*. p.4.

levantados até a terceira região do ar pela ação dos astros e aí se incendiam – seja pelo movimento das esferas, seja pelo fogo potencial da mais alta região aérea. Os céus seriam formados por esferas cristalinas de éter, elemento mais nobre e perfeito. Por ser perfeito não sofre geração, alteração ou corrupção: é imutável, eterno, tendo matéria e forma inseparáveis. São precisamente estas características do éter que garantem a superioridade ontológica do mesmo sobre os elementos sublunares e a ação do primeiro sobre os últimos: a base de sua astrologia.

Pois para Pimenta os cometas são formados por eflúvios planetários. As conseqüências desta colocação são óbvias: em primeiro lugar, os céus não podem ser formados por esferas cristalinas. Precisam ser permeáveis ou ao menos fluidos. Em segundo lugar, e mais importante, os céus não podem ser formados por éter, pois são passíveis de alteração. Os eflúvios a que Pimenta credits a formação dos cometas são alterações nos corpos dos planetas por ação de outros astros. Vejamos como Pimenta constrói sua argumentação para chegar a esta definição.

A princípio o autor ataca a autoridade de Aristóteles na matéria. Ciente do desafio que está lançando, Pimenta busca, ainda na dedicatória, os favores do valido de D. Afonso VI – o conde de Castelo-Melhor. Em seguida, aponta o que considera ser o ponto fraco da teoria aristotélica sobre os cometas: a possibilidade de se provar a existência de cometas acima do céu da Lua. Assim, se debruça nesta empresa buscando argumentos nas experiências de Thyco Brahe sobre o cometa de 1577. O célebre astrônomo dinamarquês utilizou cálculos matemáticos para demonstrar que o cometa em questão caminhou bem além do limite proposto por Aristóteles. Aberto o precedente Pimenta salienta as teorias de filósofos anteriores a Aristóteles, os quais defendem que os cometas sejam celestes.¹²⁷

A segunda parte de seu ataque contra as bases aristotélicas é a medição da altura do cometa de 1664. Não é exatamente a altura o importante: comparando a altura do cometa se visto de dois diferentes pontos, pode-se medir, em graus, a deformação da imagem causada pela noção de perspectiva. A esse fenômeno dá-se o nome de *paralaxe*. Não nos deteremos em uma explicação detalhada sobre o assunto, bastando dizer que, quanto mais próximo do observador está o objeto, maior a deformação caso o observador se mova no mesmo plano. Se o cálculo da paralaxe não serve para medir a distância absoluta entre um determinado objeto e o observador, é um instrumento matemático bastante eficaz para mensurar distâncias relativas entre dois ou mais pontos e o observador. Assim Pimenta mediu um desvio menor na imagem

¹²⁷Pimenta cita vários autores que argumentam em prol do caráter celeste dos cometas: Thomas Fieno, Kepler, Joseph Blancanus, Christóforo Borro, entre outros.

do cometa que na imagem do Sol, de onde concluiu que o cometa em questão estava bem além do Sol:

E tratando em particular deste presente cometa que todos vimos e aos que bem observaram é manifesto não ter um minuto e meio de paralaxe; não só se demonstra ser cometa celeste mas que ainda foi formado acima do céu do Sol, no céu de Júpiter ou Saturno, porque o Sol tem de paralaxe 2 minutos e meio e o cometa ainda teve menos: logo, mais distava de nós que o Sol.¹²⁸

Os céus de Pimenta não são perfeitos. Não são formados por nenhuma matéria sublime, incorruptível e inalterável; portanto, não há uma superioridade ontológica entre os corpos celestes e sublunares que garantiria a influência dos primeiros sobre os segundos. No entanto restava ainda uma possibilidade de prognosticar a partir da passagem de um cometa. Já aludimos à tese de que os cometas, a despeito de sua natureza física, obedeciam à vontade de Deus que, se utilizando de tais instrumentos, comunicava aos seus fiéis seus desígnios. Pimenta apoiava esta solução e argumentava ainda em favor da comparação dos efeitos das passagens de cometas semelhantes, no passado.

Contudo também é dos Astrônomos Filósofos filosofando *prognosticar dos objetos que de novo se oferecem à vista nos Céus, não por figuras, senão por conjecturas, não por configurações e aspectos das estrelas, mas por sucessos já experimentados e experiências vistas em outros muitos cometas semelhantes, nem menos como efeitos necessários de tais causas, mas como efeitos da primeira e suma Causa, que por semelhantes sinais quer que sejam aos homens significados.*¹²⁹

Esta única possibilidade de prognosticação reflete, na verdade, uma preocupação do autor com o próprio estatuto epistemológico de sua ciência, tão violentamente atacada nos últimos séculos. Pimenta sugere uma remodelação no próprio método investigativo dos astrólogos; uma reformulação que pode ser interpretada como uma alteração significativa nas bases filosóficas sobre as quais está assentada a astrologia. Podemos perceber na parte grifada da última citação o apelo de Pimenta para a utilização de um método indutivo que muito se assemelha à proposta de Roger Bacon para a astrologia.¹³⁰ Mais que isto, Pimenta sugere a construção de um catálogo contendo a aparição de cometas e os efeitos associáveis a cada um deles:

¹²⁸PIMENTA, Antonio. *Op.cit.* p.12.

¹²⁹*Idem*, *Ibidem*. p.46, grifo meu.

¹³⁰Cf. CURRY, Patrick. Astrology in Crisis. in: *Prophecy and Power, Astrology in Early Modern England*. Oxford: Polity Press, 1989.

[...] formarei um catálogo dos mais principais cometas que até agora se observaram, não como muitos Judiciários os referem, só com os maus sucessos, mas declarando também as felicidades que, segundo consta das histórias, muitos juntamente significaram como nos significa agora este que tratamos.¹³¹

Assim o astrólogo Pimenta constrói a ponte entre o conhecimento astrológico e a religião, aliados a uma reformulação de sua ciência. Entendidos como sinais de Deus para que os homens leiam Seus desígnios, os significados dos cometas só poderiam ser conhecidos se comparados com os eventos ocorridos após a passagem de portentos semelhantes no passado. Neste sentido estes corpos, apesar de celestes, influenciariam o mundo sublunar apenas como “causa segunda” a serviço de uma “causa primeira”, a saber, Deus.

Seus vaticínios são baseados em um conjunto de associações entre formas e fenômenos parecidos conhecidos ou já ocorridos no passado. Por exemplo, acerca das conspirações da década de 1640, Pimenta sugere que no ano de 69 da era cristã um cometa surgiu sobre os céus da Ásia, anunciando a futura destruição de Jerusalém e a traição cometida por Gainas contra sua pátria, em 71,¹³² e que, portanto, “também pelos cometas se podem alcançar as traições e ciladas que contra a pátria e pátrio Rei foram maquinadas”.¹³³

A arte da prognosticação, para Pimenta, constitui-se a partir da conjugação dos fenômenos celestes à história, entendida aqui como a enumeração dos eventos passados em uma lógica cronológica. Como teólogo, o intelectual em questão associa a história da humanidade descrita nas Escrituras à narrativa mítica dos monges de Alcobaça. Não surpreende, portanto, que estas diferentes fontes apareçam no discurso astrológico como as bases dos vaticínios construídos por Pimenta, neste caso para alimentar o esforço de reconhecimento de D. Afonso VI como o rei que irá realizar a profecia de Ourique.

De acordo com o sacerdote Deus prometeu a Adão, ainda na primeira idade do mundo, as felicidades de que haviam de gozar seus descendentes, mas tal promessa só se cumpriu seis gerações depois, com Noé. Da mesma forma as promessas feitas a D. Afonso Henriques só se cumpririam naquele seu sexto descendente de nome: D. Afonso VI. O mesmo critério Pimenta utiliza para associar o cometa de 1664 à estrela que guiou os Três Reis Magos à manjedoura onde Cristo fora recolhido após seu nascimento: “E se aquela foi

¹³¹PIMENTA, Antonio. *Op. cit.* p. 53.

¹³²PIMENTA, Antonio. *Op.cit.* p.60. Neste ponto o autor acredita ler uma obra do próprio Coriolanus, mas na verdade ele tem em mãos uma das biografias escritas por Plutarco. PLUTARCO, *Parallel Lives*. Disponível em: < <http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Plutarch/Lives/home.html>>. Acesso em: 30 de dezembro de 2009.

¹³³PIMENTA, Antonio. *Op.cit.* p.60.

sinal de ser chegado o tempo de Cristo Rei, esta o será de serem chegadas as felicidades deste Reino, que há de ser o mesmo do Cristo Império”.¹³⁴

Percebamos esta miríade de associações proposta por Pimenta não como mero exercício retórico, como a utilização de recursos imagético-discursivos que teriam apelo no público, mas como a mobilização de conceitos e ideários muito próximos ao autor, antes de mais nada um sacerdote e astrólogo. E também português; não é à toa que a epopéia da fundação do Reino de Portugal por D. Afonso Henriques, e todos os mitos a este evento relacionados, apareçam como figuras centrais na argumentação e prognosticação de Pimenta. As duas possibilidades não são excludentes: entendemos que a mobilização dessas tópicas científicas e religiosas sejam, simultaneamente, uma estratégia visando a ação política e a manipulação de símbolos pelos quais este astrólogo se entendia no mundo. Assim, é recorrente o uso do argumento de que nenhum rei português jamais teve sua morte prognosticada a partir da passagem de um cometa, para amenizar os ânimos da população, atemorizada pela aparição de tal portento.¹³⁵

A construção dos monarcas e dos eventos de 1640 por parte dos astrólogos fazia parte do esforço de guerra, no sentido de criar um ideário pró-Restauração sancionado por Deus, pelo passado, pelos astros em seus congressos, pelos cometas e pelas profecias do Bandarra, todos conjugados entre si. Decerto que era parte importante desta empresa que visava minar as dissensões internas do Reino e auxiliar na árdua tarefa de suportar as marés de guerra, mas do outro lado do Guadiana encontrava-se um Imperador reconhecido pela Santa Sé, com território vastíssimo, um exército poderoso e membro de uma ilustre linhagem que se empenhara diretamente no combate contra os inimigos da Igreja, em Granada, em Lepanto e ultimamente no norte da Europa.

As narrativas das batalhas e escaramuças entre forças portuguesas e castelhanas chegavam aos mercados, às portas das igrejas, corriam de mão em mão e de boca e boca. Eram assunto de interesse dos leitores; logo, cabia aos astrólogos tocar este cotidiano do homem português. Estes intelectuais se lançaram a estes problemas bélicos, econômicos e sociais com energia, ao mesmo tempo em que construíam a imagem do inimigo em suas obras. Os primeiros anos do Portugal Restaurado foram difíceis: época de reorganização política, de carestia econômica, de um cenário internacional desfavorável... época de guerra.

¹³⁴ *Idem, Ibidem.* p.48.

¹³⁵ *Idem, Ibidem.* pp.54-55.

Capítulo III

A tutela de Marte: o Portugal Restaurado e a ameaça castelhana.

“Uns, injuriando o Céu e dando trato às estrelas para que digam o que não podem; outros, inquietando o Inferno (como dizia Samuel) e tentando os mesmos Demônios, para que revelem o que não sabem. Tanto foi em todas as idades do Mundo, e tanto é hoje, na curiosidade humana, o apetite de conhecer o futuro.”¹³⁶

A afirmação da identidade portuguesa do Seiscentos, expressão antropológica derivada do trabalho executado por aqueles intelectuais afeitos ao regime brigantino nos conturbados anos em que o Reino se bateu contra a vizinha Castela, e que só pode ser definida *a posteriori*, perpassava a construção de uma identidade do outro – no caso, do inimigo castelhano. Se algumas vezes o soldado castelhano era percebido apenas como um ser humano nascido do outro lado do Guadiana, não raras foram as ocasiões em que eram representados como os opressores que sempre atacavam em maior número, em uma típica alusão ao embate entre quantidade e qualidade; esta expressa como derivada da virtude portuguesa ou dos favores de Deus, aquela como acompanhada da falta de disciplina, da selvageria e do caos.

Se o mero soldado inimigo era representado quase como uma vítima das circunstâncias na maioria das vezes, El-Rei e a *hidalguía* castelhana mereceram qualificações menos escusáveis. Um Rei não pode ser mera marionete do acaso, ou a guerra seria injusta. Os astrólogos portugueses que se lançaram à tarefa de municiar a Restauração tinham isto em mente e utilizaram processos distintos para construir o inimigo. Neste capítulo trataremos exatamente as formas como estes intelectuais construíram a imagem de Filipe IV e seus vassalos, a fim de pintarem um determinado quadro sobre a guerra que se desenrolava. A guerra em si é matéria tratada pelos autores, em sua maioria, apenas indiretamente e quase sempre a partir dos prognósticos.

¹³⁶ VIEIRA, Antonio. SJ. (José Carlos Brandi Aleixo, org.). *História do Futuro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005. p. 124.

1. Sob o signo do Sagitário: o discurso astrológico nos primeiros anos do Portugal Restaurado.

Francisco Guilherme de Casmach publicou, além do já citado *Almanach Prototypo* de 1644, uma obra intitulada *Brachylogia Astrologica e Apocatastasis* em 1646.¹³⁷ Analisaremos aqui os pormenores de ambas as obras nos preocupando com a forma como o autor constrói seu discurso, tendo por base a tradição astrológica ocidental alimentada pelos autores árabes e o contexto político português naquela década.

No capítulo anterior foi demonstrada a influência da astrologia árabe no discurso de Casmach ao definir D. João IV como aquele rei destinado a guiar Portugal em direção ao seu destino, enunciado a El-Rei Afonso Henriques em Ourique. A *Teoria das Grandes Conjunções*, exatamente por refletir uma visão determinista da ação dos corpos celestes sobre o mundo sublunar em uma teoria precisa da história da humanidade, levava seus adeptos a caminharem no pantanoso terreno da *astrologia judiciária*. Foi exatamente esta faceta do saber astrológico o alvo das principais críticas proferidas contra a ciência como um todo, ao professar a ação dos astros como determinante nas ações humanas, ferindo o princípio católico do livre-arbítrio.

Este ramo da astrologia sempre foi merecedor de acintosas críticas por parte dos intelectuais europeus. A questão do livre-arbítrio, formulada no seio da filosofia cristã e tornada cânone por Trento, refletira as preocupações de um Pico della Mirandola e de um Savonarola.¹³⁸ Tendo suas fileiras engrossadas por tais nomes e pelo endosso da Santa Sé, os adversários da astrologia judiciária fizeram seus tambores reverberarem por toda a Europa, mas em Portugal encontrou-se uma alternativa filosófica em S. Tomás de Aquino e em Luís de Molina: se os astros não podiam determinar as livres ações do homem racional, poderiam ao menos influenciar a maior parte da população, formada por camponeses que se deixavam governar por suas inclinações naturais. E esse padrão natural sim, como formado pela ação das qualidades fundamentais nos elementos constitutivos do homem, era determinado pelo movimento dos astros.¹³⁹

Não era a única possibilidade de escusa, no entanto. Casmach, diferentemente de outros astrólogos judiciários, não se esquivou do debate. Sua posição de médico da Corte o

¹³⁷CASMACH, Francisco Guilherme de. *Brachylogia Astrologica e Apocatastasis*. Lisboa: Paulo Craesbeeck, 1646.

¹³⁸Maiores informações sobre os ataques de Giovanni Pico della Mirandola, Savonarola e outros contra a astrologia judiciária, Cf. GARÍN, Eugénio. *Op. cit.*

¹³⁹Cf. CAROLINO, Luís Miguel. *Ciência, Astrologia e Sociedade. A Teoria da Influência Celeste em Portugal (1593-1755)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

obrigou a pronunciar-se frente ao embate entre a astrologia judiciária e seus detratores. Desta forma defende as raízes deste ramo da ciência astrológica em seu *Almanach Prototypo*, alegando que a mesma fora corrompida pela busca por exatidão dos astrólogos em seus prognósticos:

A curiosidade natural e apetite inato que tiveram sempre os mortais de conhecer e alcançar as coisas futuras foram a causa da confusão e total ruína da Astrologia, e Judiciária, e conjectural Filosofia, que os antigos por meio de tantas observações e singular experiência alcançaram; porque não se contentando com a probabilidade de seus preceitos em geral ou especial quiseram individuar tanto e particularizar os efeitos das influências celestes, que além de se fazerem ridículos com suas prognosticações fabulosas e sonhadas mentiras, que algumas vezes por arte diabólica faziam ter aparências de certeza no sucesso, vieram a contradizer *in totum* a liberdade humana, que como cristãos todos cremos ter todo homem, que tem uso da razão para obrar ou não obrar.¹⁴⁰

O engano judiciário estava, portanto, não em suas bases filosóficas clássicas, mas no uso posterior que se fizera das teorias ptolomaicas e árabes. Em sua defesa deste ramo do saber astrológico, Casmach aponta para uma remodelação do mesmo, tornando qualquer prognóstico judiciário uma probabilidade, não uma sentença. Assim estaria preservado o livre arbítrio dos homens. A justificativa de Casmach baseou-se, portanto, em uma releitura da posição ptolomaica acerca da ação dos corpos celestes sobre o mundo abaixo do céu da Lua, e não exatamente na possibilidade tomista-molinista; a construção nos remete imediatamente àquela adotada por John Partridge no fim do Seiscentos inglês, cujo alicerce seria uma releitura estritamente aristotélico-ptolomaica das tradições astrológicas em voga.¹⁴¹

Ao mesmo tempo em que se fia na teoria das Grandes Conjunções exposta por Albumasar, Casmach também pôde contar com uma importante obra que compilava as principais teorias astrológicas de base judiciária do século XVI. Trata-se do *Thesouro de Prudentes*, de Gaspar Cardoso de Sequeira, trazido ao lume pela primeira vez em 1612, e reeditado inúmeras vezes até sua última publicação, em 1704.¹⁴² Conforme dissemos é uma obra de caráter compilatório, onde o autor deixa para a posteridade lições sobre como calcular tábuas de prognósticos, mapas de natividades, além da “preparação das duas figuras que se usam na Judiciária primitiva”.¹⁴³ Pela longevidade desta publicação fica clara a fragilidade das teorias segundo as quais haveria uma censura particular às obras de astrologia

¹⁴⁰ CASMACH, Francisco Guilherme. *Almanach Prototypo e Exemplar de Prognosticos*. Lisboa: Paulo Craesbeeck, 1644. pp.20-21.

¹⁴¹ Cf. CURRY, Patrick. *Op. cit.*

¹⁴² SEQUEIRA, Gaspar Cardoso. *Thesouro de Prudentes, novamente tirado a luz por Gaspar Cardoso de Sequeira*. Coimbra: Jorge Rodriguez, 1612.

¹⁴³ *Idem*. “Prólogo”, in.: *Ibidem*. p. 2.

judiciária, a despeito da posição oficial da Santa Sé acerca da polêmica. Este ramo da astrologia sofria ataques há tempos, mas estes se concentravam em desacreditá-la e combatiam-na em suas bases epistemológicas.

Daí que após uma breve defesa da astrologia judiciária, depurando o saber do caráter de *determinação* que o acompanhava, o autor inicia a tecelagem de seus prognósticos para o ano de 1644. Diferente das outras obras que analisamos, o *Almanach* de Casmach não se prende a um só objeto: estamos lidando com uma análise cujo escopo abrange cometas, conjunções planetárias, eclipses e outros portentos celestes. As duas obras astrológicas que nos chegaram deste intelectual apontam para um repertório variado de ferramentas, que este utilizava para dar base aos seus prognósticos, conferindo mais autenticidade às suas proposições; tais utensílios poderiam servir tanto como uma lente com a qual pudesse enxergar os astros como uma lâmina para ferir o inimigo.

A figura para o ano de 1645, base sobre a qual Casmach irá elaborar os vaticínios contidos no *Almanach*, denota que alguns nobres “significados por Júpiter, [sofrerão] misérias ferozes e cativoiro, por estar no decano de Saturno, que influi os tais efeitos nos contrários”.¹⁴⁴ Além disso, os astros prometem um incremento no comércio marítimo, embora anunciem naufrágios. “Também diz, que por cair a parte da Fortuna no decano da Lua, acrescentará as honras, dignidade, valor e ânimo para destruir os campos e vilas contrárias”.¹⁴⁵ Ademais, por estar a Lua participando da figura, oposta a Marte, denota “muito grandes contendias, brigas e discórdias”.¹⁴⁶

Ainda na seção sobre as novas gerais para o ano de 1645 Casmach esbarra em um tema assaz espinhoso da cena política portuguesa de então. Analisando a presença de Vênus e Mercúrio em Peixes e da Cauda do Dragão em Aquário, em aspecto quadrado com Júpiter, o autor diz que “não serão amadas as ciências, quero dizer, influi nos homens aborrecimento das letras, pouca aptidão, e inclinação para as não aprimorarem”.¹⁴⁷ Tudo leva a crer que se trata da oposição entre letras e armas, célebre – entre outros tantos motivos – pela obra de João Pinto Ribeiro, *Preferência das Letras às Armas*.¹⁴⁸

¹⁴⁴ CASMACH, Francisco Guilherme de. *Almanach Prototypo e Exemplar de Prognosticos*. Lisboa: Paulo Craesbeeck, 1644. p. 21.

¹⁴⁵ *Idem, Ibidem*. p. 21.

¹⁴⁶ *Idem, Ibidem*. p. 21.

¹⁴⁷ *Idem, Ibidem*. pp. 22-23.

¹⁴⁸ RIBEIRO, João Pinto. *Preferência das Letras às Armas*. In: RIBEIRO, João Pinto. *Obras Várias*. Coimbra: Joseph Antunes da Sylva, 1729-30. Antonio Manuel Hespanha comenta que a controvérsia entre letras e armas é viva em Portugal desde meados do século XVI: “A questão da preferência das qualificações “profissionais” (o “saber”, “suficiência” ou “letras”) ou das qualificações sociais (“nascimento”, “honra”, “nobreza”, “armas”) no provimento dos ofícios abriu uma polémica que se manterá constante, pelo menos a partir da segunda metade do séc. XVI, por trás da qual se pressente a agudização da competição entre os detentores tradicionais dos cargos e a

Publicada em janeiro de 1645, portanto contemporânea do *Almanach* de Casmach, a obra é uma crítica ferrenha ao momento político português de meados da década de 1640. Nela o letrado João Pinto Ribeiro, um dos mais importantes elementos a participar do golpe de 1º de dezembro, defende ardorosamente a supremacia dos *homens de letras* sobre os *homens de armas*, no que se advinha ser o controle das posições-chave para a gestão da República. Por *homens de letras* não se pode entender apenas o *letrado*, indivíduo de formação universitária regular ligado à área do Direito e da jurisprudência: o *homem de letras* de João Pinto Ribeiro é, antes de tudo, um cultivador dos saberes e ciências aplicados à prática governativa. Em oposição, o *homem de armas* construído pelo autor é a caricatura do fidalgo capa-e-espada, que conseguia ascender socialmente na hierarquia do governo via feitos audazes de bravura obtusa e a antiguidade de seu sangue.

É óbvio que se trata apenas de uma imagem simplista, que evoca um enfrentamento entre indivíduos ocupando posições diametralmente opostas, e que não corresponde à realidade do jogo político da época; D. Francisco Manuel de Melo, considerado um dos grandes literatos do século, foi um daqueles que se colocaram contra a investida de João Pinto Ribeiro.¹⁴⁹ Mas o real intento do autor era criticar a separação que se construía entre os governos civil e militar, tendo em vista que os letrados ficariam de fora dos assuntos da guerra contra Castela.

Já o autor do *Tacito Portugues* afirma que, no passado, “aconselhavam-se os reis indistintamente com as pessoas maiores e mais práticas que o seguiam. Donde procedeu que com os condes cujo título se interpreta *comes*, os companheiros, fossem inseparáveis das pessoas reais”.¹⁵⁰ Ou seja, o governo deveria ficar nas mãos dos fidalgos, ou na imagem proposta pela tópica, dos *homens de armas*.

Casmach não se esquivava da polémica, embora não se aprofunde na questão. Podemos apenas rastrear sua opinião sobre o embate entre as *letras* e as *armas* ao longo das obras. O astrólogo parece concordar com D. Francisco Manuel de Melo, ao oferecer sua obra de 1645, a *Brachylogia Astrologica e Apocatastasis*, à nobreza do Reino, alegando que “o agigantado

camada dos letrados e burocratas, em irresistível ascensão, sobretudo nos cargos do Paço. Nas Cortes de Tomar de 1581, a nobreza pede que os cargos de governo no ultramar, bem como os das repartições da Corte por onde corre o expediente do ultramar sejam dados a fidalgos, como antes se costumava fazer [...]. Por sua vez, Gabriel Pereira de Castro (em *De manu regia* [...]) dá conta de uma resolução do Desembargo do Paço no sentido de que na admissão à leitura de bacharéis se atendessem primeiro às letras e virtudes e que, só no caso de igualdade a este respeito, se atendessem à honra e nascimento. Já depois da Restauração, António de Freitas Africano (em *Primores políticos e regalias de nosso Rey Dom Ioão o IV*, Lisboa, 1641, 69 v.º), defende que os grandes cargos se devam dar a nobres.” HESPANHA, Antonio Manuel. *As vésperas do Leviathan: Instituições e Poder Político em Portugal*. - Séc. XVII. Pedro Ferreira, Artes Gráficas, 1986, p.703-704.

¹⁴⁹ MELO, D. Francisco Manuel. *Op. cit.* p. 75.

¹⁵⁰ *Idem. Ibidem.* p. 125.

espírito de Portugal” seria a “muito insigne, antiga e ilustre nobreza lusitana”.¹⁵¹ Assim o autor utiliza a metáfora para elaborar seus vaticínios em tom provocativo: 1645 seria um ano afeito à nobreza em seu afã de remodelar o Portugal.

Bartolomeu Pachão, na obra citada no primeiro capítulo deste trabalho, tocou também a polêmica entre letras e armas. Ao narrar o episódio em que os Gigantes assaltam os Céus, credita a vitória divina sobre os filhos da Terra a Pallas, que com sua eloquência motivou os deuses, posto que

Não menos poderosa é a Eloquência para alcançar grandes cousas do que as armas: estas aproveitam-se do poder, aquela do discurso; umas reduzem ao corpo com a violência, a outra ao entendimento com a razão: impera sem força, reina sem cetro, vence sem sangue e, obrigando sem ameaças, introduz nos ânimos que persuade um valor generoso com que muitas vezes restaura a reputação e melhora as empresas.¹⁵²

Concordando então com João Pinto Ribeiro, Pachão engrossa o partido daqueles que defendem a primazia dos homens de letras nos negócios do Reino. Trata-se, como pudemos perceber, de uma polêmica viva naqueles anos e intimamente ligada à prática governativa e à distribuição do poder político no Portugal recém restaurado.

Voltemos à narrativa de Casmach. Segundo o astrólogo, o verão de 1645 será dominado por Marte, tendo por *illegitimus* Júpiter. Embora o último seja o senhor do ano e refreie os efeitos do primeiro, os efeitos marciais serão sentidos em toda a Europa. Estes planetas influenciam os caminhos pelos quais a guerra contra Castela seguirá neste verão. Para o autor

pela mesma causa na milícia se proverão vários cargos e dignidades sucessivas com honra de uns e abatimento dos outros. Júpiter no decano de Saturno influi miséria, cativos, baixezas e fereza nos sujeitos a tal signo, como em Badajoz, etc. a quem prognosticam os astros sujeição a Portugal, com pouca perda (...) ¹⁵³

Aqui há uma questão. Badajoz, cidade castelhana na fronteira do Alentejo, é alvo sempiterno de prognósticos de ruína nos papéis astrológicos do período de guerra. O motivo é que foi exatamente esta a praça forte de onde partiam as principais linhas militares sob comando castelhano. Em 1641 o conde de Vimioso, D. Francisco de Portugal, encarregado de dirigir a frente de combate do Alentejo, fortificou a cidade de Elvas, transformando-a no

¹⁵¹ CASMACH, Francisco Guilherme de. *Brachylogia Astrologica e Apocatastasis*. Lisboa: Paulo Craesbeeck, 1646. p. 3.

¹⁵² PACHÃO, Bartolomeu. “De Jupiter”, in: *Op. cit.* p. 49B.

¹⁵³ *Idem, Ibidem.* p. 29.

centro de comando português naquela frente. No mesmo ano o conde de Monterrey ordenou que D. João de Giray, partindo de Badajoz, atacasse as praças de Olivença e Campo Maior, embora não tenha obtido êxito. O Vimioso se viu então obrigado a dividir a liderança da frente do Alentejo com Matias de Albuquerque, nomeado governador de armas, e mais tarde com Martim Afonso de Melo. D. Francisco Manuel de Melo condenara, em seu *Tácito Português*, o rodízio de lideranças naquela frente: “desvario é essa máxima de Estado. Antes de um ano se viu Alentejo governado por três cabos diferentes”.¹⁵⁴

Se o astrólogo previu para o verão de 1645 tantas benesses para o Portugal, para o de 46 não será diferente. A *Brachylogia* aponta para a felicidade prometida pelos astros às alianças portuguesas do período.

Grandes são também os bens que nos significa por meio de nossos aliados e amigos que sempre sairão vitoriosos e triunfarão de seus contrários e nossos. Assim que será este Verão verdadeira Primavera dos amigos, e igualmente nela florescerá o afeto e efeito das amizades para nosso bem e seu(...)¹⁵⁵

Para além dos usuais prognósticos para o ano que corre, a obra traz um capítulo dedicado a comentar as notícias relativas ao ano de 1645, quando relacionadas aos vaticínios expostos no *Almanach*. Referenciando-se às previsões no que concerne aos sucessos militares lusos contra os castelhanos e às prosperidades na navegação, o astrólogo ostenta seus sucessos como prognosticador e inflama seus leitores ao ressaltar os sucessos portugueses, além de se referir à invasão holandesa no Brasil.

Vejam como especificamos as entradas dos inimigos e o infeliz sucesso que sempre nelas tiveram o ânimo e brio com que deles sempre os nossos triunfaram. Como acertamos na felicidade da navegação portuguesa, e em particular Olyssipponense [Lisboeta], como temos visto, e agora que componho isto, vemos em nossos olhos, apesar de todos nossos inimigos e alegria geral de todo o Reino, ancorar neste não menos majestoso que dilatado porto, frotas do Rio de Janeiro e de mais partes do Brasil, de quem antes de se acabar teremos domínio absoluto.¹⁵⁶

Dentre os prognósticos contidos no *Almanach* que não se realizaram em 1645, o mais importante talvez seja aquele que se refere ao fim do cativo de D. Duarte, irmão de D. João IV. Trata-se de uma personagem importante nos anos imediatamente anteriores à Restauração até o fim da década de 1640. Quando os fidalgos portugueses descontentes com as medidas

¹⁵⁴ MELO, D. Francisco Manuel. *Op. cit.* p. 124.

¹⁵⁵ CASMACH, Francisco Guilherme. *Brachylogia Astrologica e Apocatastasis*. Lisboa: Paulo Craesbeeck, 1646. p. 20.

¹⁵⁶ *Idem, Ibidem.* p. 8.

vindas de Castela começaram a se reunir e discutir sobre como se deveria romper os laços políticos que haviam entre Portugal e Castela, o nome do infante chegou a ser cogitado caso D. João – então duque de Bragança – não aceitasse a coroa. D. Duarte já possuía então alguma experiência militar, pois desde 1635 lutava na Guerra dos Trinta Anos pelo imperador do Sacro Império Romano Germânico. No período entre novembro e dezembro de 1638 esteve em Portugal, onde foi abordado por alguns dos conspiradores, mas sua partida para a guerra, em treze de dezembro daquele ano, frustrou as expectativas do partido.

O infante lutava nas guerras européias sob a bandeira dos imperiais e naquele 1º de dezembro fatídico estava aquartelado na Alemanha. Assim que o novo monarca assumiu o governo do Reino, sua chancelaria expediu missivas por toda a Europa convocando D. Duarte, tendo em vista o perigo que corria. Hoje sabemos que as mensagens não chegaram a seu destino, pois o infante fora retido em Ratisbona, no dia 14 de fevereiro de 1641, sendo depois enviado para o cárcere em Milão.¹⁵⁷ A notícia da prisão de D. Duarte chegou a Portugal em abril daquele ano.¹⁵⁸ Apesar do cativo, manteve correspondência com Lisboa e esteve a par dos principais acontecimentos do Reino e da guerra contra Castela por meio de Francisco Taquet, nome fictício do frei Fernando de La Houe, um agente de D. João IV em Veneza que fora incumbido pelo monarca de manter aberta essa linha de comunicação.¹⁵⁹

Vejamos como Casmach se refere ao não cumprimento de seu vaticínio sobre o assunto:

Restava manifestar agora quem fosse aquela pessoa a quem prometíamos liberdade, porquanto nem todos puderam alcançar os termos astrológicos porque [pelos quais] a explicamos, se bem tendo respeito ao bem comum da pátria e cordial afeto de cada um, dava a todos fundamento para julgarem ser aquele a quem com o próprio sangue desejaram libertar.¹⁶⁰

O autor se justifica ao afirmar que os irmãos dos reis são representados, na figura dos anos, pela duodécima casa, além de serem influenciados pelo signo que, no mapa, ocupa a terceira casa. E nessa estava Áries, que predomina sobre a França e a Alemanha. Casmach expressa seu pesar pela continuidade do aprisionamento do Infante português, mas confia que Deus logo porá termo feliz ao cativo:

¹⁵⁷ COELHO, José Ramos. *D. Duarte. História do Infante D. Duarte, irmão de El-Rei D. João IV*. 2 vols. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1889. pp. 330 e 411.

¹⁵⁸ COSTA, Leonor Freire; CUNHA, Mafalda Soares da. *Op. cit.* p. 106.

¹⁵⁹ COELHO, José Ramos. *Op. cit.* p. 65.

¹⁶⁰ CASMACH, Francisco Guilherme. *Brachylogia Astrologica e Apocatastasis*. Lisboa: Paulo Craesbeeck, 1646. p. 9.

E foi princípio exemplar e principal motivo de tratar com maior calor ainda de se haver de pôr em liberdade o nosso Sereníssimo Infante, e concluir as pazes universais; com que veremos posto o último complemento a nossas felicidades, o que tudo depende da divina vontade, em cuja bondade esperamos que veremos livre antes de muito tempo.¹⁶¹

Se em 1645 os céus colaboravam para o fim do cativeiro de D. Duarte, aqui na Terra os agentes lusos e aliados faziam o possível para apressar a vontade divina de ver o irmão de D. João IV livre. Os suecos, aliados de Portugal na guerra contra Castela, haviam capturado alguns generais castelhanos e os ofereciam em troca da devolução do Infante, sem muito sucesso até então, como a *Gazeta* noticiou em agosto de 1645:

Sobre a liberdade do senhor Infante se faz muito: principalmente por parte da rainha da Suécia, a qual tem mandado a seus Embaixadores que não venham em algum concerto de paz sem primeiro o porem em sua liberdade; e assim enviou pela posta dois correios ao dito general Torstenson, que não admitisse algum resgate pelos seis generais que na última batalha cativou ao Imperador – que foi em janeiro passado – pelos quais o Imperador dava em seu resgate cento e trinta mil cruzados. E a dita rainha tem dito que sem a liberdade do senhor D. Duarte não há de falar em a sua deles. Está se esperando a resposta do Imperador sobre a proposta, que por parte de Suécia e França lhe fizeram neste particular.¹⁶²

Para além dos prognósticos traçados a partir da análise mais geral da figura do ano, o *Almanach Prototypo* de Casmach traz os vaticínios construídos a partir da observação de dois eclipses. Um eclipse solar, a ocorrer na primeira quarta do verão de 1645, denota sucessos aos portugueses, a despeito de ser usualmente um sinal de infortúnios. Outro, ainda no mesmo ano, anuncia inúmeros dissabores a diversas cidades européias, dentre as quais não se encontra nenhuma sob o poder de Portugal. O eclipse em questão “não só influi mudanças e novidades no Reino, mas será princípio e fundamento de uma nova estrela, ou fatal cometa, que ameace sangue e seja prognóstico da paz de todos tão desejada”.¹⁶³

Este último eclipse parcial do Sol influirá em Leão, em toda Castela, na Gália, nos Alpes, na Itália, Sicília, Apúlia e no Reino da Boêmia. Lançará também seus influxos nas cidades de Damasco, Siracusa, Ravena, Cremona, Praga e principalmente Roma. Além disso, influenciará aquelas localidades regidas por Áries, como Polônia menor, Inglaterra, Nápoles, Cápuia, Ancona, etc. Será Marte o senhor do eclipse, causando corrupção: “semea discórdias e

¹⁶¹ *Idem, Ibidem.* p. 9.

¹⁶² *Gazeta*. Lisboa: Lourenço de Anveres, última edição, agosto de 1645.

¹⁶³ CASMACH, Francisco Guilherme. *Almanach Prototypo e Exemplar*. Lisboa: Paulo Craesbeeck, 1644. p.31

prognostica guerras entre os homens, destruição de cidades, motins no povo, ira e furor de príncipes, e por meio destes mortes não imaginadas”.¹⁶⁴ Júpiter, segundo em influência no eclipse, “causa desgostos e perda de morgados e morte de filhos, e principalmente moços”.¹⁶⁵ Mais que isso, “denota morte de príncipes eclesiásticos e letrados seculares, em particular em terras em que Câncer e Geminis dominam”.¹⁶⁶

O prognóstico a partir de eclipses também fará parte da obra publicada por Casmach no início de 1646. Segundo o astrólogo, um eclipse lunar ocorrerá no fim de janeiro, mas seus efeitos só se farão sentir em março e abril. Denota doenças, mortandade e outras mazelas, principalmente por Júpiter ocupar a sexta casa, batizada pelos astrólogos de “casa da má fortuna”. Os efeitos serão mais sentidos em Castela, principalmente em seus domínios de Além-Mar:

Deus livre este seu Reino de tantas calamidades, quantas este ano os astros contra Espanha fulminam, e muito em particular as Índias de Castela, que verão estes portentos juntos ao seu meridiano. E não lhe sermos tão suspeitos, houvera de especificar mais sua ruína e contar por amiúde sua desolação, mas o tempo dará o desengano que costuma e lhe trocará os costumes a seu tempo e à sua causa.¹⁶⁷

O evento se dará no signo do Leão, sob o qual estão Badajoz e outras cidades castelhanas; Leão este que, segundo Casmach, é um signo nocivo, traiçoeiro e que vive a querer impor sua luminosidade contra a do próprio Sol, teimando em tentar obscurecer sua majestade em vão. Se o astrólogo em questão utiliza seu saber para municiar a Restauração em seu afã de apaziguar o povo com previsões de eventos prejudiciais à Castela, o ataque aqui é mais dissimulado, bem ao sabor da época.

E pelos efeitos se vê bem a eficácia de suas malignas influências, por mais que seja da casa, família ou solar do mesmo Sol, como de fato é o signo do Leão, e se publique por trono cronológico em que mais realce esse monarca das luzes. Pois com manifestar seus raios trata de escurecer seus lumes e tragar a grandeza de seus resplendores pelo incorporar a si mesmo e revestir de obscuras sombras ou assombrar com seus vestidos.¹⁶⁸

Embora o autor aponte a malignidade do signo do Leão, não deixa de reconhecer que o mesmo seja da “casa, família ou solar do mesmo Sol”. O astrólogo sequer se furta a chance

¹⁶⁴ *Idem, Ibidem.* p. 34.

¹⁶⁵ *Idem, Ibidem.* p. 34.

¹⁶⁶ *Idem, Ibidem.* p. 34.

¹⁶⁷ *Idem. Brachylogia Astrologica e Apocatastasis.* Lisboa: Paulo Craesbeeck, 1646.

¹⁶⁸ *Idem, Ibidem.* p. 17.

de engrandecer o passado do Leão, apesar do “signo” em questão se deixar corromper por outros.

Nem alguns querem admitir outra causa de querer a fantasia de um Leão competir em suas luzes com as estrelas do Céu e de as unir assim, senão porque se bem exalta ao Sol nas entradas é para mais o abater nas saídas. E que para discorrendo sobre ele venha a degenerar o que era e a deslustrar a própria com seguir luzes alheias...¹⁶⁹

De que Casmach trata ao tecer seus comentários sobre o signo de Leão? Que imagem pretende invocar no espírito do leitor? Há de se pensar que o autor invocasse imagens então minimamente decifráveis para o público da época; portanto, é novamente nos documentos públicos que circulavam em Portugal nos primeiros anos da década de 1640 que encontraremos a resposta para os comentários acerca do “leão”.

Em 1639 foi publicada por Juan Caramuel Lobkowitz, súdito de Filipe IV, a obra intitulada *Philippus Prudens Caroli V. imp. Filius*,¹⁷⁰ obra que se lançava à empresa de tecer a árvore genealógica de Filipe II, o Prudente, no afã de construir os argumentos jurídicos necessários para justificar a usurpação da coroa lusitana pelo monarca, ocorrida cinquenta e nove anos antes. O belíssimo frontispício trazia gravada a imagem de um leão subjugando um dragão; o leão trazia em sua cabeça uma coroa.

Anos depois Antônio de Sousa de Macedo trazia ao lume sua obra-prima, intitulada *Lusitania Liberata*.¹⁷¹ Apresentava no frontispício a mesma imagem do embate entre as feras, mas desta vez o dragão triunfava sobre o leão. Em uma carta de 10 de março de 1645 enviada ao Conde de Vidigueira, o autor confessava: “O dragão sobre o leão meio ovelha no frontispício do livro responde a outra semelhante estampa que Caramuel pôs no seu livro *Philippus Prudens*”.¹⁷²

Trata-se, portanto, de usos diferentes da mesma imagem. O significado do leão subjugando o dragão foi exposto pelo próprio Juan Caramuel Lobkowitz em sua obra: “O leão coroado indica o Rei leonense; aquele, digo, Reino que outrora era Leão, porém leio na

¹⁶⁹ *Idem, Ibidem*. p. 17.

¹⁷⁰ LOBKOWITZ, Juan Caramuel. *Philippus Prudens Caroli V. Imp. Filius Lusitaniae Algarbiae, Indiae, Brasiliae Legitimus Rex Demonstratus. A D Joanne Caramuel Lobkowitz Religioso Dunensi Ord. Cister. S. T. Doctore Louaniensi et Melrosensi Abbate*. Antuérpia: Oficina Plantiniana, 1639.

¹⁷¹ MACEDO, Antônio de Sousa de. *Lusitania Liberata ab injusto Castellorum dominio; restituta legitimo Principi Serenissimo Joanni IV... Opus historico-juridicum*. Londres: Na oficina de Richard Heron, 1645.

¹⁷² Esta carta foi transcrita e publicada em PRESTAGE, Edgar. *O Doutor Antonio de Sousa de Macedo: presidente de Portugal em Londres (1642-1646)*. Lisboa: Academia das Ciências, 1916. p.70.

presente nomenclatura. O dragão marcado no escudo português assinala a Lusitânia”.¹⁷³ O leão coroado era, portanto, Filipe II, enquanto o dragão era Portugal. A imagem se refere à submissão imposta pelo *Prudente* a Portugal após “herdá-lo, comprá-lo e conquistá-lo”. Antônio de Sousa de Macedo retira a coroa da cabeça do leão e a coloca sobre o dragão, que dessa vez esmaga o inimigo sobre suas patas. Apenas sob essas lentes torna-se possível a leitura da dissimulação de Casmach. O ataque é desferido contra o próprio Filipe IV que, embora seja da mesma “casa, família ou solar do mesmo Sol”, tenta subjugar a luz das estrelas – os reinos que se encontravam sob seu governo, como Portugal e a Catalunha - e as unir sob seu jugo.

A propósito da guerra contra Castela, Casmach espera um arrefecimento das hostilidades. O ano de 1646 terá por senhor do ano o planeta Saturno, tendo por *illecs* – participantes na figura do ano – Vênus e Mercúrio; tal desenho promete muitas moléstias à Europa, mas a Portugal guarda alguns bons influxos, a começar por suscitar notícias de paz:

Pelo que esperamos este ano que o Senhor nos comece a dar o princípio das pazes tão desejadas e que cessem em muitas partes as guerras, acabando-se as invejas que tanto mal tem feito e fazem ao mundo, e muito em particular neste nosso Reino de Portugal, com o que se verá efetuada logo a promessa do Senhor, fazendo a essa cidade e Reino Império, e Império Universal do mundo todo...¹⁷⁴

Resta dizer sobre as obras de Casmach que, para além de divulgar seus prognósticos, serviram de espaço de contenda por prestígio em matéria científica contra um dos mais proeminentes astrólogos do Seiscentos portugueses. Estamos nos referindo a Manoel Gomez Galhano Lourosa. Nasceu em Almada, concluindo seus estudos em medicina na Universidade de Coimbra. Ignora-se a data de nascimento deste intelectual, mas sabe-se que publicou almanaques astrológicos anualmente entre os anos de 1637 e 1675. Paralelamente à produção dos livretos, exercia a profissão de médico na costa da Caparica e, posteriormente, em sua vila natal.

Uma disputa pela autoria de certo tratado – anônimo - escrito em fins da década de 1630 prognosticando uma praga de gafanhotos que acossou Lisboa colocava em lados opostos os dois astrólogos. Segundo a comunidade astrológica portuguesa, este fenômeno

¹⁷³ Este trecho só pôde ser encontrado em latim, em CRUZ, Antônio. “Algumas notas sobre os papéis polêmicos e apologéticos da Restauração”, in: *Papéis da Restauração*. 2 vols. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 1967. O autor a transcreve da seguinte forma: “Leo coronatus, Regem Leonis indigitat; illus, inquam, Regni, quod Leo olim, sed legio in praesentiarum nominatur. Draco portugallensi scuto impositus, index est Lusitaniae”.

¹⁷⁴ CASMACH, Francisco Guilherme. *Brachylogia Astrologica e Apocatastasis*. Lisboa: Paulo Craesbeeck, 1646. p.11

estava relacionado à conjunção máxima de 1603-1604. A polêmica que se seguiu suscitou acusações mútuas de incompetência no que tange à matéria astrológica e desconhecimento da matemática. Lourosa abriu a discussão ao requerer a autoria do tratado em seu almanaque para o ano de 1641 e ao começar seu ataque em tom moderado contra o médico dos Bragança:

Chega um destes, prenhe de presunção, a apregoar ao mundo, que é seu certo tratado meu que de mão anda nas mãos dos curiosos: dele fiz menção no Prólogo do meu Prognóstico de 641. A matéria de que trata é célebre. Acho que é desaforo roubar-me minha honra, cousa que ele injustamente diz de mim. Não me parece viu o meu papel, como nem eu o seu. Ou minhas cousas são de cobiçar ou ele sabe pouco, ainda que presuma: o primeiro nego, por me sentir incapaz de tanto bem; o segundo, não concederei por honra sua, pois lhe roubarei sua justiça (falo, como quem sou modestamente) por estar em predicamento de Esculápio.¹⁷⁵

Casmach respondeu a acusação ao longo de seu *Almanach Prototipo*, alegando que Lourosa errou ao calcular a hora em que o Sol entraria em Áries no meridiano de Lisboa, decorrendo daí que toda a figura levantada pelo caparicano para o ano de 1645 estaria equivocada, bem como seus vaticínios. Diz ainda que este erro foi cometido porque Lourosa utilizava tábuas de outras localidades, sem se dar ao trabalho de calcular uma adaptação para o meridiano de Lisboa. Além deste engano, que por si só comprometeria a validade do almanaque de seu adversário, Casmach afirma existirem erros no cálculo dos eclipses presentes no lunário de Lourosa para 1642 e na qualificação de uma conjunção ocorrida em 1643. Enquanto Lourosa afirma se tratar de uma conjunção máxima, Casmach defende que não passaria de um congresso mínimo entre os planetas. O caparicano Lourosa só responderia a estas críticas em seu almanaque para o ano de 1646, embora a polêmica parecesse ter já arrefecido. De fato, na *Brachylogia* Casmach se desculpa por qualquer excesso cometido no requerimento da autoria do valioso tratado dos gafanhotos. A partir deste momento não temos mais notícia alguma de Francisco Guilherme de Casmach. Nada mais foi publicado por este autor e, embora não tenhamos registro da data de sua morte, não nos é difícil acreditar que tenha falecido mais ou menos a essa época, visto que provavelmente contava com mais de 60 anos de idade. No entanto, Lourosa continuaria publicando seus vaticínios por bons anos.

¹⁷⁵ LOUROSA, Manoel Gomez Galhano. “Prólogo”, in: *Pronostico e Lunario do anno de 1644*. Lisboa: Antonio Alvarez, 1644.

2. A cometografia de Lourosa.

Em seu almanaque para o ano de 1651, Lourosa via Portugal lutando em diferentes guerras, a par daquela principal contra Castela. Se o inimigo hispânico atacava diretamente suas fronteiras, as revoltas estalavam na Inglaterra de Cromwell e os neerlandeses ocupavam o nordeste brasileiro. O astrólogo, no entanto, classifica estas três frentes de formas bem diferentes, associando-as, respectivamente, aos três tipos de guerra em que vê Portugal imerso:

Dias há que temos não guerra, mas muitas guerras, e todas as que nos fazem nossos inimigos são injustas e sem razão, pois umas delas são por razão de Estado, a que eu chamo erro de malícia obstinada; outras por teima, a que eu chamo guerra de vilania; outras mais por força que por vontade e por contemporizar mais com o tempo do que com a ganância e utilidade.¹⁷⁶

Conforme foi dito, Lourosa produziu seus almanaques por quase quatro décadas. No entanto sua obra de maior fôlego foi a análise do cometa de 1664-1665, já referenciado quando nos detivemos sobre a *Sciographia* do padre Pimenta. Trata-se da *Polymathia Exemplar*,¹⁷⁷ obra em que o astrólogo expõe sua teoria sobre a natureza dos cometas, seu significado e as possíveis influências deste sobre o mundo sublunar.

O autor inicia sua investigação buscando definir o que seria um cometa; a definição do que se pretende conhecer é uma premissa cara aos aristotélicos. Tal discussão organiza-se, na obra, a partir da apresentação de algumas das teorias contemporâneas ao autor – o mesmo as expunha e logo depois as refutava – sendo o texto ordenado de acordo a deixar uma única saída para definir o que seria um cometa, a saber, a definição aristotélica: “Cometa pois é multidão de exalações [...] pingues e crassas, e bem juntas, que se acendem com o fogo”¹⁷⁸.

Definido o cometa, Lourosa estabelece a causa – ou causas – do fenômeno. Inserido no paradigma científico proposto por Aristóteles nos *Analíticos Posteriores*,¹⁷⁹ o astrólogo português segue as premissas do “Filósofo” em sua investigação. O estagirita, em sua

¹⁷⁶ LOUROSA, Manoel Gomez Galhano. “Prólogo”, in: *Pronostico e Lunario do anno de 1651*. Lisboa: Antonio Alvarez, 1650.

¹⁷⁷ LOUROSA, Manoel Gomez Galhano. *Polymathia Exemplar. Doctrina de Discursos Varios Offerecida ao Conde de Castel-Melhor. Cometographia Meteorologica do Prodigioso e Diuturno Cometa que Apareceo em Novembro do Anno de 1664. Occupação Curiosa do Licenciado Manoel Gomez Galhano Lourosa, Medico Lusitano*. Lisboa: Antonio Craesbeeck de Mello, 1666.

¹⁷⁸ LOUROSA, Manoel Gomez Galhano. *Ibidem*. p.10.

¹⁷⁹ ARISTÓTELES. *Analíticos Posteriores*. Lisboa: Guimarães, 1987.

*Physica*¹⁸⁰, define quatro causas para todo fenômeno físico: a causa material, a causa formal, a causa eficiente e a causa final.¹⁸¹ Lourosa traz uma inovação importante para a análise peripatética dos fenômenos físicos: a causa instrumental. Trata-se do instrumento por meio do qual a causa eficiente agiria sobre o objeto: “é aquela pois que serve de instrumento ou causalidade, e mediante ela (como instrumento) a causa [eficiente] produz seu efeito”¹⁸² – cabe lembrar que a “causa eficiente” é externa à natureza do ente em questão. Adequando sua investigação a tal sistema de causas, Lourosa afirma que a causa material dos cometas – ou seja, a matéria da qual é formado o próprio – seriam as exalações e vapores que subiriam até a terceira região do ar. A causa formal – a essência do que foi criado – seriam exalações fracas, embora formidáveis, que seriam atraídas até a terceira região do ar, sendo incendiadas.

Que fogo seria esse que acenderia essa quantidade enorme de exalações e vapores? O sistema astronômico aristotélico-ptolomaico tem como alicerce a separação entre céu e terra, o primeiro composto por éter, a segunda pelos quatro elementos. O próprio mundo sublunar contém esses quatro elementos. No centro do cosmos, a Terra – composta pelo elemento homônimo a si. A atmosfera seria composta de ar, mas em três regiões distintas, de acordo com a leveza de cada elemento. A camada mais próxima da Terra seria a “primeira região do ar”, composta de ar em ato e potência. Acima desta, a “segunda região do ar” seria composta de ar, em ato, mas seria potencialmente água. A “terceira região do ar”, mais próxima ao céu da Lua, seria composta de ar, em ato, e fogo, em potência. É exatamente nesta região que se formariam os cometas – as exalações e vapores que porventura subissem até esta região seriam inflamados pelo fogo aí contido. A causa eficiente – a causa que iniciaria o processo de formação do cometa – seriam os aspectos planetários e suas relações com as estrelas fixas. Esses astros, relacionados entre si, obrariam no mundo sublunar mediante seu movimento próprio, sua luz e os *influxos* próprios de cada um; e essas seriam as causas instrumentais:

¹⁸⁰ ARISTÓTELES. *The complete work of Aristotle: The revised Oxford translation* (2 Vol.). Princeton: Princeton Univ. Press, 1984.

¹⁸¹ Na *Physica* Aristóteles define quatro causas principais na qual todos os fenômenos naturais estariam enquadrados: a primeira seria a “causa material”, correspondente à matéria da qual determinado corpo se forma. Em seguida a “causa formal”, relativa ao par de princípios opostos que atualiza a potência da matéria; esta também pode ser chamada de “causa essencial”. A terceira causa seria a “eficiente”: toda geração corresponde ao movimento do “não-ser” para o “ser”. A causa eficiente seria aquela que iniciaria este movimento. Por fim, a “causa final” remete ao objetivo pelo qual o movimento – e na categoria “movimento” devemos incluir as “gerações”, “alterações” e “corrupções” dos corpos – ocorre. Cabe ressaltar que, quando em um contexto cristão, a causa final remete aos desígnios divinos para determinado acontecimento. As quatro causas são discutidas e fundamentadas no tratado da *Physica*, enquanto os movimentos de geração, alteração e corrupção são descritos no tratado *De generatione et Corruptione*.

¹⁸² LOUROSA, Manoel Gomez Galhano. *Polymathia Exemplar. Doctrina de Discursos Varios Offerecida ao Conde de Castel-Melhor. Cometographia Meteorologica do Prodigiouso e Diuturno Cometa que Apareceo em Novembro do Anno de 1664. Occupação Curiosa do Licenciado Manoel Gomez Galhano Lourosa, Medico Lusitano*. Lisboa: Antonio Craesbeeck de Mello, 1666. p.29.

A natureza pois dos Cometas é o adjunto das qualidades dos Planetas que os fazem e geram impressas nos meteoros efeitos manifestos das estrelas errantes, que com suas influências [*i.e.* causalidades influentes dos Astros superiores e celestes] obram em propínquo e em remoto mediante seus influxos e qualidades ocultas¹⁸³.

A causa final – o objetivo com o qual os cometas se formam – seria dado pela divindade “porque nada faz Deus de balde, e tudo permite para terror dos maus, aviso dos bons, e emenda de todos, cautela salutífera de quem nos avisa, e admoesta”¹⁸⁴. Conclui-se então que a solução utilizada por Lourosa – e partilhada pela maior parte dos astrônomos-astrólogos do século XVII – é a de que os cometas seriam fenômenos meteorológicos, e não celestes. Para validar sua opinião, o autor utiliza uma série de argumentos apresentados por outros estudiosos.

Em primeiro lugar, o astrólogo afirma serem os cometas fenômenos de curta duração. De acordo com o modelo aristotélico-ptolomaico, é exatamente o mundo sublunar o lugar do efêmero, do transitório. Acima deste limite, nada se cria, nada se perde. Não pode haver alteração alguma nos céus. Justifica da mesma forma a impossibilidade de alteração nas dimensões dos cometas – fenômeno visível pelo autor em questão – caso fossem fenômenos celestes. Outro argumento utilizado por Lourosa seria a coincidência entre a aparição dos cometas e ventanias. Ao formar-se, na mais alta região do ar, o cometa excitaria uma grande quantidade de ar.

A polêmica contra a astrologia judiciária ao longo dos séculos XV e XVI se faz sentir ainda no Seiscento português. Lourosa não poderia deixar de se mobilizar frente a uma questão tão delicada, adequando sua astrologia ao modelo fornecido por Trento: o de conciliação entre a astrologia e a manutenção do livre-arbítrio. Não se tratou, como quiseram os racionalistas do século XVIII, de um ataque frontal contra a astrologia; antes, elaborava-se um compartilhamento da astrologia em categorias possíveis e viáveis e aquelas que feriam a possibilidade de livre iniciativa racional do Homem. Assim Lourosa afirma ser contra a Astrologia Judiciária¹⁸⁵:

¹⁸³ *Idem. Ibidem.* p. 26.

¹⁸⁴ *Idem, Ibidem.* p. 37.

¹⁸⁵ A polêmica em torno da Astrologia Judiciária foi uma das principais ao longo dos séculos XVI e XVII. Diziam ser tal ramo da Astrologia aquela que prognosticava acontecimentos que dependiam do livre-arbítrio dos homens. A Igreja se coloca oficialmente contra esta prática a partir de 1586, com a promulgação da bula *Caeli et Terrae* pelo papa Sisto V. Para maiores informações, ver CAROLINO, Luís Miguel. “Teologia, Filosofia Natural e Epistemologia: o âmbito do debate em torno da Astrologia Judiciária”, in.: *Ciência, Astrologia e Sociedade. A Teoria da Influência Celeste em Portugal (1593-1755)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

E senão lê a Alexander de Angelis¹⁸⁶, que ele te dirá o que passa nesta matéria, no douto livro que fez contra os astrólogos supersticiosos [...] Ele se ri e zomba de seus embelecos. Este jesuíta douto fala dos supersticiosos que como ciganos dizem mil delírios e com eles enganam os ignorantes.¹⁸⁷

Em uma tentativa de redimir a astrologia, diz: “O mais desta ciência é sólida verdade em quanto se não mete em atos livres, e em coisas que tocam os segredos de Deus, verdadeiro Sábio, que como tal zomba de tudo”¹⁸⁸.

Resta apenas mais uma questão a ser enfrentada, no que concerne à astrologia de Lourosa: por que, no fim das contas, há essa relação de subordinação do mundo sublunar aos céus? A resposta está na separação ontológica entre os entes celestes e sublunares proposta por Aristóteles no livro *De Caelo*.¹⁸⁹ A filosofia natural aristotélica tem por conceitos-chave a “matéria”, a “forma” e o “movimento”. Todo corpo seria formado por uma matéria – um substrato do qual tudo é feito – e forma: pares de princípios opostos que caracterizariam o substrato material, fornecendo a “identidade” do corpo. A chamada “natureza do corpo” é a associação entre matéria e forma do mesmo. Assim, uma árvore e uma estátua de bronze seriam diferentes uma da outra em forma, mas a matéria seria a mesma. Grosso modo, podemos sintetizar a idéia de forma ao dizer que o par de princípios opostos são “presença” e “ausência”: Presença de peso, ausência de leveza, por exemplo; presença de calor e ausência de frio. São essas “presenças e ausências” que fazem com que um corpo seja diferente do outro. Assim, a forma se identifica à essência do corpo em questão.

O movimento se explica pela necessidade que os corpos têm de “corrigir sua privação”, ou seja, o movimento faz parte da natureza dos corpos. Enquanto houver uma ausência haverá movimento natural do corpo, no afã de solucionar essa privação. É o movimento também que explica os fenômenos de geração, alteração e corrupção dos corpos elementares.

A única exceção a esta regra é o éter – e os corpos etéreos. Por não possuírem a “ausência” como um dos princípios, tais corpos são perfeitos. O movimento natural dos corpos etéreos é circular – começo e fim coincidem – portanto, perfeito. Em contrapartida os

¹⁸⁶ O autor faz referência à obra *In Astrologos Coniectores*, publicada em 1615 por De Angelis, Alexander.

¹⁸⁷ LOUROSA, Manoel Gomez Galhano. *Polymathia Exemplar. Doctrina de Discursos Varios Offerecida ao Conde de Castel-Melhor. Cometographia Meteorologica do Prodigious e Diuturno Cometa que Apareceo em Novembro do Anno de 1664. Occupação Curiosa do Licenciado Manoel Gomez Galhano Lourosa, Medico Lusitano*. Lisboa: Antonio Craesbeeck de Mello, 1666. p. 39.

¹⁸⁸ *Idem, Ibid.* p. 39.

¹⁸⁹ ARISTÓTELES. *The complete work of Aristotle: The revised Oxford translation (2 Vol.)*. Princeton: Princeton Univ. Press, 1984.

elementos que formam o mundo sublunar – fogo, terra, ar e água – descreveriam movimentos retilíneos, em busca da satisfação de sua privação própria. O éter tampouco pode ter matéria e forma dissociadas; portanto, não é passível de alteração.

Dentre os pares de princípios opostos, as quatro qualidades fundamentais são aqueles de maior importância para o estudo dos astros. São eles que, em última instância, definem os elementos e a forma como os corpos celestes influenciam o mundo sublunar. Assim, o calor, o frio, a umidade e a secura fazem parte da natureza dos corpos elementares e dos próprios elementos em si: o fogo, por exemplo, é quente e seco; a água, fria e úmida; o ar, quente e úmido; e a terra seria fria e seca.

Utilizando o método investigativo aristotélico – a saber, o enquadramento dos fenômenos físicos em relações causa-efeito – uma das principais causas eficientes para as mudanças no mundo sublunar seria a ação dos corpos celestes. Estes influenciariam o ambiente abaixo da esfera lunar ao incidirem sua luz, movimento e influxos sobre ele; comunicariam assim o par de qualidades característico de cada planeta.¹⁹⁰ Instaura-se um problema: se os corpos celestes são feitos de éter, perfeitos, não possuem pares opostos de princípios – tais corpos descrevem um movimento circular exatamente por não possuírem a “ausência”. Então, como poderiam possuir pares de qualidades?

Uma das soluções elaboradas pelos intelectuais peripatéticos consistia na idéia de que os planetas só possuíam esses pares de qualidades fundamentais em potência. Dessa forma explica-se também a forma pela qual um planeta mais longínquo, como Saturno, incidiria seu par de qualidades sobre a Terra sem influenciar as esferas que se localizam entre eles.

Assim estava assegurada a perfeição dos céus. Enquanto estes fossem incorruptíveis – com matéria e forma sendo indissociáveis – sua influência sobre o mundo sublunar seria legítima. A *teoria da incorruptibilidade celeste* seria, então, o pilar fundamental sobre o qual estaria sustentada a teoria da ação dos corpos celestes sobre os corpos elementares. A perfeição dos céus contrastava com a efemeridade do mundo sublunar. A esta teoria Lourosa aliava a concepção de que Deus falava aos homens se utilizando de sinais, que seriam, entre outros, os cometas: “Fala Deus com os homens não só pela boca de seus profetas, mas algumas vezes nos elementos em formas celestes extraordinárias, para tirar aos mesmos

¹⁹⁰Cada planeta possuía, em potência, um par de qualidades fundamentais que poderiam ser influídos no mundo sublunar via luz, movimento e influxo. Assim, Saturno seria frio e seco; Júpiter, quente e úmido; Marte, quente e seco; o Sol será quente e seco; Vênus será frio e úmido; Mercúrio será frio e seco, enquanto a Lua será fria e úmida. Além destas qualidades, os planetas também influíam os humores associados a estas qualidades.

homens de vícios e pecados”.¹⁹¹ Dessa forma a astrologia de Lourosa se consolida como um misto de influência astral substancial e a possibilidade da leitura da vontade de Deus, expressa nos elementos.

Esta vontade divina está alicerçada, ao mesmo tempo, em um recurso com o qual já nos deparamos. A história mítica do Reino de Portugal e do milagre de Ourique, já utilizada desde a década de 1640 por Casmach, é vista por Lourosa como argumento irrefutável de que Deus sempre esteve por Portugal. Para este, tal passado é um testemunho da cristandade portuguesa, elemento importantíssimo nos prognósticos elaborados pelo autor. Diferente de Pimenta, Lourosa afirma serem infaustas todas as aparições de cometas, mensageiros de infelicidades e catástrofes naturais para todos os Reinos sob a influência de sua funesta figura. No entanto, como tais aparições são ordenadas por Deus, Portugal sairá incólume:

Mas tudo, leitor amigo, vai para a Germânia, para a antiga Bizâncio da Trácia, para algumas partes da Ásia e parte para a Itália e Batávia, iscada de venéficos contágios. A Portugal Deus o tem guardado para Monarquia a mais célebre da Europa, para flagelo dos hereges, para vivo espelho da conservação da fé católica, para retrato e exemplar da constância e firmeza nela. E portanto o nosso cometa não entende com a Lusitânia.¹⁹²

Se buscarmos alguma coerência no que diz respeito a esta predileção divina por Portugal, não encontraremos tal fenômeno em nenhum tratado clássico de teologia, nem há nenhum pressuposto filosófico-astrológico que coloque Portugal sob influências benignas dos astros. Trata-se, como dissemos anteriormente, de clara tentativa de ação política de Lourosa no que concerne à manipulação das tópicas discursivas que se colocavam à sua disposição.

Os vaticínios de Lourosa perpassam a afirmação dos valores lusitanos, a começar pela Cristandade. Por ser o depositário direto da fé cristã, segundo Lourosa, a partir da aparição de Deus para D. Afonso Henriques, Portugal estaria livre dos efeitos maléficos dos cometas. À firmeza na fé católica, segue-se a bravura na defesa da mesma: o cometa de 1664-65 teria a forma de Tenáculo, um sinal, para o astrólogo, de firmeza e fortaleza da fé de Cristo. Pela solicitude dos portugueses nas guerras contra os inimigos da fé cristã, o cometa é enviado por Deus para fazer sentir sobre os inimigos do Reino seus perniciosos efeitos:

¹⁹¹ LOUROSA, Manoel Gomez Galhano. *Polymathia Exemplar. Doctrina de Discursos Varios Offerecida ao Conde de Castel-Melhor. Cometographia Meteorologica do Prodigiouso e Diuturno Cometa que Apareceu em Novembro do Anno de 1664. Occupação Curiosa do Licenciado Manoel Gomez Galhano Lourosa, Medico Lusitano*. Lisboa: Antonio Craesbeeck de Mello, 1666. p.37.

¹⁹² *Idem. Ibidem.* p.53.

Tudo são flagelos e açoites contra quem os merece. Ó ditoso cometa, e mais ditosos os portugueses, que tendo ao cometa por embaixador de felicidades à nossa Lusitânia e por mensageiro de castigos grandes aos inimigos da Fé Católica e da mesma pátria lusitana: como tem o Reino obrigação de festejar tal anúncio! Tal embaixada!¹⁹³

Obviamente trata-se de uma associação à guerra contra Castela. Apela-se dessa vez, além da religiosidade, para os valores militares dos filhos de Portugal. Os portugueses não devem temer a peleja – “que a guerra contínua faz valentes e não deixa efeminar os ânimos dos homens, nem consente embotar os nervos”¹⁹⁴ – tanto pelos seus valores próprios quanto pelos favores da divindade: “A Cristandade da Lusitânia guarda Deus para conquistar novos reinos e debelar da maior jactância, soberba e confiança de Castela”.¹⁹⁵ A grandiosidade Lusa é reconhecida por Deus, pela forma como faz manifesta Sua vontade:

Que quando o céu quer ajudar propício e favorável à melhor Cristandade do universo (qual é a memorável e invicta Lusitânia) não nos avisa de qualquer maneira senão por meio de celestiais avisos, como são as conjunções benévolas de planetas e de aparições festivas de Cometas.¹⁹⁶

Destarte podemos perceber como duas formas tão diferentes entre si de pensar a astrologia e construir prognósticos se reúnem sob uma mesma bandeira. Enquanto o apelo à cristandade portuguesa permeia a construção dos vaticínios de Antônio Pimenta e de Manoel Gomez Galhano Lourosa, o primeiro o faz utilizando um complexo de associações entre presente e passado, tanto na passagem de cometas semelhantes ao de 1664-65 quanto na história portuguesa; o segundo ao buscar para Portugal os favores da Divindade. Aliadas às diferentes concepções astrológicas de ambos configuram-se duas formas bastante distintas de se construir uma ciência.

Uma ciência que, se por um lado, foi construída dentro de contingências fornecidas pelo sistema normativo vigente – derivado, por sua vez, das vicissitudes políticas, intelectuais e culturais do Portugal seiscentista – tais regras não eram, em hipótese alguma, rígidas. Houve espaço, como sempre há, para ações estratégicas de atuação no mundo. Estes homens, que se empenharam em construir uma ponte ligando o “saber” e o “fazer”, constituíam o que

¹⁹³ *Idem, Ibidem.* p.57.

¹⁹⁴ *Idem, Ibidem.* p. 58.

¹⁹⁵ *Idem, Ibidem.* p. 59.

¹⁹⁶ *Idem, Ibidem.* p.60.

Luís Miguel Carolino chamou de *scienziato* português no século do Barroco,¹⁹⁷ utilizando sua ciência e sua pena para atuar em um mundo no qual suas visões de sociedade e organização cívica estavam ameaçadas pela tentativa de contragolpe de uma vizinha poderosa. Ou das dissensões internas.

Uma ciência ainda em evidência; em uma época em que a astrologia ainda mantinha seus foros de cientificidade, o papel do astrólogo em uma sociedade era o de um ativo organizador e formador da cultura política e social. Ao publicarem suas obras, esses homens forneciam à sociedade uma explicação científica para portentos celestes que, em sua concepção, denotavam uma participação mais íntima – até onde seria possível ser – entre o Criador e sua criação; ou ao menos entes com um poder limitado de influenciar o mundo que estava sob o céu da Lua.

¹⁹⁷ CAROLINO, Luís Miguel. “Scienza, Política ed Escatologia nella formazione dello ‘Scienziato’ nell’Europa del XVII secolo: il caso di Manuel Bocarro Francês – Jacob Rosales”. In: *Nuncius - Annali di Storia della Scienza*, v.19, Florença: Leo S. Olschki Editore, 2004. p.477-506.

Conclusão

“Nas aras da sagrada liberdade”

*“O poderoso Atlas carrega os céus em seus ombros:
Mas a Terra e seus pólos descansam sobre os teus.”¹⁹⁸*

Os homens e mulheres de que este trabalho trata viveram tempos gloriosos. Construíram, com esforço, a ruptura de sua pátria com a vizinha Monarquia Católica. Tempos gloriosos porque vistos com os olhos de quem nasceu depois de concretizado todo o esforço. Para eles cada segundo que separou a defenestração de Miguel de Vasconcelos e a assinatura do Tratado de Madri, que pôs fim às hostilidades entre Portugal e Castela, foi de um perigo inconcebível para nós.

Devemos sempre ter em mente que toda história é contada de trás pra frente. Vemos os acontecimentos depois de tudo ter ocorrido e só aí imprimimos uma linha que os une irremediavelmente: não houve sequer um indivíduo em todo o Portugal durante os anos de guerra que agisse a partir de uma estratégia pré-concebida e estanque. As escolhas daqueles homens e mulheres alteravam a conjuntura na qual estavam inscritos e a nova conjuntura que daí emergia lhes informava as novas opções de ação. As estratégias foram sendo construídas enquanto os eventos se desenrolavam e as escolhas sendo feitas.

Assim agiram também nossos protagonistas, os astrólogos que municiaram a situação política com discursos que a legitimavam ou a condenavam. A própria produção destes discursos, todos eles voltados a quem quisesse – e pudesse – comprar os livros, marca a transitoriedade das estratégias iniciais dos homens que tramaram o assalto ao Paço da Ribeira em 1640. Nenhum deles acreditava, nas conspirações que antecederam o golpe de 1º. de dezembro, que pudessem vir a precisar convencer o povo a participar do esforço de guerra. Os conjurados de 41 não sabiam que lhes falharia a prudência e que acabariam degolados no Rossio. D. Luísa de Gusmão não sabia de antemão que seria forçada a passar os últimos dias em um convento, privada do contato com o mundo político em que se exercitara desde menina.

A participação popular ao longo dos anos de guerra é reconhecidamente nula pela historiografia. Não tomaram parte diretamente nas intrigas políticas da corte e nem chegaram a ser preponderantes em nenhuma grande decisão dos potentados. Será mesmo? O que

¹⁹⁸ DE BRY, Theodore. *Ptolomeu*: 1 grav. Xilogravura. 19cm X 15cm. Coleção de Dibner Library of the History of Science and Technology. Disponível em: < <http://www.sil.si.edu/digitalcollections/hst/scientific-identity/thumbnails/TNSIL14-P006-09.jpg> >. Acesso em: 5 de dezembro de 2008.

explicaria então o esforço dos primeiros homens de letras a serviço de D. João IV em fazer correr a *Gazeta*? Ou a energia gasta por Antonio de Sousa de Macedo ao escrever o *Mercurio Portuguez* de próprio punho? E o que dizer das inúmeras *relações de guerra* publicadas nas principais cidades portuguesas?

É nessa pequena grande coleção de publicações que se inserem os discursos astrológicos que aqui abordamos. Dedicados a explicar os eventos políticos destes difíceis – e nada gloriosos – anos sob uma lente científica em uma linguagem minimamente decifrável para os leitores, granjeavam o apoio da população ao apresentar argumentos que garantiam a validade da guerra e do bem maior a que se aspirava. O braço que golpeava precisava antes estar firme, convicto da justiça e necessidade pelos quais haveria de desferir o golpe.

Se os planetas marcavam a passagem das eras e se os cometas influenciavam diretamente o mundo sublunar ou eram apenas sinais de Deus, o importante é que a incerteza gerada por uma época de carestia em todos os níveis de existência, derivada não só das dificuldades estruturais de uma sociedade ainda majoritariamente agrária mas, especialmente, pelo decorrer da guerra e de suas marés, os astros prometiam um futuro glorioso para Portugal. A guerra era justa; o rei, levantado por Deus.

No decorrer do presente texto por várias vezes nos referenciamos às diversas ordens de contingências ou constrangimentos que limitavam a construção dos discursos aqui estudados. Decerto que tais parâmetros, sejam eles de ordem cultural, científica, política ou econômica, reduzem – e até certo ponto definem – o espaço por onde existe a possibilidade de atuação dos autores; por outro lado estas contingências são também o motor que alavanca a ação destes intelectuais, tendo em vista que os mesmos escreveram visando responder às demandas específicas que se apresentavam em sua sociedade, em seu tempo. Existe ainda um terceiro viés. A ação destes intelectuais era passível de mudar as próprias contingências, em maior ou menor escala.

Na verdade estas três possibilidades de se entender as relações entre o sujeito e as estruturas sociais – e em *sociais* quero agrupar *culturais*, *políticas*, *econômicas*, *científicas*, etc. – não são excludentes. Se as chances de um determinado discurso causar uma mudança nas amarras sociais que o condicionam e motivam não são mensuráveis no momento de sua enunciação, ainda assim é a existência destas chances que motiva a escrita. Todo trabalho intelectual opera sobre estas possibilidades.

É o caso dos intelectuais aqui estudados. Os discursos por eles enunciados obedeciam necessariamente um conjunto de regras mais ou menos estabelecidas: regras de ordem política, acadêmica, cultural. Regras. Contingências. Mas pudemos perceber que mesmo operando dentro das mesmas regras cada discurso se diferenciou do outro, existindo mesmo casos em que se chocavam em um nível elementar. Daí que as contingências de que falei nunca são demasiado estanques. Elas permitem uma área de manobra considerável.

De fato a única coisa que une um Francisco Guilherme de Casmach a um Antonio Pimenta é a vinculação estrita entre o que *sabem* e o que *fazem*. É a vontade em atuarem no mundo em que vivem. Mudar as contingências. Não se trata de coragem ou puro voluntarismo: é a ciência de que o *saber algo* só se justifica e se realiza no *fazer algo*, ciência essa que muitos de nós perdemos em alguma esquina da história, durante a passagem de um cometa.

Referências

1. Fontes primárias.

- *Auto de Levantamento & Juramento, Que os Grandes Titulos Seculares, & Ecclesiasticos, & mais Pessoas Que Se Acharão Presentes Fizerão a El-Rey Dom Affonso Sexto Nosso Senhor, na Coroa Destes Reynos, & Senhores de Portugal, em Quarta Feira a Tarde Quinze de Novembro de Mil & Seiscentos e Sincoenta & Seis.* Lisboa: Henrique Valente de Oliveira, 1656.

- CASMACH, Francisco Guilherme. *Almanach Prototypo e Exemplar de Prognosticos.* Lisboa: Paulo Craesbeeck, 1644.

- CASMACH, Francisco Guilherme. *Brachylogia Astrologica e Apocatastasis.* Lisboa: Paulo Craesbeeck, 1646.

- FERRAZ, Antonio Paes. *Discurso Astrologico das Influencias da mayor conjunçam de Jupiter, & Marte, que succedera neste anno de 1660 a 8 de agosto.* Lisboa: Domingos Carneiro, 1662.

- LOUROSA, Manoel Gomez Galhano. *Pronostico e Lunario do anno de 1651.* Lisboa: Antonio Alvarez, 1650.

- _____. *Polymathia Exemplar. Doctrina de Discursos Varios Offerecida ao Conde de Castel-Melhor. Cometographia Meteorologica do Prodigioso e Diuturno Cometa que Apareceo em Novembro do Anno de 1664. Occupação Curiosa do Licenciado Manoel Gomez Galhano Lourosa, Medico Lusitano.* Lisboa: Antonio Craesbeeck de Mello, 1666.

- _____. *Pronostico e Lunario do anno de 1644.* Lisboa: Antonio Alvarez, 1644

- SEQUEIRA, Gaspar Cardoso. *Thesouro de Prudentes, novamente tirado a luz por Gaspar Cardoso de Sequeira.* Coimbra: Jorge Rodriguez, 1612.

- PACHÃO, Bartolomeu. *Fabula dos Planetas moralizada com varia doutrina politica, ethica, & economica*. Lisboa: Domingos Lopes Rosa, 1643.

- PIMENTA, Antonio. *Sciographia da nova Prostimasia celeste, & portentoso cometa do anno de 1664*. Lisboa: Domingos Carneiro, 1665.

2. Bibliografia secundária.

- ALBUQUERQUE, Luís de. A “Aula da Esfera” do Colégio de Santo Antão no Século XVII, separata de “Anais da Academia Portuguesa da História”, 2^{os}., 21, Coimbra: Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga / Junta de Investigações do Ultramar, 1972.

- _____. *Para a História da Ciência em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973.

- AMARO, José Emídio. *Elvas nas relações peninsulares*. Conferência proferida na Sala Pública Hortênsia da Biblioteca Municipal de Elvas. Elvas: Tipografia Progresso, 1943.

- _____. *Francisco de Lucena: sua vida, martírio e reabilitação*. Lisboa: Ed. Instituto para a Alta Cultura, 1945

- ANDRADE E SILVA, José Justino de. *Collecção chronologica da legislação portugueza compilada e anotada*. Lisboa: Imprensa E. X. de Souza, 1856.

- ARISTÓTELES. *Analíticos Posteriores*. Lisboa: Guimarães, 1987.

- _____. *The complete work of Aristotle: The revised Oxford translation* (2 Vol.). Princeton: Princeton Univ. Press, 1984.

- ASHMAND, J. M. *Ptolemy's Tetrabiblos or Quadripartite: being four books of the influence of the stars*. London: Davis and Dickinson, 1822.

- BASSELAR, José van den. *O Sebastianismo – história sumária*. Lisboa: ICALP, 1987.

- BOYAJIAN, James C. *Portuguese Bankers at the Court of Spain, 1626-1650: the last financiers of Iberian hegemony*. New Brunswick / New Jersey: Rutgers University Press, 1983.

- CALAFATE, Pedro. “A historiografia filosófica portuguesa perante o Seiscentismo”, in: *Revista Portuguesa de Filosofia*, nº. 52, 1996, pp. 185-196.

- CARDIM, Pedro; XAVIER, Ângela Barreto. *D. Afonso VI*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

- CAROLINO, Luís Miguel. *A Escrita Celeste: Almanques astrológicos em Portugal nos Séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Access Editora, 2002.

- _____. *Ciência, Astrologia e Sociedade. A Teoria da Influência Celeste em Portugal (1593-1755)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

- _____. CAROLINO, Luís Miguel. “Scienza, Política ed Escatologia nella formazione dello ‘Scienziato’ nell’Europa del XVII secolo: il caso di Manuel Bocarro Francês – Jacob Rosales”. In: *Nuncius - Annali di Storia della Scienza*, v.19, Florença: Leo S. Olschki Editore, 2004. p.477-506.

- CARVALHO, Daniel Pimenta de. *Mais na opinião que nas forças: Antonio de Sousa de Macedo e a impressão do Mercurio Portuguez*, 2009. 189 fls. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro.

- CASTELLO BRANCO, Theresa M. Schedel de. *Vida de Francisco Mello Torres, 1º. Conde da Ponte, Marquês de Sande. Soldado e Diplomata da Restauração, 1620 – 1667*. Lisboa: Livraria Férrin, 1971.

- CIDADE, Hernani. *A literatura autonomista sob os Filipes*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1950.

- COELHO, José Ramos. *História do Infante D. Duarte, irmão de El-Rei D. João IV*. 2 vols. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1889.
- COSTA, Leonor Freire; CUNHA, Mafalda Soares da. *D. João IV*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.
- CRUZ, Antônio. “Algumas notas sobre os papéis polêmicos e apologéticos da Restauração”, in: *Papéis da Restauração*. 2 vols. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 1967.
- CURRY, Patrick. *Prophecy and Power, Astrology in Early Modern England*. Oxford: Polity Press, 1989.
- ERICEIRA, Conde da (D. Luís de Menezes). *História de Portugal Restaurado*. 4 vols. Lisboa: Officina de Rodrigo Domingues, 1751.
- GARÍN, Eugénio. *O Zodíaco da Vida: a polémica sobre a astrologia do séc. XIV ao séc. XVI*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.
- *Gazeta*. Lisboa: Lourenço de Anveres, última edição, agosto de 1645.
- GRANADA, Miguel A. “The discussion between Kepler and Roeslin on the nova of 1604”, in: TURATTO, M.; BENETTI, S.; ZAMPIERI, L.; e SHEA, W. (ee.) 1604-2004: *Supernovae as Cosmological Lighthouses*, ASP Conference Series, vol. 342, por conta da conferência realizada entre 15 e 19 de Junho de 2004 em Pádua, Itália. San Francisco: Astronomical Society of the Pacific, 2005.
- HERMANN, Jacqueline. *No Reino do Desejado: A construção do Sebastianismo em Portugal*. Séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HESPANHA, Antonio Manuel. *As vésperas do Leviathan: Instituições e Poder Político em Portugal*.- Séc. XVII. Lisboa: Pedro Ferreira, Artes Gráficas, 1986.
- LOBKOWITZ, Juan Caramuel. *Philippus Prudens Caroli V. Imp. Filius Lusitaniae Algarbiae, Indiae, Brasiliae Legitimus Rex Demonstratus. A D Joanne Caramuel Lobkowitz*

Religioso Dunensi Ord. Cister. S. T. Doctore Louaniensi et Melrosensi Abbate. Antuérpia: Oficina Plantiniana, 1639.

- MACEDO, Antônio de Sousa de. *Lusitania Liberata ab injusto Castellorum dominio; restituta legitimo Principi Serenissimo Joanni IV... Opus historico-juridicum*. Londres: Na oficina de Richard Heron, 1645.

- MAIA, Nicolau da. *Relaçam de tudo o que passou na felice aclamaçam do mui Alto & mui poderoso Rei D. João o Quarto nosso Senhor, cuja Monarquia prospere Deos por largos annos*. Lisboa: Officina de Lourenço de Anveres, 1641.

- MELO, D. Francisco Manuel de. *Tacito Portugues: Vida, Morte, Dittos e Feitos de El Rey Dom João IV de Portugal*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1995.

- NORTH, John. "Astrology and the fortune of the Churches", in: *Centaurus*, vol. 24, 1980.

- PLUTARCO, *Parallel Lives*. Disponível em: <
<http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Plutarch/Lives/home.html>>. Acesso em: 30 de dezembro de 2009.

- PRESTAGE, Edgar. *O Doutor Antonio de Sousa de Macedo: presidente de Portugal em Londres (1642-1646)*. Lisboa: Academia das Ciências, 1916.

- RAPOSO, Hipólito. *D. Luisa de Gusmão, Duquesa e Rainha (1613 – 1666)*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1948.

- RIBEIRO, João Pinto. *Obras Várias*. Coimbra: Joseph Antunes da Sylva, 1729-30.

- SARAIVA, Daniel M. P. *O Rasgo da Pena, Espada de Portugal*, 2009. 171 fls. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro.

- SERRÃO, J. Veríssimo. *História de Portugal*, v. 4, Restauração e Monarquia Absoluta, 1640 – 1750. Lisboa: Verbo, 1980.

- SILVA, Innocência Francisco da. *Dicionário Bibliográfico Português. Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil. Continuados e ampliados por P. V. Brito Aranha. Revistos por Gomes de Brito e Álvaro Neves*, 23 vol.. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858 – 1923.

- SUÁREZ, Francisco S.J. *De Legibus ac Deo legislatore in decem libros distributus*. Coimbra: Gomez de Loureiro, 1612. Tradução para o castelhano de José Ramón Eguillor Muniozguren S. J. Madri: Instituto de Estudios Políticos, 1967.

- TESTER, Jim. *A History of western Astrology*. New York: Ballantine Books, 1987.

- TORGAL, Luís Reis. *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*, 2 vols. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1981.

- VIEIRA, A. (ee. SÉRGIO, A. e CIDADE, H.). *Obras Escolhidas*. Vols. XII, Lisboa: Ed. Sá da Costa, 1951 – 1954.

- _____. ALVES, Antonio (org.) *Sermões*, 15 tomos. Porto: Lello & Irmão, 1959.

- YAMAMOTO, K.; BURNETT, C. *Albumasar on Historical Astrology: the Book of Religions and Dynasties*. 2 vols. Leiden: Brill, 2000; PINGREE, David E. *The Thousands of Albumasar*. London: Warburg Institute, 1968.

- ZAMBELLI, P. (ed.). *Astrologi hallucinati: Stars and the End of the World in Luther's time*. New York: De Gruyter, 1986.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)